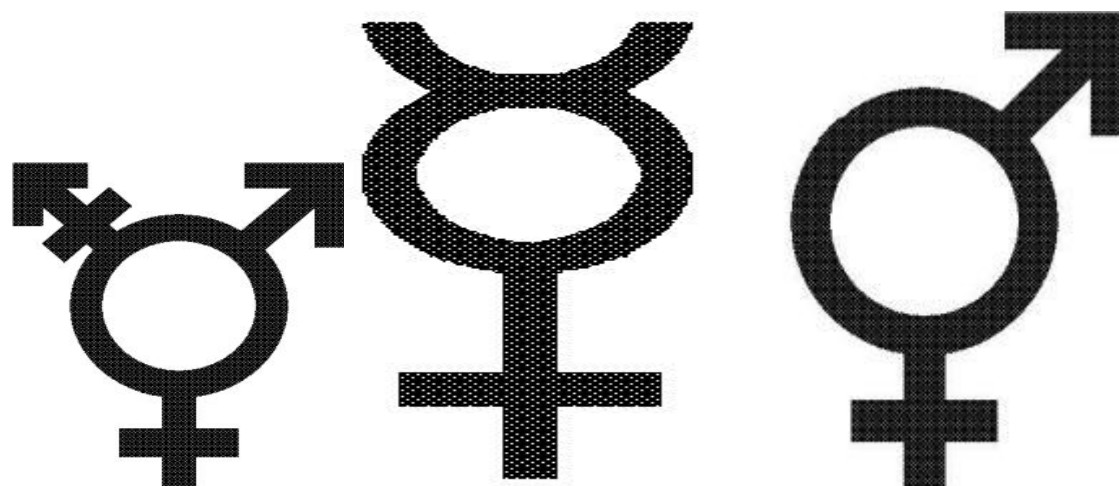


UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA E ESTUDOS
CULTURAIS

LAURI MIRANDA SILVA

REVELAÇÕES E OCULTAMENTOS:

AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNEROS NOS ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES
REALIZADOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (1990-2010)



PORTO VELHO – RO

2015

LAURI MIRANDA SILVA

REVELAÇÕES E OCULTAMENTOS:

AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNEROS NOS ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES
REALIZADOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (1990-2010)

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/ Porto Velho, como requisito para obtenção do título de Mestre em História e Estudos Culturais. **Linha de pesquisa: Historicidades Amazônicas.**

Orientador: Profº. Drº. Alexandre Pacheco

PORTO VELHO – RO

2015

LAURI MIRANDA SILVA

REVELAÇÕES E OCULTAMENTOS:

AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNEROS NOS ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES
REALIZADOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (1990-2010)

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/ Porto Velho, como requisito para obtenção do título de Mestre em História e Estudos Culturais.
Linha de pesquisa: Historicidades Amazônicas.

Orientador: Prof.º Dr.º Alexandre Pacheco

Data da defesa: 15/12/2015

COMISSÃO EXAMINADORA:

Presidente: - Orientador: Prof.º Dr.º Alexandre Pacheco (UNIR – Porto Velho)

Membro – Prof.ª Dr.ª Maria Ivonete Barbosa Tamboril (UNIR- Porto Velho)

Membro – Prof.º Dr.º Edinaldo Bezerra de Freitas (UNIR- Porto Velho)

Membro Suplente – Prof.ª Dr.ª Lilian Maria Moser (UNIR- Porto Velho)

Porto Velho, _____ de _____ de 2015.

“Precisamos resolver nossos monstros secretos, nossas feridas clandestinas, nossa insanidade oculta. Não podemos nunca esquecer que os sonhos, a motivação, o desejo de ser livre nos ajudam a superar esses monstros, vencê-los e utilizá-los como servos da nossa inteligência. Não tenha medo da dor, tenha medo de não enfrentá-la, criticá-la, usá-la.”

(Michel Foucault)

AGRADECIMENTOS

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.” (Fernando Pessoa).

A Universidade Federal de Rondônia, lugar onde adquiri conhecimentos em minha jornada acadêmica, intelectual e cidadã, lugar este que me deu várias oportunidades que foram agarradas com muito honra, lugar este que conheci pessoas incomparáveis;

Ao Mestrado em História e Estudos Culturais por ter me dado oportunidade de fazer parte do Programa de Pós-graduação, o resultado das aulas que tive, dos professores e professoras que ministraram as disciplinas e que contribuíram para o aprimoramento de minha formação acadêmica, os resultados e minhas contribuições estão presentes aqui nesse trabalho;

Ao meu orientador Prof^o. Dr^o. Alexandre Pacheco que desde o período da graduação em História vem me auxiliando, orientando no campo da pesquisa, esse tem todo meu respeito, carinho e admiração e onde eu estiver com certeza será lembrado e citado;

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por viabilizar esta pesquisa;

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa/PROPESQ, por disponibilizar alguns documentos para consulta e análises;

A Prof^o. Dr^o. Nilson Santos; A Prof^a. Dr^a. Fabiola Holanda Barbosa Fernandez; A Prof^o. Dr^o. Alberto Lins Caldas, esses sempre irei agradecê-los por terem contribuído na minha formação durante a graduação, através do Centro de Pesquisa Hermenêutica do Presente, onde aprendi outras metodologias e teorias científicas;

A Prof^o. Dr^o. Edinaldo Bezerra de Freitas e a Prof^a. Dr^a. Lilian Maria Moser pelas orientações, sugestões e contribuições no Exame de Qualificação;

A Prof^a Dr^a. Maria Ivonete Barbosa Tamboril por aceitar participar da Banca Examinadora de minha defesa do Mestrado;

A Profª Drª Maria das Graças Silva Nascimento Silva (Gracinha), com ela aprendi como são construídas as relações de gênero e espaço, na disciplina **Geografia e Gênero** ministrada no Mestrado em Geografia, onde fui aluna especial, confesso que foi maravilhoso ter participado das aulas e que contribuíram muito para o meu intelecto. Conheci pessoas espetaculares no mestrado (Suzana, Moisés, Mery Diana, Regina e Ana Carla);

Agradeço também a Kary Jean Falcão Gonçalves, um dos poucos militantes/pesquisador da homossexualidade no Estado de Rondônia, por disponibilizar sua dissertação para a discussão nesta pesquisa;

A gratidão é a maior medida do caráter de uma pessoa. Uma pessoa grata é uma pessoa fiel, não te abandona, está sempre contigo. Nela você sempre pode confiar, no entanto, agradeço aos meus Best-friends: Adriana Santos, Paola, Makciwaldo Paiva, Welysson Cutrim, Carol Ribeiro, Andréia Drews, Adriana Correia e Eunice Coelho;

Ao Grupo de dança Flash Mob Rondônia pelo acolhimento e o reconhecimento das minhas ausências nos ensaios, o tempo que eu estive no grupo percebi o quanto são pessoas especiais nos divertimos bastantes, em especial: Gustavo Ieladian, Railander Reis, Lívia Balbino, Rafael, Joice, Ronaldo, Larissa, Jamile, Victor e todos os demais membros do grupo que estão ativos e inativos.

Também agradeço aos amigos e amigas das redes sociais da internet pelo apoio mesmo que distantes.

Agradeço aos militantes da cidade de Porto Velho: Karen Oliveira Diogo e Raymison Correia da Silva, por estarem na luta e na busca do reconhecimento da cidadania LGBTT no Estado de Rondônia, pessoas que trabalham conscientizando a sociedade portovelhense, buscando amenizar o preconceito existente no Brasil;

“Cada ruga tua representa uma história e são tantas... Quantas experiências... Quantas histórias para contar... Quantos conselhos para dar... Quanta paciência para nos suportar... Esquecem a sua vida, para viverem a nossa... Sempre cheias de atenção, De carinho, de amor. Uma advogada na nossa vida Mediadora nas nossas decisões Você é o meio termo... O equilíbrio... A palavra de esperança O colo que aninha O ombro que apesar de cansado...apoia...O olhar de complacência O oásis

da segurança que aplaca a sede E alimenta o corpo Você é tudo de bom e de belo

Minha avó querida.

Agradeço minha Mãe-Vó Erondina Miranda, minha rainha linda de bunitah por tudo que ela fez por mim...Hoje sou eu quem faço pra ela com muito amor e felicidades, por ela está no meio da minha família.” (Sandra Mamede)

RESUMO

O presente trabalho teve por intuito investigar e analisar como os estudos Multidisciplinares de gênero construíram representações de mulheres e minorias (LGBT) na Universidade Federal de Rondônia entre os anos de 1990-2010. Os objetivos foram: analisar as teorias e métodos que foram utilizados sobre os objetos de pesquisa para a construção das representações de gênero; averiguar qual a relação entre o poder político existente no campo científico e a revelação e a ocultação de outras minorias diante das questões de gênero; e perceber como se deu a formação dos estudos de gêneros da Universidade Federal de Rondônia com os outros semelhantes de outras universidades. Esta pesquisa foi de característica bibliográfica e documental. Utilizei abordagem teórico-metodológica da História Cultural para apreender as práticas e representações contidas nos estudos multidisciplinares de gênero presentes nas dissertações. Foram encontrados no total 12 (doze) dissertações em três mestrados acadêmicos pertencente à instituição. Percebi nas dissertações que somente um único trabalho discute a questão da homossexualidade masculina com relação ao gênero sob a perspectiva da linguística dos povos de religião de matriz africana na formação da linguagem dos homossexuais, onde a pesquisa consistiu em revelar os motivos que levaram um grupo historicamente discriminado a buscar as bases para a construção de sua linguagem em outro grupo (negros) também discriminado. E, os demais trabalhos estão voltados para a os estudos de gênero com referência a figura da mulher sendo representada e contextualizada dentro das políticas públicas. Constatei uma ausência no debate ou na produção escrita acadêmica sobre os homossexuais, que pode ser pautada, não só por questões de escolhas por parte do pesquisador ou do intelectual, de temas a serem problematizados nas produções científicas. Compreendo o campo científico, enquanto ambiente de combate político pelo predomínio científico, que institui a cada pesquisador, em posto do lugar que ele ocupa.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres. LGBT. Representações. Multidisciplinares.

ABSTRACT

The present study was aimed to investigate and analyze how Multidisciplinary studies of gender constructed representations of women and minorities (LGBT) at the Federal University of Rondônia between the years 1990-2010. The objectives were to analyze the theories and methods that were used on the research objects to the construction of gender representations; verifying the relationship between the existing political power in the scientific field and the revelation and concealment of other minorities in the face of gender issues; and realize how was the formation of gender studies at the Federal University of Rondônia with similar other universities. This research was of bibliographical and documentary feature. I used theoretical and methodological approach of Cultural History to learn the practices and representations contained in multidisciplinary studies of gender present in dissertations. They found in total twelve (12) dissertations in three academic masters belonging to the institution. I realized in the dissertations that only a single paper discusses the issue of male homosexuality in relation to gender from the perspective of linguistics of African origin religion of people in shaping the language of homosexuals, where the research was to reveal the reasons why a group historically discriminated against to seek the foundation for building your language in another group (blacks) also discriminated against. And, the remaining work is focused on gender studies with reference to the woman's figure being represented and contextualized within public policies. I found an absence in the debate or in the written production academic about homosexuals, which can be guided, not only for reasons of choices on the part of the researcher or intellectual themes to be problematized in scientific production. I understand the scientific field, while environmental political struggle for scientific dominance, establishing every researcher, put into the place it occupies.

Key-words: Gender, Women, LGBT, Representations, Multidisciplinary.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
ABL – Associação Brasileira de Lésbicas
ABONG – Associação Brasileira de Organizações não-governamentais
AGEVISA – Agência Estadual de Vigilância Sanitária
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMATEC – Associação de Mulheres Madre Teresa de Calcutá
ABRAGAY - Associação Brasileira de Gays
LBL - Liga Brasileira de Lésbicas
CCH – Comitê Científico Humanitário
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológica
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis
EBGLT - Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros
EBHO – Encontro Brasileiro de Homossexuais
ELLEN – Encontro de Mulheres Lésbicas da Região Norte
EFMM - Estrada de Ferro Madeira Mamoré
GBLTT - Gays, bissexuais, lésbicas, transgêneros e transexuais
GGB- Grupo Gay da Bahia
GGR - Grupo Gay de Rondônia
GEPGÊNERO - Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero
HIV - Vírus de Imunodeficiência Humana
HSH - Homens que fazem sexo com homens
LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MEC - Ministério da Educação
MGL - Movimento de Gays e Lésbicas
MHB - Movimento Homossexual Brasileiro
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não-Governamental
ONGs - Organizações não-governamentais
PN-DST/AIDS - Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde do Brasil

SEDH/PR - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

SELEM - Seminário Estadual de Lésbica e Mulheres Bissexuais

UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids.

LISTA DE FOTOS

FOTO 01 - Travesti Assassinada em Simões Filho (BA).....	68
FOTO 02: Homossexual vítima de homofobia.....	70
FOTO 03: Raio X da Homofobia.....	73
FOTO 04 - Manifestação contra a homofobia na 19ª Parada do Orgulho LGBT na Avenida Paulista.....	74
FOTO 05: Os 10 Estados mais perigosos para os homossexuais.....	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Artigos, Resumos Expandidos, Relatórios Científicos, Capítulo em Livros, TCC, Monografia, Dissertações e Tese sobre Mulheres e Homossexuais.....	70
QUADRO 2: Dissertações sobre Mulher e Homossexuais.....	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A GÊNESE DOS ESTUDOS FEMINISTAS, DE MULHERES E HOMOSSEXUAIS	37
2.1 Do movimento feminista aos estudos de gênero no Brasil.....	37
2.2 A formação dos estudos de gênero no Brasil	47
3 A HOMOSSEXUALIDADE EM PERSPECTIVA	52
3.1 O movimento homossexual na busca do reconhecimento da cidadania LGBTT.....	52
3.2 Conceituando a homossexualidade: orientação e formação da identidade de gênero	57
3.3 Crimes homofóbicos no Brasil: cadê o direito a liberdade da cidadania plena dos LGBTT?.....	68
3 DESCRIÇÕES E ANÁLISES DO LEVANTAMENTO DOS DADOS.....	78
4.1 As práticas e representações contidas nos estudos interdisciplinares de gênero na Universidade Federal de Rondônia.....	78
4.2 As representações de gênero nas dissertações do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	89
4.3 As representações de gênero nas dissertações do Mestrado em Geografia	125
4.4 As representações dos homossexuais numa dissertação do mestrado em Ciência da Linguagem.....	139
5 LEGITIMIDADE DA FIGURA DA MULHER E OCULTAÇÕES DE OUTRAS MINORIAS.....	143
5.1 A legitimação da figura da mulher nos estudos feministas e de gênero na Universidade Federal de Rondônia em oposição a uma ciência androcêntrica e os ocultamentos sobre os homossexuais nas dissertações.	143
6 CONSIDERAÇÕES	151
REFERÊNCIAS	155

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação é fruto de meu percurso na graduação em História e da participação nos grupos de pesquisa: Centro de Hermenêutica do Presente e Centro de Estudos do Imaginário, na Universidade Federal de Rondônia/UNIR. A questão da sexualidade, gênero e identidade, são assuntos que no meu universo acadêmico, proporcionaram-me interesses em realizar pesquisas durante o curso, no entanto, ingressei nos grupos de pesquisas, e viajei no universo dos livros sobre a sexualidade humana, principalmente textos sobre a homossexualidade.

Tive muito incentivo por parte de professores e pesquisadores da Universidade, que merecem serem citados: Prof.^o Dr.^o Nilson Santos, Prof.^a Dr.^a Fabiola Holanda Barbosa Fernandez (minha orientadora de bacharelado em História) e Prof.^o Dr.^o Alberto Lins Caldas, esses intelectuais são a base da minha formação, pois muito contribuíram para a minha formação cidadã, enquanto pesquisadora e professora que hoje eu sou, é claro que vale ressaltar que não estou desmerecendo os outros professores da graduação, é que foram eles, que auxiliaram e me conduziram para o mundo dos estudos científico de gênero e sexualidade.

De fato, cabe salientar também o meu ingresso na iniciação científica¹, onde recebi um convite por parte do Prof.^o Dr.^o Alexandre Pacheco (atualmente meu orientador dessa pesquisa), para desenvolver uma pesquisa sobre a construção da Imagem de Gilberto Freyre na década de 1960, tive algumas dificuldades no início da pesquisa, mas fui superando aos poucos, porque tudo era novo para o meu conhecimento, e não tinha nada haver com o que eu vinha lendo, estudando anteriormente, mas, consegui realizar o trabalho e foi a partir daí que eu pensei, agora eu sei o que é a produção científica. Mas, todo o trabalho durante a iniciação científica, mesmo não sendo voltado para a questão dos estudos de gênero, não me fez deixar de lado o que eu vinha almejando e estudando anteriormente, é claro que

¹ O projeto foi desenvolvido por mim em 2009/2010, onde fui bolsista do **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)** da Universidade Federal de Rondônia/Porto Velho.

todo o trabalho que realizei sobre Gilberto Freyre foi importante e gratificante para o meu conhecimento e consegui dar conta da pesquisa.

O resultado do percurso na graduação foi o meu trabalho de Bacharelado intitulado “Ong Tucuxi: na luta contra o preconceito e pelo reconhecimento da cidadania LGBT em Porto Velho”². O objetivo do meu trabalho foi demonstrar como o movimento LGBT em Porto Velho através da Ong Tucuxi, contribuiu na luta contra o preconceito e na busca pelo reconhecimento da cidadania de homossexuais nos anos de 2003 a 2009, nesse trabalho fiz alguns apontamentos das experiências e políticas públicas que esse movimento proporcionou para os homossexuais na cidade de Porto Velho.

Antes de realizar o meu trabalho acima citado, ouvi vários comentários a respeito em realizar pesquisas sobre a homossexualidade, tais como, que eu iria sofrer preconceitos na Universidade, principalmente no Departamento de História, devido o tema ser ainda um tabu na UNIR, também, na época eu estava apreendendo e formatando a minha identidade sexual, pois na época eu estava projetando a minha transexualidade, cabe aqui ressaltar a mudança que fiz no meu registro civil, onde meu nome social foi deferido pelo juiz do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, foi com muita luta que consegui, exigiu-me paciência, pois eu precisava fazer essa retificação do ex-nome, aquele nome não condizia com a pessoa que sou atualmente, estava passando por diversos constrangimentos nos espaços públicos e privados também, mas é como sempre diz minha avó “a justiça tarda, mas não falha”, espero que outras transexuais também corram atrás de realizar a mudança para o nome social, porque é constrangedor alguém chamar Otavio e aparecer uma Lady ou vice-versa.

Hoje me considero no mundo acadêmico uma militante, já me chamaram até de “trans-feminista”, preocupada com as questões da homossexualidade, da homofobia, transfobia, lesbofobia...Todas essas inquietações externas me fizeram ainda mais desafiar os preconceitos e discriminações que eu passo, e que os outros

²SILVA, Lauriano Miranda da. Ong Tucuxi: na luta contra o preconceito e pelo reconhecimento da cidadania LGBT em Porto Velho. 2010. 108f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Porto Velho, Rondônia.

homossexuais passam no cotidiano da vida, pois minhas preocupações giram em torno da violência, do deboche e do sexismo que vivenciamos no país.

Então me joguei nesse mundo da pesquisa e, é com entusiasmo, militância acadêmica e experiência de vida que escrevo essa dissertação, para eu não me alongar mais relatando a minha experiência de vida, porque daria um livro ou mais, veja mais um trabalho desafiador.

No presente trabalho tenho por intuito investigar e analisar como os estudos multidisciplinares³ de gênero construíram representações de “minorias”, tais como mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais na Universidade Federal de Rondônia entre os anos de 1990-2010.

Durante a pesquisa muitos amigos/mestrandos falaram que eu era uma louca em analisar dissertações para eu poder construir essa dissertação, pois foi nessa loucura maravilhosa que eu adentrei para poder realizar essa pesquisa, onde os objetivos específicos desse trabalho foram: analisar as teorias e métodos que foi utilizado nas dissertações para a construção das representações de gênero; averiguar qual a relação entre o poder político existente no campo científico e a revelação e a ocultação de outras minorias diante das questões de gênero; investigar as práticas e representações contidas nos estudos de gênero na UNIR/Campus Porto Velho e perceber como se deu formação dos estudos de gêneros nessa instituição.

³ Aqui o conceito de “Multidisciplinaridade” é compreendido como uma maneira onde várias disciplinas dos saber experiência a busca de metas a atingir, dentro de um programa específico. Um estudo, uma pesquisa multidisciplinar acontece quando várias pessoas, pesquisadores, estudiosos, profissionais de diferentes especialidades emitem seus pontos de vista acerca de um único objeto. Multidisciplinaridade é o exame, avaliação e definição de um único objeto sob diversos olhares de diferentes disciplinas. Cada especialista, neste caso, faz suas próprias observações considerando seus saberes, sem estabelecer contato com os saberes diferentes do seu. A multidisciplinaridade pretende analisar cada elemento individualmente e cada profissional busca exprimir o parecer específico de sua especialidade. Diferente da transdisciplinaridade que procura identificar a interação e a integração de todos os elementos, ou seja, como há essa integração uns com os outros e como se afetam, buscando um conhecimento totalizante e único daquela realidade particular e dinâmica. A multidisciplinaridade corresponde à busca da integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina ou por várias delas ao mesmo tempo. Ver: BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. **Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da Informação**. Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/1518-2924.2011v16n32p1/19336>. Acessado em 22 de nov de 2015.

O surgimento dos estudos de gênero está vinculado ao movimento feminista contemporâneo, movimento esse surgido nos Estados Unidos, que deu origem ao conceito de “gênero” na década de 1970 no curso de Antropologia. Estes estudos se fortaleceram e se espalharam para outros países, abrindo debates para outras áreas do saber, com intuito de romper o paradigma da ciência até, no entanto, produzida no masculino e pelo masculino, de acordo com Strey:

[...] esse movimento teve suas origens em vários acontecimentos: na revolução norte-americana, quando John Stuart Mill reivindica para as mulheres as promessas da Declaração de Independência; na Revolução Francesa, com a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã redigida por Olímpia de Gouges em 1791 (inspirada na Declaração dos Direitos do Homem) e “A Reinvidicação dos Direitos da Mulher” de Mary Wollstonecraft de 1792, um dos seus documentos fundacionais, que, sem outorgar direitos às mulheres, proporcionaram as bases conceituais e teóricas que permitiram a luta pela igualdade de direitos políticos e educativos. Abriu-se um espaço público às mulheres no qual puderam manifestar-se, ainda que o discurso e as práticas feministas se mantivessem calados durante um longo tempo. (STREY, 1998, p.181).

Percebo a importância que o movimento feminista tem trazido e colaborado para os estudos de gênero no campo científico, nas discussões e embates sobre o papel da mulher e do homem em sociedade, esse movimento:

[...] Questionou a clássica distinção entre o dentro e o fora, o privado e o público. O slogan do feminismo era o pessoal é político. [...] Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças etc. [...] Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais de gênero. (HALL, 2005, p. 28).

Compreendo a notoriedade que o feminismo trouxe para a valorização e o reconhecimento da figura da mulher na sociedade, percebe-se claramente hoje em dia, a visibilidade das mulheres onde as mesmas estão conseguindo sair do espaço privado, adentrando os espaços públicos e no campo científico.

Hall comenta que na década de 1960 “[...] cada movimento apelava para a *identidade social* de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e às lésbicas [...]” (HALL, 2005, p. 27). Quando se fala em estudar gênero, vem logo na mente de pesquisadores e indivíduos da sociedade

contemporânea, a nossa percepção sobre, a “questão ser mulher” principalmente ligado as questões de violência e políticas públicas, é claro não desvalorizando de forma alguma esses estudos, que também são de suma importância, mas é de notarem-se ocultações, principalmente nos estudos acadêmicos na região amazônica sobre a homossexualidade na região norte, é valido ressaltar que os estudos amazônicos trazem em seus discursos de representações, os povos indígenas, as mulheres ribeirinhas, o caboclo, a fauna, e flora, ocultando a figura dos homossexuais, como se não existissem a homossexualidade nessa região.

No início do levantamento de dados para a realização desse trabalho, pesquisei na internet juntamente com meu orientador (Prof. Dr. Alexandre Pacheco), trabalhos relacionados à homossexualidade na Amazônia, na região Norte, porém, não encontramos trabalhos científicos relacionados ao que eu almejava até mesmo que servisse de base ou para um estudo comparativo. Mas persisti e acabei encontrando alguns artigos sobre a homossexualidade, homofobia e religião na Amazônia; homossexualidade e envelhecimento; homossexualidade e HIV/AIDS e famílias homoafetivas na Amazônia.

Parto do pressuposto que as análises dos estudos multidisciplinares de gêneros na Universidade Federal de Rondônia/UNIR podem revelar uma valorização da figura da mulher em detrimento de outras minorias com relação às questões de gêneros. Vale ressaltar que aqui nesse trabalho faço certas “críticas” não para negativar os trabalhos analisados dos pesquisadores ou pesquisadoras, fiz as análises das dissertações relacionadas aos estudos de gênero que de certa forma podem trazer contribuições ou/e que também podem ocultar outros tipos de gênero nos campo multidisciplinar. O período de 1990 a 2010 foi escolhido para dar a dimensão temporal desse trabalho, e também devido às pesquisas e os estudos sobre mulheres e de gênero iniciarem durante esses anos no campo acadêmico da UNIR.

Góis (2003) aborda em *Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil* a formação dos estudos gays e lésbicos no Brasil e suas relações com os estudos de gênero. Esse autor afirma que problemas históricos, políticos e relativos à formação dos campos científicos

modelaram os modos como os estudos em questão têm interagido. De acordo com o autor, como objeto de reflexão acadêmica, a homossexualidade foi abordada em diferentes teses de médicos higienistas desde o século XIX. O autor ainda comenta que esses trabalhos “[...] buscavam identificar traços comuns aos chamados *pederastas* e *viragos*⁴ e salienta a degeneração contida nos corpos de homens e mulheres que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.” (GÓIS, 2003, p. 2).

Luiz Mott (2001) em seu trabalho intitulado *A Revolução Homossexual: o poder de um mito*, comenta que há séculos atrás diversas civilizações quer serviram de matriz à cultura do povo ocidental, classificaram a homossexualidade de diversas nomes que refletiram o alto grau de condenação conexo a uma performance erótica, como por exemplo: abominação; crime contra a natureza; pecado nefando; vício dos bugres; abominável pecado de sodomia; velhacaria; descaração; desvio; doença; viadagem; frescura. (MOTT, 2001).

Michel Foucault (1993) no primeiro volume intitulado *A vontade de saber* questiona uma sociedade que foi hipócrita durante a chamada Idade Moderna, vivia-se uma fase de repressão sexual. O sexo era somente para fins de reprodução. Para ele:

Parece que, por muito tempo, teríamos suportado um regime vitoriano e a ele nos sujeitaríamos ainda hoje. A pudicícia imperial figuraria no brasão de nossa sexualidade contida, muda, hipócrita. [...] Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As Práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseira, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos direitos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem

⁴Pederastas foi uma maneira pejorativa que se denominava um homossexual, e Viragos eram mulheres homossexuais, lésbicas que tinha hábitos masculinos no século XIX e também eram vistos como criminosos que mais tarde passaram a serem tratados como loucos.

escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos “pavoneavam”. (FOUCAULT, 1993, p. 9).

No entanto, Michel Foucault através de sua “hipótese repressiva” comenta que a partir do século XVIII, os subsídios proibitivos ligados ao sexo teriam papel numa técnica de poder e numa vontade de saber. (FOUCAULT, 1993). Houve então de acordo com ele uma propagação de discursos sobre o sexo, por parte do poder (igreja, família, da medicina). Essas instituições tinham como objetivo o controle do indivíduo e da sociedade moderna.

[...] A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções. As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para impor um silêncio geral e aplicado. (FOUCAULT, 1993, p. 9-10).

Os pedagogos, psiquiatras e a própria igreja passaram a ter interesses sobre a sexualidade do indivíduo. A pedagogia elaborou um discurso sobre a sexualidade das crianças, já a psiquiatria estabeleceu as perversões sexuais. Os exames médicos, o relatório pedagógico, o controle familiar e a investigação psiquiátrica, que aparentemente apontavam apenas vigiar e reprimir essas sexualidades, funcionaram como mecanismos de incitação de prazer e poder. Entretanto:

A sexualidade foi definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar. (FOUCAULT, 1993, p. 67).

Sobre a homossexualidade, Foucault (1993) comenta que a identidade homossexual foi formada através do domínio do próprio sujeito, ressaltando:

[...] é necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada [...] menos como um tipo de relações sexuais do que uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androginia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual uma espécie. (FOUCAULT, 1993, p.43).

No entanto, foi através do discurso que instituiu a homossexualidade como pecado, classificou-a como patologia, mas também possibilitou-a de falar por si, de reivindicar espaços e discursos próprios.

No livro *O cuidado de si* o autor comenta que “[...] o cuidado de si está em correlação estreita com o pensamento e a prática médica.” E que a filosofia e a medicina, dispõe de um jogo emocional onde o elemento centralizador é o conceito de *patos*, de acordo com ele “[...] tanto se aplica à paixão como à doença física, à perturbação do corpo como ao movimento involuntário da alma.” E foi a partir desse conceito que foi plausível arquitetar uma análise adequada para “[...] os males do corpo e os da alma.” (FOUCAULT, 1985, p. 59-60). Já no livro *Uso dos prazeres* Foucault (1984) teve por objetivo compreender a sexualidade como experiência histórica singular.

Foucault (1984) sentiu a necessidade de acuar no tempo e averiguar as semelhanças e diferenças da modernidade não só com o início da tradição cristã, mas até mesmo com a antiguidade greco-romana e também de centrar a análise na construção do sujeito e de uma hermenêutica de si. A problemática do autor foi saber de que formas e a partir de que regiões da experiência o comportamento sexual foi tematizado. O autor analisa o modo como a sexualidade, sendo pensada na perspectiva educacional, do exercício da temperança, do bom uso dos prazeres, do domínio de si e dos outros, da aquisição e conservação da liberdade e da verdade, se estabeleceu na Grécia clássica como posse de prática. (FOUCAULT, 1984). Os dois últimos volumes da História da Sexualidade apontam como na Idade

Antiga a questão dos prazeres sexuais foi problematizada a partir de técnicas de si, que tinham como desígnio maior fazer com que o sujeito fosse senhor de seu destino. Esse pensador expôs a sua concepção de poder, difuso no social e presente em todos os pontos, e fez a relação disso com o discurso e a sexualidade.

De acordo com Luiz Mott que há décadas que surgiram “[...] modernas e sólidas pesquisas multidisciplinares internacionais garantem que “a homossexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão”.” (MOTT, 2006, p.510). Também desde 1985 o nosso Conselho Federal de Medicina e desde 1993 a Organização Mundial de Saúde excluíram o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças, deixando a homossexualidade de ser considerada “desvio e transtorno sexual”. Mott (2006) afirma que “[...] em 1999 foi a vez do Conselho Federal de Psicologia promulgar portaria ratificando a normalidade da homossexualidade, em tempo que condenou as teorias e terapias homofóbicas.” (MOTT, 2006, p.510).

Em meados da década de 1990 iniciou-se uma inquietação significativa desse quadro, de acordo com o autor isso ocorreu devido a uma aproximação entre as pesquisas sobre os homossexuais e os estudos sobre mulheres. Nos anos de 1970 e 1980 houve uma reviravolta sobre a questão da homossexualidade:

[...] abandonando a busca das origens ou das causas da homossexualidade e das suas supostas consequências maléficas, partiu-se para uma reflexão sobre a construção social dos significados associados a ela e das dificuldades enfrentadas pelos homossexuais na sociedade brasileira. Outrossim, buscou-se também analisar as estratégias individuais e coletivas voltadas à superação da opressão por eles enfrentada. (GÓIS, 2003, p. 2).

Nessa mesma época Mott (2006) esclarece que durante os anos 1990 foram apontados por grandes progressos na importância e da visibilidade da cidadania dos homossexuais.

O Góis (2003) fez levantamento nos principais periódicos de artigos que abordam as questões relacionadas a gênero no Brasil, verificou que havia uma ausência nas discussões no campo acadêmico e nos estudos de gênero e feminismo, sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. E, também ele constatou que os textos publicados na década de 1990 mostram que

neles os homossexuais “[...] ocuparam uma posição, no máximo, periférica.” (GÓIS, 2003, p. 3).

A partir dessa perspectiva suponho que o que contribui para o distanciamento de estudos sobre o assunto em questão nas universidades brasileiras é a existência de um “heterossexismo” fortemente presente nos estudos feministas, de gênero, nas ciências sociais e humanas como um todo, o qual, “[...] ao conceder reduzido espaço à experiência homossexual, a transformaria apenas em uma nota de rodapé exemplificativa de alguns fenômenos e nunca como processos relevantes em si mesmos.” (GÓIS, 2003, p. 3).

Alguns dos obstáculos encontrados para o desenvolvimento de pesquisa sobre a homossexualidade em geral é a raridade da documentação principalmente nos estudos históricos e quando encontrada tem suas devidas lacunas, principalmente documentos no que diz respeito à homossexualidade na Amazônia. De acordo com Mott (1987), o estudo da homossexualidade até pouco tempo era uma página totalmente em branco, que somente nos últimos anos tem merecido atenção de poucos estudiosos.

Busquei nas dissertações de mestrados produzidas da Universidade Federal de Rondônia, analisar e demonstrar como os estudos interdisciplinares de gênero construíram representações de mulheres e outras “minorias” como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) entre os anos de 1990 a 2010.

Utilizo abordagem teórica da história cultural e de outros campos do saber como a Sociologia, Filosofia, Antropologia e da Geografia, para apreendermos as práticas, representações e as relações de poder que se estabeleceram nos estudos de gênero presentes nas dissertações na UNIR.

Na obra *A História Cultural: entre práticas e representações* de Roger Chartier (1990), o autor explica que as representações do mundo social são construções:

[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p.17).

Para o autor as observações feitas do social não são feitos de discursos imparciais, pois, de acordo com ele ocasionam “[...] estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados [...]” (CHARTIER, 1990, p. 17), legitimando uma ideia reformadora e justificando, as escolhas e condutas de cada indivíduo.

No entanto a investigação sobre as representações, o autor supõe que elas estão “[...] sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Utilizando a perspectiva de Chartier, percebo a importância do embate das representações o quanto das lutas econômicas “[...] para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e seu domínio.” (CHARTIER, 1990, p. 17).

O autor indaga que:

[...] será necessário identificar como símbolos e considerar como <<simbólicos>> todos os signos, atos ou objetos, todas as figuras intelectuais ou representações coletivas graças aos quais os grupos fornecem uma organização conceptual ao mundo social ou natural [...]. (CHARTIER, 1990, p.19).

Todavia, apreendo o conceito de representação “[...] como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente [...]”. (CHARTIER, 1990, p. 21). De acordo com ele “[...] Trabalhando assim sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, afastando-se, portanto, de uma dependência demasiado estrita [...]”. (CHARTIER, 1990, p. 23).

Sobre a história cultural o autor explica que ela pode retroceder necessariamente “[...] ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um <<ser-apreendido>> constitutivo da sua identidade.” (CHARTIER, 1990, p. 23).

De acordo com Chartier (1990) a noção de representação pode ser:

[...] construída a partir das acepções antigas. Ela é um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens do Antigo Regime, quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo. (CHARTIER, 1990, p. 23).

Dessa forma seria para o autor um bom motivo para utilizar “[...] dessa noção a pedra angular de uma abordagem a nível da história cultural.” (CHARTIER, 1990, p. 24).

Chartier explica que essa noção permite articular três modalidades da relação com o mundo social:

1. O trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos;
2. As práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição;
3. As formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns <<representantes>> (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p. 23.)

A obra do autor esta guiada por três noções: representação, prática e apropriação. Ainda sobre a história cultural o autor nos orienta que é necessário refleti-la “[...] como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço.” (CHARTIER, 1990, p. 27).

Para Chartier:

[...] As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o

social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. (CHARTIER, 1990, p. 27)

A formação da identidade do indivíduo localiza-se sucessivamente na intersecção da representação que ele traz de si e da confiabilidade conferida ou renunciada pelos outros a essa representação. (CHARTIER, 1990).

A obra de Bourdieu (1989) *O poder simbólico* é de grande importância para a discussão de minhas indagações nessa pesquisa, pois o autor fez análises cruciais sobre seus objetos tais como, sociedades e sistemas educacionais, e também nos mostra como conduzir o nosso olhar sobre aos fenômenos ligados às questões sociais, das produções simbólicas e das relações indiretas de poder. Bourdieu (1989) nos mostra formulações de elementos constitutivos tais como: habitus, capital, campo, poder simbólico à luz do conhecimento sociológico.

Sobre o poder simbólico o autor comenta que:

[...] num estado do campo em que ser vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de dissolver, uma espécie de <<círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma>>[...]. (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Para o autor é importante saber encontrar onde esse poder estar oculto, onde ele é totalmente negado ou ignorado. Bourdieu (1989) define que o poder simbólico nada mais é que, um poder invisível “[...] o qual pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1989 p. 7-8). O autor comenta que os sistemas simbólicos (arte, religião, língua), como ferramentas da ciência e da comunicação “[...] só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. (BOURDIEU, 1989, p. 9).

O poder simbólico, no entanto, é um poder de edificação do fato que tem por objetivo formar uma resolução e criar a aceção próxima do mundo social.

No item *As produções simbólicas como instrumentos de dominação*, Bourdieu comenta que a cultura dominante fornece para a conexão legítima da classe dominante de acordo com ele “[...] assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes [...] para a integração

fictícia da sociedade no seu conjunto [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 10). Todavia, à desestruturação o que ele compreende como “falsa consciência” das classes dominadas, surge “[...] para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e, para a legitimação dessas distinções.” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Ainda para o autor:

[...] não basta notar que as relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom [...], podem permitir acumular o poder simbólico. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Em sua concepção os sistemas simbólicos exercem o seu posto político de ferramentas de prescrição ou conforme o autor, de legitimação da dominação, que colaboram para afirmar a dominação de uma classe sobre outra havendo a violência simbólica, que para Bourdieu, contribuiria para o apoio “[...] da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>>.” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O autor comenta que:

[...] As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurando o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Para Bourdieu:

O habitus científico é uma regra feita homem ou, melhor um *modus operandi* científico que funciona em estado prático segundo as normas da ciência sem ter estas normas na sua origem: é esta espécie de sentido do jogo científico que faz com que se faça o que é preciso fazer no momento próprio, sem ter havido necessidade de tematizar o que havia de fazer, e menos ainda a regra que permite gerar a conduta adequada. (BOURDIEU, 1989, p. 22).

Por meio da noção de campo, o autor faz uma ressalva de que “[...] torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista [...]”. (BOURDIEU, 1989, p. 27).

A noção de *habitus* de acordo com Bourdieu revela principalmente a renúncia a toda uma linha de escolhas nas quais a ciência social concluiu “[...] a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanismo, etc.” (BOURDIEU, 1989, p. 60).

O *habitus* como se enuncia a palavra, para ele é:

Um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural - , mas sim o de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o <<primado da razão prática>> [...]. (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Na obra *Para uma sociologia da ciência* Bourdieu (2015) faz uma ressalva de que a noção de *habitus* é, “[...] talvez, particularmente útil quando se trata de compreender a lógica de um campo como campo científico em que a *ilusão escolástica* se impõe com uma força particular.” (BOURDIEU, 2015, p. 58). O autor comenta que:

Reintroduzir a ideia de *habitus* remete as práticas científicas, não para o princípio de uma consciência cognitiva que age de acordo com as normas explícitas da lógica e do método experimental, mas para a ideia de <<ofício>>, ou seja, um sentido prático dos problemas a tratar, das maneiras adaptadas para os tratar, etc. (BOURDIEU, 2015, p. 59).

De acordo com Bourdieu (2015), a busca da originalidade, amiúde promovida pela ausência de conhecimento e a lealdade religiosa a este ou àquele teórico canônico que induz à propagação do rito. No entanto, a competência de reportar de maneira ativa as mais perfeitas obras dos intelectuais do passado colocando a desempenhar as ferramentas de produção que eles permitiram para o autor seria “[...] a condição do acesso a um pensamento realmente produtivo.” (BOURDIEU, 2015, p. 63).

Na obra *A profissão do sociólogo*, o autor comenta que é simplesmente através dos estudos “[...] das aplicações regulares dos procedimentos científicos que será possível chegar à formação de um bom sistema de hábitos intelectuais [...] esse é o objetivo essencial do método.” (BOURDIEU, 2000, p. 9).

Entretanto, as obras de Bourdieu, foram utilizados a partir de suas discussões sobre seu conceito de *habitus* e *campo* para podermos apreender como certas representações nos estudos multidisciplinares na UNIR, se relacionam com o

habitus presente no campo dos intelectuais e o poder e que através das análises poderão revelar uma valorização da figura da mulher em detrimento de outras minorias com relação às questões de gêneros. Percebe-se nos trabalhos de Bourdieu que esses conceitos (*habitus e campo*) complementam-se, e que o campo incide no lugar em que acontecem as inclusões entre os sujeitos e composições sociais. O campo científico (espaço) permeia sobre o dinamismo correspondendo com suas normas, regras e leis favoráveis.

Para a discussão de gênero e sexualidade, sigo conceitos com base na perspectiva de alguns estudos feministas. Butler (2003), atenta para o fato de o gênero ser culturalmente construído e questiona a aplicabilidade dos termos “homens” e “mulheres” a corpos definidos como tal, bem como, o fato de os gêneros serem reduzidos a dois. Já Scott (1990) define gênero dizendo que é empregado para designar as relações sociais entre os sexos significando, assim:

[...] uma maneira de indicar ‘construções sociais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. (SCOTT, 1990, p. 7).

Nesse trabalho gênero também é compreendido como categoria fundante no modo como a experiência sexual é vivenciada pelos sujeitos (HEIRBORN, 1999).

Para Neto “[...] as relações de gênero [...] possibilitam compreender as relações sociais não se estabelecem em campos dicotômicos ou opostos, situando o masculino e o feminino em territórios específicos e irreconciliáveis.” (NETO, 2000, p. 1). A autora ainda explana que: “[...] a perspectiva relacional que o gênero oferece permite análises de relações que vão além de postulados metodológicos como o determinismo biológico, a noção marxista de classe ou conceito [...] de patriarcado. (NETO, 2000, p. 2).

A pesquisa de campo foi realizada no campus da Universidade Federal de Rondônia, na Biblioteca Central Prof. Roberto Duarte Pires, onde pude consultar e encontrar as dissertações analisadas para o desenvolvimento deste trabalho.

Realizei busca de trabalhos no Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações de Gênero (GEPGENERO), foi feito levantamentos nos sites dos Programas de Pós-Graduação dos mestrados acadêmicos da UNIR/campus de Porto Velho (Mestrado em Geografia, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), pois, sabemos que hoje em dia, grande parte das universidades disponibilizam artigos, dissertações e teses para divulgações dos trabalhos de seus pesquisadores e também, realizamos pesquisas no portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológica (CNPQ), através dos currículos lattes das/dos professoras (os) pesquisadoras(es) onde realizei buscas dos trabalhos desenvolvidos no que tange as discussões multidisciplinares sobre gênero e sexualidade na Amazônia, para poder dar andamento do minha pesquisa.

O Estado de Rondônia foi criado através da lei complementar 041, de 22 de dezembro de 1981, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo. Seu primeiro governador foi o coronel do Exército Jorge Teixeira de Oliveira, nomeado no dia 29 de dezembro de 1981, pelo presidente da República João Baptista de Oliveira Figueiredo. A instalação do Estado ocorreu no dia 04 de janeiro de 1982. De acordo com Teixeira e Fonseca (2001) o território, que nasceu com quatro municípios, depois agrupados em dois (Porto Velho e Guajará- Mirim), em 1975 assistiu a criação de mais cinco municípios (Cacoal, Ariquemes, Rondônia, Pimenta Bueno e Vilhena), todos ao longo da BR-364. No ano de sua criação o Estado de Rondônia estava composto por 13 municípios (Porto Velho, a capital, Guajará-Mirim, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Vilhena, Colorado do Oeste e Costa Marques).

O processo de povoamento que constituiu o estado de Rondônia começou a partir do século XVIII, durante o ciclo do Ouro e mais tarde com os I e II ciclo da Borracha paralelamente a Construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM)⁵, mas conhecida como a “Ferrovia do Diabo”, que originará a cidade de

⁵ A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) atraiu vários imigrantes que buscaram no atual Estado de Rondônia, trabalhos nas obras da ferrovia, como por exemplos: italianos, barbadianos, jamaicanos, bolivianos, turcos, sírios, judeus, gregos, libaneses, cubanos...

Porto Velho e as Estações Telegráficas da Comissão Rondon, vieram para Rondônia vários migrantes, entre eles, da região sul, sudeste e nordeste do Brasil, também da com a vinda de mineradores, comercializadores, militares e padres jesuítas que fundaram os primeiros arraiais e vilas nos vales Guaporé-Madeira. Porto Velho, capital de Rondônia, tornou-se município em 2 de outubro de 1914, pertencendo ao Estado do Amazonas, em 1943, tornou-se capital do Território Federal do Guaporé e depois muda para capital do Território Federal de Rondônia em 1956, e, em 1981 com promulgação em 1982, capital do Estado de Rondônia. Somente com a pavimentação da BR-364 (antes BR-029) na década de 1970 ligou o nosso Estado de Rondônia com as demais regiões do Brasil.⁶

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) foi criada em 1982 pela Lei nº 7011, de 08 de julho, após a criação do Estado de Rondônia pela Lei Complementar nº 47 de 22 de dezembro de 1981. É a única universidade pública de Rondônia. Atualmente a UNIR possui oito *Campi* no estado de Rondônia, localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. A sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho. Sua estrutura é constituída de: 08 campi, 05 núcleos, 29 departamentos, 68 cursos de graduação, 12 cursos de mestrado, 02 curso de doutorado, 774 professores efetivos, 9.611 alunos regulares matriculados, em média, a cada período letivo, 3.525 alunos oriundos de projetos especiais, 503 técnicos-administrativos.⁷

Os Programas de Pós-Graduação surgiram a partir de 2000, aqui falarei dos mestrados, no qual analisei as dissertações. De acordo com o levantamento realizado nos arquivos da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPesq)⁸, o

⁶ Ver: TEXEIRA, Marcos Antônio Domingues. FONSECA, Dante Ribeiro da. História Regional: Rondônia. Porto Velho, Rondoniana, 2001. 2ª ed.

⁷ Conforme o Portal Acadêmico e guia do estudante, disponível em: <<http://www.academico.unir.br/?pag=estatica&id=370&titulo=Orienta%E7%E3o>>. Acesso em: 25 de nov. 2015.

⁸ Órgão esse que é responsável para planejar, coordenar, desenvolver e executar as políticas de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa. É responsável também por executar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

primeiro programa de pós-graduação criado na Universidade foi o Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio ambiente (PGDRA), é um curso regular, acadêmico, multidisciplinar, gratuito, integral, oferecido no Campus José Ribeiro Filho, da UNIR, em Porto Velho, compondo as atividades de Ensino de Pós-Graduação da UNIR. O curso de Mestrado foi iniciado em 1999, sem a autorização da CAPES, e retomando em 2004, após autorização da CAPES.

O Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia (PPGG) foi aprovado pela resolução 109/Consea, em 12 de dezembro de 2005. Esse mestrado é um curso regular acadêmico, público, integral e em atividade no campus José Ribeiro Filho da UNIR/Porto Velho. O curso está estruturado sob o currículo integrado da ciência geográfica. A sua área de concentração é “Amazônia e Política de Gestão Territorial”, cujas linhas de pesquisa são: Gestão do Território; Populações Amazônicas e Cidadania; Meio Físico e Desenvolvimento Sustentável; e Estado e Políticas de desenvolvimento. A implantação do curso de Mestrado em Geografia no ano de 2006 significou tanto o reflexo da política institucional da UNIR em ampliar sua capacidade de formar recursos humanos de alto nível, como também refletiu o anseio da comunidade geográfica de Rondônia no preenchimento de uma lacuna importante na continuidade de seus estudos sem que fosse necessário o deslocamento dos candidatos para outros Estados.

Já o Programa de Pós- Graduação Mestrado em Ciência da Linguagem teve seu início em 2007, mas foi descredenciado em 2013, funcionava no campus de Guajará-Mirim/Rondônia. Visava como público-alvo, graduados em Letras e em Pedagogia. A área de concentração única era em Etnolinguística Documental e Descritiva.

Na atualidade o ofício do historiador é atravessado pelo mundo digital e virtual, a internet com suas revistas digitais, arquivos online, bancos de memórias e histórias, portais, vem influenciando, e muito na prática do historiador. A meu ver o computador está sendo para o historiador ou historiadora uma ferramenta de uma mudança tecnológica e o carro-chefe para uma revolução metodológica no campo da história:

As inúmeras possibilidades de uso da internet demanda, portanto, novas e atuais competências do historiador, pois elas vêm modificando radicalmente a forma de reprodução, de leitura e de questionamento do documento. (SAMARA; TUPY, 2007, p.129).

O encontro com as fontes originais digitalizadas pode ajudar e promover o trabalho do pesquisador. Mas, é preciso repensar os critérios de significação da tipologia de categorização dos registros. Esse fenômeno é bastante importante quando lembramos que a História tornou-se a ciência do hoje, da compreensão do imediato, do presente, do aqui e do agora. Bloch:

A história, todavia, não é possível pô-lo em dúvida, tem prazeres estéticos que lhe são próprios, que não se assemelham aos de nenhuma outra disciplina. É que o espetáculo das atividades humanas, seu objeto particular, é, acima de qualquer outro, de natureza a seduzir a imaginação dos homens. (BLOCH, 1999, p.14).

O uso do computador enquanto uma das ferramentas de trabalho do historiador hoje corrobora a crítica histórica e aparece, assim, tomando o feitiço de uma heterogeneidade de registros-escritos e não-escritos, que demandam modernas probabilidades tecnológicas, novas artes de pesquisas. Assuntos e temas incomuns são alguns dos alicerces que confirmam e reafirmam o processo dinâmico da própria História. Esse processo está ligado ao que Bloch (1999), denomina de tempo histórico, pois, segundo o autor a História é a:

<<Ciência dos homens>>, dissemos-nos. É ainda muito vago. Temos de acrescentar: <<dos homens no tempo>>. O historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. [...] O tempo da história é, pelo contrário, o próprio plasma em que banham os fenômenos, e como que o lugar da sua inteligibilidade. [...] Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, contínuo. É também perpétua mudança. (BLOCH, 1999, p. 29-30).

As técnicas utilizadas se constituíram da utilização de estudos bibliográficos e fichamentos pautados com o assunto proposto. Segundo Goldemberg (2000) o fichamento dos livros lidos, a partir das questões da pesquisa, é uma forma prática de juntar a teoria e o material empírico. Uma das primeiras etapas foi compreender o que os autores queriam dizer em seus textos. Para isso, a autora nos ressalva que se faz necessário uma primeira leitura, em que sublinhamos o livro e escrevemos nossos comentários pessoais no próprio texto. A partir de então, passamos a resumir as idéias principais, discordando, questionando lembrando-se de outros

autores que escreveram sobre o tema. No entanto, na primeira leitura, anotei as ideias que foram surgindo, indicando livros a consultar e ideias a pesquisar para desenvolver o nosso trabalho. Quando foi necessário, busquei dados sobre determinados autores e citações de suas obras.

Utilizo autores da História Social, História Cultural e também do campo sociológico para as discussões dos seguintes conceitos: de representação, gênero, sexualidade, homossexualidade, identidade, poder. Compreendemos que o campo histórico de pesquisa, que se encontra na UNIR a partir de trabalhos acadêmicos que não foram necessariamente voltados aos estudos históricos, tem suas devidas singularidades e especificidades.

De acordo com Castro (1997) a história social:

[...] propõe-se, de fato, as vivências históricas individuais, passíveis de serem parcialmente reconstituídas, como um nível privilegiado de observação para rever e formular novos problemas a explicação histórica, considerando tanto as condicionantes estruturais do comportamento humano na história, como a margem de liberdade e de criatividade nele contidas [...]. [...] a história social mantém [...] seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos — *sociais* — na explicação histórica. Dar lugar aos testemunhos de todas as ordens e responde a preocupação de introduzir existências e singularidades no discurso histórico. (CASTRO, 1997, p. 88-90).

Já História Cultural, abriu um leque de possibilidades para a historiografia, é nesse novo terreno que diversos historiadores como, Roger Chartier, Michel de Certeau, Sandra Jatahy Pesavento, Lynn Hunt, etc. passaram a focalizar, a pensar, a pesquisar e escrever a história a partir de outras perspectivas, rompendo com os paradigmas positivistas e tradicionais. É uma nova forma de abordar o homem no tempo, construindo uma nova história não preocupada com a apologia de príncipes ou generais em efeitos singulares, senão com a sociedade global e com a reconstrução dos fatos em série passíveis de compreensão e explicação. O interesse da História Cultural se volta para uma história preocupada com anônimos, seus modos de viver, sentir e pensar. Ela revaloriza a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais. Paralelamente, ganhou novo impulso o estudo do político e incorporou-se o estudo do contemporâneo. Esta revolução

historiográfica desencadeada pelos teóricos da Escola dos Annales impulsionou diferentes perspectivas de escrever e estudar a história.

Vainfas (1997) esclarece que “[...] combinar abordagens distintas talvez seja o ideal, resguardadas as diferenças e até a oposição de paradigmas” e ainda explana “[...] o mais é percorrer os caminhos e descaminhos da história, enfrentando-se com serenidade as diferenças de opinião e opção teórica.” (VAINFAS, 1997. p. 632).

No primeiro capítulo comento a partir dos estudos feministas e de gênero, a figura da mulher e dos homossexuais na ciência para podermos perceber as contribuições e influência desses estudos na Universidade Federal de Rondônia.

No segundo capítulo desenvolvo uma discussão em torno da homossexualidade na ciência, os discursos produzidos na academia e relato os crimes homofóbicos no Brasil.

Já no terceiro capítulo explano e a descrevo as origens dos estudos de gênero na UNIR, quem foram e/ou continuam sendo as pesquisadoras/pesquisadores que contribuíram nas discussões nos assuntos que ora me interessou no presente trabalho, para poder apreender e ser discutido as teorias e métodos utilizados sobre os objetos de pesquisa para a construção das representações de gênero nas dissertações.

E no quarto capítulo apresento os resultados do trabalho a luz dos teóricos sobre as indagações e questionamentos proposto para o estudo.

Pretendo contribuir no debate relacionado à questão da sexualidade e relações de gênero nos estudos regionais na Amazônia, mostrando a importância em torno da temática no meio acadêmico e sua relevância social para que possa ser repensando os ocultamentos que ainda paira no campo acadêmico da Universidade Federal de Rondônia.

2 A GÊNESE DOS ESTUDOS FEMINISTAS, DE MULHERES E HOMOSSEXUAIS

“Então as mulheres tem uma alma.
Mas teriam espírito, isto é a capacidade da
razão?

Sim, diz Poulain de La Barre.
(Michelle Perrot)

2.1 Do movimento feminista aos estudos de gênero no Brasil

No presente capítulo tenho por finalidade historiar a partir dos estudos feministas e de gênero, sobre a figura da mulher e dos homossexuais na ciência para podermos perceber as contribuições e influência desses estudos na Universidade Federal de Rondônia.

Historicamente a mulher foi tratada como um ser frágil e misterioso, um ser que apenas caberia o seu papel em servir e procriar, só tardiamente que o seu corpo torna-se discurso na ciência médica, sobre isso Foucault comenta que:

Durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. "Vocês são apenas o seu sexo", dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. "Vocês são a doença do homem". E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência. (FOUCAULT, 2014, p. 351).

Na perspectiva de Foucault, os movimentos feministas acolheram a provocação:

[...] Somos sexo por natureza? Muito bem, sejamos sexo, mas em sua singularidade e especificidade irreduzíveis. Tiremos disto as consequências e reinventemos nosso próprio tipo de existência, política, econômica, cultural [...] para esse movimento [...] parti desta sexualidade na qual se procura colonizá-las e atravessá-la para ir em direção a outras afirmações. (FOUCAULT, 2014, p. 351).

Na obra de Beauvoir *O Segundo Sexo* publicada na década de 1970 é precursora no tocante a discussão de gênero nas ciências humanas e sociais, obra esta que até os dias atuais é citada nas pesquisas que analisam gênero, mas especificamente a categoria *Mulher*. Numa perspectiva existencialista, Beauvoir explica que “[...] todo ser humano do sexo feminino não é, portanto,

necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade.” (BEAUVOIR, 1980, p. 7).

Saffioti em seu artigo intitulado *Primórdios do conceito de gênero*, “Beauvoir é frequentemente criticada por ter pretendido estudar a mulher e não mulheres.” (SAFFIOTI, 1999, p. 159). Ou seja, não estudou as especificidades das mulheres, colocando-as como um ser individualizado ou universal.

A autora especifica que por Beauvoir não ter familiaridade com o ofício de historiador à mesma:

[...] incorreu, sem dúvidas, em erros. Deixou de verificar, por exemplo, que houve espaços/tempos em que a maioria das mulheres alcançava a transcendência e que em qualquer espaço/tempo sempre há mulheres que não se limitam à imanência. Por esta razão, enxergou apenas a dominação masculina, não tendo visto a igualdade entre homens e mulheres, presentes em certas sociedades. (SAFFIOTI, 1999, p. 7).

E, ainda ressalta que:

Como não havia historiadoras feministas na época, não se havia ainda revelado o papel das mulheres na História e, por conseguinte, enquanto SUJEITOS. Logo, ela foi vítima da ignorância de outros estudiosos, como Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, foi vítima de uma etnografia muito insuficiente. (SAFFIOTI, 1999, p. 159-160).

Mesmo com as críticas feitas sobre a obra de Beauvoir, querendo ou não, teve suas premissas científicas em torno do que é *ser mulher*, tecendo seus argumentos sobre o binarismo predominante na sociedade, a autora explica que o sistema de dominação masculina parte da relação dos dois sexos, explicando que:

[...] o homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

No entanto, seu trabalho na minha concepção, tem seus méritos no que tange a criticidade sobre a inferioridade e a subordinação da mulher que até hoje ainda a resquícios de discursos machistas e sexistas presentes em nossa sociedade. A autora afirma que para por em provas esses argumentos sobre inferioridade da mulher “[...] os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a

teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia [...]” (BEAUVOIR, 1980, p. 17).

Ainda em seu trabalho é importante ressaltar os questionamentos que permeiam a elaboração da discussão em torno do *Segundo Sexo*, Beauvoir indaga:

Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? Que caminhos lhe são abertos? Quais conduzem a um beco sem saída? Como encontrar a independência no seio da dependência? Que circunstâncias restringem a liberdade da mulher, e quais pode ela superar? São essas algumas questões fundamentais que desejaríamos elucidar. Isso quer dizer que, interessando-nos pelas oportunidades dos indivíduos, não as definiremos em termos de felicidade e sim em termos de liberdade. (BEAUVOIR, 1980, p. 23).

É a partir desses questionamentos que Beauvoir discute a figura da mulher na concepção biológica, na psicanálise e também no materialismo histórico em sua obra.

O livro *O Segundo Sexo* de acordo com Saffioti se não foi o primeiro com anseios científicos “[...] podem se lembrar alguns de feministas que escreveram no fim do século XVIII e no XIX, dentre eles dois homens, J. Stuart Mill e F. Engels, e mulheres como E. Candy Stanton, M. Wollstonecraft, Flora Tristan etc.” (SAFFIOTI, 1999, p. 160). No entanto, a obra de Beauvoir trouxe suas contribuições para a pesquisa científica em torno das discussões s da figura da mulher em sociedade, e influencia até em nossa contemporaneidade os estudos feministas e de gênero no mundo acadêmico.

No Brasil uma das pioneiras nos estudos feministas foi Rose Marie Muraro, nasceu no Rio de Janeiro em 1930 e faleceu em 2014, foi escritora, intelectual e feminista, nasceu praticamente cega e sua personalidade singular deu-lhe força e determinação suficientes para tornar-se uma das mais brilhantes intelectuais de nosso tempo. Publicou livros polêmicos, contestadores e inovadores dos valores sociais da sociedade moderna.

Nos anos 1980, quando a Igreja adotou uma postura mais conservadora, passou a ser perseguida pelos ideais. A atuação intensa no mercado editorial foi fruto de sua mente libertária, cuja visão atenta da sociedade pode ser comparada a de muito poucos intelectuais da atualidade. Muraro escreveu várias obras entre elas: *História do masculino e do feminino* (2007), *A mulher na construção do futuro* (2007), *O que as mulheres não dizem aos homens* (2006), *Por que nada satisfaz as*

*mulheres e os homens não (2003), Feminino e masculino (2002), Memórias de uma mulher impossível (1999), Sexualidade da mulher brasileira (1996), Seis meses em que fui homem (1993), A mulher no terceiro milênio (1993).*⁹

Nos estudos históricos sobre a figura da mulher no Brasil temos a historiadora Mary Del Priore, em uma de suas obras intitulada *A mulher na história do Brasil*, a autora repensa a história da mulher no Brasil. Procurando compreender como e quando se formaram conceitos ideias para a mulher em nosso país, a autora se refere aos qualificativos tão comumente invocados para rotular as mulheres, como “mãe”, “tonta” e “puta”. O objetivo da autora foi “esvaziar o peso e os rótulos, permitindo à mulher exercer, na prática, os seus papéis sociais, longe de preconceitos.” (DEL PRIORE, 1997, p. 10).

Del Priore utiliza em sua obra a reunião de fontes e alguns novos objetos relativos ao estudo da mulher na história do Brasil. Para ela “[...] o fazer a história da mulher brasileira, tem sido costurado aqui e ali com alguns artigos, pequenos trabalhos e raras obras gerais.” (DEL PRIORE, 1997, p. 11). De acordo com ela a imagem da mulher na história do Brasil tem nascido frequentemente sob a luz de estereótipos, como:

Auto-sacrificada, submissão sexual... a imagem da mulher de elite opõem-se a promiscuidade e a lascívia da mulher de classe subalterna, pivô da miscigenação e das relações inter-étnicas que justificaram por tanto tempo a falsa cordialidade entre colonizadores e colonizados. (DEL PRIORE, 1997, p. 12).

A História enquanto ciência surgiu em meados do século XIX, uma ciência pensada numa perspectiva masculina onde o debate sobre a mulher enquanto sujeito histórico foi seriamente balizado pelas reproduções e conceitos masculinos de historiadores. (DEL PRIORE, 1997).

Del Priore afirma que a primeira obra em que se trataram as mulheres no campo histórico foi de Michelet “La femme”, que para ela, o autor “[...] compreendia o movimento da história como uma resultante da relação dos sexos, modulado pelo conflito latente entre a mulher/natureza e o homem/cultura.” De acordo com ela para

⁹ Ver: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Rose_Marie_Muraro#Primeiros_anos_e_feminismo > . Acessado em 25 de nov. de 2015.

Michelet “[...] a mulher só teria papel benéfico neste processo se dentro do casamento e enquanto cumprindo o papel de mãe.” (DEL PRIORE, 1997, p. 12). Ou seja, se elas escapassem do ambiente privado como faziam as adúlteras e as feiticeiras, tornavam-se um mal.

Nesse período, de acordo com a autora, a sexualidade do indivíduo obteve relevância para a pesquisa dos historiadores. Todavia, tecendo críticas ao positivismo e a escola dos Annales, Del Priore explana que “[...] Sucedeu o positivismo de Seignobos que rejeitava a história dos sexos e do cotidiano, elegendo o povo e o estado como objetos por excelência.” (DEL PRIORE, 1997, p. 12). Todavia, na década de 1930 a escola dos Annales de Marc Bloch e Lucien Febvre implantaram a dominação do econômico e do social, por meio dos estudos de conjuntura e estrutura, de acordo com a autora sem levar em conta a questão sexual. (DEL PRIORE, 1997). Entre a década de 20 e 40, a história da mulher é confundida com o feminismo e originou algumas obras voltadas para o campo da sociologia.

Entretanto, foi somente na década de 1970, com a Nova História beneficiando a ampliação da *Antropologia Histórica*, que se colocou em debate o papel da família e da sexualidade, e com a História das mentalidades, voltada para a pesquisa sobre a questão daqueles que estão à margem do poder que se dedicou a uma conjuntura dialógica para as questões sobre a mulher.

A história da mulher nada mais é que “[...] uma história de complementaridades sexuais, onde se interpenetram práticas sociais, discursos e representações do universo feminino com uma trama, intriga e teia.” (DEL PRIORE, 1997, p. 13).

Em seu livro percebe-se que a sociedade colonial brasileira era extremamente machista (ainda predominam resquícios desse machismo no Brasil) uma vez que, a mulher era vista de forma inferiorizada. A mulher era colocada como submissa, principalmente em relação à igreja que interferia na vida da mulher de forma direta, impondo regras de comportamento e dizendo o que era “certo e o que era errado”. A mulher não podia cuidar de si e nem mesmo sentir prazer sexual, pois eram vistas

como objetos de procriação, ao contrário dos homens que procuravam prostitutas para satisfazer seus desejos, o que era até permitido pela Igreja, classificado como um pecado menor. (DEL PRIORE, 1997).

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro no trabalho intitulado *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero* publicado em 2007, mostram e caracterizam a história das mulheres para história de gênero. As historiadoras comentam que na década de 80, a Revista Brasileira de História divulgou um número inteiramente dedicado ao tema da Mulher, intitulado *A mulher no espaço público*, que foi organizado por Maria Stella Martins Bresciani. De acordo com Soihet e Pedro (2007), a organizadora da revista dizia ser esta uma “história da exclusão”. Na visão das autoras falar de Mulher na história significava: “[...] tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil.” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 281). Elas ressaltam que, nesse período da publicação da revista, categorias como ‘mulher’, ‘mulheres’ e ‘condição feminina’ eram utilizadas nas análises das fontes e nas narrativas que eram tecidas. Nas produções históricas brasileiras, a categoria de análise de gênero ainda era novidade nos discursos da historiografia. (SOIHET; PEDRO, 2007). As pesquisas sobre os estudos de mulheres e de gênero cresceram a partir de pesquisadoras interessadas em discutir a questão da mulher e de gênero na História, através dos encontros acadêmicos e de eventos científicos nacional realizados para a discussão e problematização das produções históricas no Brasil.¹⁰

¹⁰Sobre isso Soihet e Pedro comentam que através da constituição de um Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero, visando articular em âmbito nacional uma rede de contatos entre pesquisadoras, articulado à Associação Nacional de História, foi criado em 25 de julho de 2001, durante o XXI Simpósio Nacional da Anpuh, realizado em Niterói (RJ). Outros GTs de Estudos de Gênero, de âmbito regional, foram criados em São Paulo, em Santa Catarina e, mais tarde, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Dourados, no Mato Grosso do Sul. Ainda em outras reuniões científicas, como a Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), realizado todos os anos em Caxambu, Minas Gerais, e o FAZENDO GÊNERO, este realizado a cada dois anos em Florianópolis, Santa Catarina. Tem sido numerosa a presença de historiadoras em todos esses eventos, mostrando, assim, um diálogo muito fértil realizado de forma interdisciplinar. (SOIHET; PEDRO, 2007).

Uma constante nos textos das Ciências Sociais e Humanas sobre a sexualidade a partir da década de 1990 é a presença de gênero como categoria fundante:

[...] no modo como a experiência sexual é vivenciada pelos sujeitos, na medida em que as trajetórias masculinas e femininas são radicalmente distintas, não exatamente pelas diferenças estampadas em seus respectivos corpos, mas sobretudo em função da maneira como as expectativas e as aspirações em relação à experimentação sexual são marcadas pelo gênero na tradição ocidental. (HEIBORN; BRANDÃO, 1999, p. 11).

Segundo Maria Teresa Citeli em sua obra *A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica* mostra que as trajetórias de ambos os campos de estudos (do gênero e da sexualidade), no Brasil, estão ligados por terem recebido grande impulso com a eclosão de movimentos sociais na década de 1970, como o feminista, o de liberação sexual e, mais tarde, o movimento homossexual. A autora ressalta que, enquanto os movimentos sociais e a academia faziam emergir sexualidade e gênero como questões para intervenção e investigação empírica e teórica, a crescente preocupação internacional por temas como saúde reprodutiva feminina e masculina. (CITELI, 2005).

O gênero como categoria fundante no modo como a experiência sexual é vivenciada pelos sujeitos de acordo com Citeli (2005), aparecem nas pesquisas que abordam a masculinidade e a feminilidade, articulado a outras modalidades de classificação, como sistema de parentesco, idade, privilégios sociais, renda e até mesmo local de moradia. A autora comenta que, um bom número de estudos investiga traços da construção das identidades femininas e masculina por meio da análise de relatos de experiências sexuais diferenciadas, principalmente em grupos populares.

De acordo com Siqueira (2008) a relação entre conhecimento histórico e relações de gênero é um tema que tem suscitado discussões e levantado questões diversas. A autora interroga se a história tem:

[...] participado da construção das relações de gênero, ou apenas informado a respeito de como os sujeitos do sexo masculino e feminino vêm se organizando ao longo do tempo nas diversas sociedades históricas? Tem-se contribuído, como opera essa

participação? A história pode colaborar na luta pela promoção de uma sociedade com relações de gênero não hierárquica? É papel desta área de conhecimento se preocupar com esse tipo de problemática? (SIQUEIRA, 2008, p. 1).

Para a autora essas são algumas perguntas que devem ser enfrentadas, e cabe às (aos) historiadoras (es) sensíveis a esse debate promover esse enfrentamento.

Mariana Moreira Neto em seu artigo intitulado *A categoria “gênero”: considerações acerca de suas variações e validade* apresenta uma discussão acerca das relações de gênero que permitem compreender como as relações sociais não se estabelecem em campos dicotômicos, situando o masculino e o feminino em territórios específicos e irreconciliáveis. A perspectiva relacional que o gênero oferece permite analisar as relações sociais além dos postulados como o determinismo biológico, a noção marxista de classe ou o conceito antropológico de patriarcado.

As relações de gênero [...] possibilitam compreender que as relações sociais não se estabelecem em campos dicotômicos ou opostos, situando o masculino e o feminino em territórios específicos e irreconciliáveis. A perspectiva relacional que o gênero oferece permite análises de relações que vão além de postulados metodológicos como o determinismo biológico, a noção marxista de classe ou o conceito antropológico de patriarcado. (NETO, 2000, p. 138).

A autora comenta que:

O termo gênero e sua conversão em categoria de análise pelas Ciências Sociais ganha terreno a partir de meados dos anos 80, em função, por um lado, da crise que afeta os paradigmas tradicionais, como a tradição marxista, e, por outro, da emergência de novas abordagens teórico-metodológicas. A História Social, o estudo das mentalidades e do cotidiano; a Psicanálise, sobretudo os postulados elaborados pelos pós-estruturalistas; e a Linguística, oferecem novos elementos de investigação científica e apontam novas trilhas e uma nova possibilidade de evidência que, interrelacionados, abrem novas dimensões para a construção ou (re) construção do conhecimento. (NETO, 2000, p. 139).

Já Saffioti explana que gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social e o conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas

através dos mais distintos processos sociais, trama essa na qual as relações de gênero têm lugar. (SAFFIOTI, 2001). Para ela:

[...] no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação – exploração da categoria social ‘homens’ exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais diante dos ditames do patriarcado, tendo esta necessidade de fazer uso da violência. (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Scott (1994) ressalta que o termo gênero é uma tentativa das feministas contemporâneas de buscar caminhos de definição que difiram das teorias existentes de explicação das origens da desigualdade entre homens e mulheres.

Compreendo que gênero é uma dada maneira de olhar a realidade da vida (das mulheres e dos homens) para compreender: as relações sociais entre mulheres e homens; as relações de poder entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. No entanto gênero deve ser visto como “[...] elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e como sendo um modo básico de significar relações de poder”. (SCOTT, 1994, p. 186). A categoria gênero:

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1994, p. 13).

Siqueira corrobora dizendo que, “[...] por essa perspectiva gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que por sua vez, se constituem no interior de relações de poder”. (SIQUEIRA, 2008, p. 115).

De acordo com Neto (2000), a emergência do gênero enquanto categoria de análise é recente e surge como uma tentativa de estabelecer compreensões teóricas

acerca dos questionamentos que emergem na esteira das práticas políticas que marcam o percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo, o feminismo. Para a autora estes movimentos trazem à cena um amplo espectro de interrogações e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, vinham sendo adotados como explicações “naturais” para atitudes discricionárias, procedimentos discriminadores e políticas e práticas de dominação e submissão.

A partir dessa visão aparentemente consensual do conceito de gênero, o termo foi empregado de diferentes maneiras pelos historiadores.

A autora afirma que os estudos de gênero entraram na História, e, que herdaram muitos dos pressupostos, preocupações e metodologias de pesquisa da já atuante *História das Mulheres*, mas também reformularam ou contestaram vários outros. Para Pinsky (2009):

[...] uma das propostas da História preocupadas com gênero é entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos. (PINSKY, 2009, p. 76).

Peter Burke em sua obra *História e Teoria Social* comenta que a ideia de masculinidade e a feminilidade são “construídas” socialmente está passando a ser considerada óbvia, a mudança é, em grande parte, consequência do movimento feminista. Para ele a história da mulher oferece nova perspectiva sobre o passado, cujas consequências ainda não foram estimadas.

As mulheres ficaram virtualmente “invisíveis” para os historiadores no sentido de que a importância de seu trabalho diário, sua influência política (em todos os níveis da política), em geral, foi subestimada, e a mobilidade social foi, via de regra, discutida apenas em termos masculinos. Em outra metáfora contundente, as mulheres foram descritas como exemplo de um grupo “abafado”, somente capaz (em muitas vezes e lugares) de expressar suas ideias por meio da linguagem dos homens dominantes. (BURKE, 2002, p. 76).

De acordo com Burke (2002) o movimento feminista e as teorias com ele relacionadas encorajaram os historiadores e historiadoras a fazerem novas perguntas a respeito do passado e, que: [...] o trabalho da mulher foi, com

frequência, desconsiderado pelos historiadores do sexo masculino especialmente porque – em um surpreendente exemplo do problema da “invisibilidade.” (BURKE, 2002, p. 77).

Em outra obra de Burke *A Escrita da História* o autor mostrou que:

Apesar da produção historiográfica sobre o Gênero persistir com alguns problemas de definição, fontes, métodos e explicação e ainda a própria diversidade que envolve a categoria de gênero, este crescimento abriu um campo movediço de controvérsias, instaurando um debate fértil de análise e discussão para a temática e contribuindo para o próprio método historiográfico em geral. (BURKE, 1992, p. 24).

Sabemos que documentos históricos sobre as relações trabalhistas das mulheres no passado foram silenciados nos registros oficiais, até porque, quem realizava toda a função escrituraria eram os homens.

2.2 A formação dos estudos de gênero no Brasil

Os estudos de gênero no Brasil seguem os diferentes períodos dos movimentos sociais feministas. No início da década de 1970 a emergência destes grupos estabiliza e cria novas forças políticas em vários lugares do mundo, de acordo com Silva “[...] Movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, ecológicos e de mulheres, para citar os mais expressivos, despontam e modificam lugares e mentalidades”. (SILVA, 2009, p. 2).

Os primeiros movimentos de mulheres surgiram no Brasil na década de 1970, e os estudos de gêneros no país iniciaram nesse período, principalmente no Estado de São Paulo, onde as mulheres da periferia, através das comunidades da Igreja Católica reivindicavam ao estado, atendimento de suas necessidades básicas, como creches e melhores salários. De acordo com Silva essas mulheres trabalhavam fora de casa para ajudar na manutenção de suas famílias.

Entres as primeiras mulheres a analisarem as relações de gênero no campo sociológico foram Heleieth Saffioti e Eva Alterbann Blay, preocupadas com as relações de produção/mulher e trabalho no espaço urbano e rural. Grossi (1998) em seu trabalho intitulado **Identidade de Gênero e Sexualidade**, ressalva que estes

estudos [...] que no Brasil se iniciam com a tese defendida por Heleieth Saffioti no final dos anos 1960 intitulada *A mulher na sociedade de classes*, tinham como preocupação estudar a opressão da mulher nas sociedades patriarcais. (GROSSI, 1998, p. 3).

Vale ressaltar que, de início o movimento feminista no Brasil teve intuito a busca de igualdade numa sociedade onde elas eram invisibilizadas. Em nossa concepção corroborando a discussão que Silva faz em torno dos Estudos de Gênero no Brasil, é a partir desse movimento que a figura da mulher aparece em cena enquanto sujeito.

Na década de 1980, de acordo com Silva (2009) reafirmaram-se a necessidade diversificada das experiências das mulheres a partir das relações de gênero. E, que as pesquisas passaram a demonstrar o caráter relacional entre os sexos que são construídos socialmente e culturalmente a partir de relações de poder. A autora ressaltava que “[...] não bastava estudar as mulheres era preciso estudar as relações sociais entre os sexos”. (SILVA, 2009, p. 3).

A partir dessa década é que se notará um aumento no interesse de pesquisas sobre as mulheres brasileiras. De acordo com Grossi (1998) “[...] em muitos cursos de pós-graduações são oferecidos cursos sobre a questão, que resultam em um grande número de teses sobre as mulheres brasileiras.” (GROSSI, 1998, p. 3). A autora afirma que os estudos de gênero no Brasil problematizaram e questionaram a determinação biológica da condição feminina.

É importante ressaltar que o conceito de gênero adquirido por pesquisadores no Brasil, é de origem das estudiosas feministas norte-americanas “[...] que passaram a usar a categoria *gender* para falar das origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”. (GROSSI, 1998, p. 4).

Silva explana que os movimentos de mulheres no Brasil são heterogêneos e não possuem uma linearidade. Todavia, a discussão da igualdade ou da diferença “[...] destaca-se como crucial para os movimentos feministas e no debate acadêmico estas questões assumem a forma de muitos trabalhos teóricos e pesquisas empíricas,” (SILVA, 2009, p. 4), tanto nas ciências sociais como também nas ciências humanas, mas especificamente na Antropologia, História e na Sociologia.

Na Geografia, Marcio José Ornat explica que temáticas das relações de gênero, sexualidade e espaço remonta também na década de 70, mas que a geografia brasileira tem dado pouca atenção à dimensão espacial dessas temáticas.¹¹

Segundo Joseli Maria Silva, a ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas “adequadas” como objetos de estudos do campo da geografia. Para a geógrafa, a razão de suas ausências no discurso geográfico deve se entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades. (SILVA, 2009).

A autora comenta que:

[...] A invenção do “homem universal” como representante legítimo da humanidade, produtor de espaços e modelador de paisagens, apaga e secundariza a importância de categorias sociais altamente hierarquizantes. Cria a falsa impressão de que a cor da pele, as formas corporais e as orientações sexuais não estão profundamente imbricadas com as diferenças espaciais, econômicas e de classe. Desconsiderar essas diferenças que hierarquizam pessoas e grupos torna invisível uma série de lutas e injustiças sociais. (SILVA, 2009, p. 14-20).

O estudo das minorias tais como as mulheres, prostitutas, homossexuais, negros e entre outros, não se configura como tema relevante no meio científico da geografia brasileira. As espacialidades desses grupos sociais vivenciadas a partir das categorias de gênero, sexualidade, raça e classe foram vistas muitas vezes como irrelevantes, criando barreiras para que esses sujeitos não participassem também, como agentes produtores do discurso científico geográfico. (SILVA, 2009).

¹¹ Ver ORNAT, Marcio José. **Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista.** Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322, jul./dez., 2008

O conceito de gênero na ciência geográfica, Silva (2009) compreende que gênero é:

[...] uma representação do ideal dos papéis sociais a serem experienciados por corpos considerados masculinos e femininos em diferentes tempos e espaços. Gênero, portanto, não é uma realidade em si mesma, mas um ideal exercitado cotidianamente por diferentes tipos de corpos que, ao agirem pautados pela representação, superam a mera reprodução de papéis e recriam continuamente a própria representação de gênero. Assim, o gênero é um eterno movimento que se faz na ação humana criativa, e como toda ação implica uma espacialidade, o caráter performático do gênero é simultaneamente espacial e temporal. (SILVA, 2009, p. 84).

Segundo Silva (2009), a geografia feminista é parte do movimento da ciência geográfica, e sob essa denominação há trabalhos positivistas, marxistas, fenomenológicos. A expressão “geografia feminista” foi substituída pelo seu plural, “geografias feministas”, para expressar a pluralidade científica e ideológica presente neste campo de produção científica. As geografias feministas é fruto do movimento feminista da década de 60. A autora ressalta que, deste movimento emergem iniciativas de tornar visíveis grupos ausentes da produção científica geográfica e desenvolvem-se os estudos sobre mulheres, gays e lésbicas, procurando evidenciar suas expressões materiais de produção do espaço, como a distribuição espacial das moradas e áreas de lazer, os deslocamentos físicos e as inserções desses grupos nas relações produtivas e reprodutivas da sociedade burguesa e patriarcal. (SILVA, 2009).

Percebo que no Brasil as discussões sobre as relações de gênero no campo científico vêm aumentando nas Universidades, onde pesquisadoras e pesquisadores preocupados com a temática têm se debruçados sobre as análises de gênero em seus respectivos campos dos saberes.¹²

¹² Sobre isso Silva corrobora e exemplifica que [...] Grupos de trabalho em várias instituições do país [...] tematizam as relações de gênero em múltiplas áreas disciplinares. Citamos outros exemplos, tais como: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP); Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP); Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG); Núcleo de Estudos da Mulher e do Gênero da Universidade de São Paulo (NEMGE/USP); Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NIEM/UFRGS) em Porto Alegre. (SILVA, 2009, p.4-5).

Encontrei por meio da internet alguns grupos de pesquisas em Universidades brasileiras que trabalham com a temática de gênero e feminismo: Gênero e Sociedade – NEPEM/UFMG, Grupo de Estudos de Gênero de Estudos de Gênero – PAGU/UNICAMP, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero/UFF, Núcleo de Estudos de Gênero da Amazônia – NEGA/UFAC, Instituto de Estudos de Gênero/UFSC, Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa do Imaginário/ UNIR, Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGÊNERO/UNIR e outros que caberiam ser citados aqui, mas por motivos de objetividade no trabalho, escolhi esses grupos para exemplificar as instituições que realizam discussões em torno de gênero, sexualidade e feminismo.

Os estudos de gênero na Universidade Federal de Rondônia iniciaram-se na década de 1990, através de professoras/pesquisadoras nos seus determinados campos de saberes, preocupadas com as questões da figura da mulher no espaço amazônico e na produção acadêmica, entre essas estudiosas é de importância citar: Prof.^a Dr.^a Arneide Bandeira Cemin, Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Prof.^a PhD.^a Melissa Andrea Vieira de Medeiros, Prof.^a Dr.^a Maria Ivonete Barbosa Tamboril e Prof.^a Dr.^a Lilian Maria Moser.

3 A HOMOSSEXUALIDADE EM PERSPECTIVA

“Quando o homem atribuía um sexo a todas as coisas, não via nisso um jogo, mas acreditava ampliar seu entendimento: - só muito mais tarde descobriu, e nem mesmo inteiramente ainda hoje, a enormidade desse erro. De igual modo o homem atribuiu a tudo o que existe uma relação moral, jogando sobre os ombros do mundo o manto de uma significação ética. Um dia, tudo isso não terá nem mais nem menos valor do que possui hoje a crença no sexo masculino ou feminino do Sol.” (Friedrich Nietzsche).

3.1 O movimento homossexual na busca do reconhecimento da cidadania LGBTT

Davi Santos em seu artigo intitulado *Movimento Homossexual – Cem anos de Luta homossexual*, comenta que:

A luta contra o artigo 175 fez florescer na Alemanha os primeiros movimentos em defesa da liberação homossexual.

Em 1869 o médico húngaro, Karóly Benkert, redige uma carta ao Ministério da Justiça alemão desaprovando esse tal artigo que declarava os atos sexuais entre homens do mesmo sexo, como crimes. Foi nesta carta, também, que Benkert utilizou pela primeira vez o termo homossexual para denominar estes atos. Em 1897 surgia o Comitê Científico e Humanitário (CCH), que promoveu diversas atividades até 1933, quando foi duramente vitimado pela violenta perseguição do nazismo que recém chegava ao poder. Durante sua existência esse comitê lançou as bases daquilo que seria o movimento homossexual no decorrer do século. Abaixo-assinados, palestras e atividades públicas foram intensamente utilizados numa tentativa de por fim à discriminação contra os homossexuais¹³.

Em 28 de junho de 1969 o jornal *New York Post*³⁷ publica uma pequena reportagem dando destaque à seguinte manchete: **“Ataque no Village agita multidão de manifestantes”**. Sim, o ataque era de gays, drags, trans e lésbicas que diziam um basta aos policiais corruptos pelos abusos diários, inclusive nas ruas, pelas batidas e agressões gratuitas em bares, pelas prisões constantes que eram comuns durante a década de 1960, sobretudo em Nova York e São Francisco, ambas metrópoles com intensa vida noturna. A revolta ocorrida no bar novaiorquino Stonewall Inn na noite de 27 de junho significou também a conquista do espaço

¹³ Davi Santos *Movimento Homossexual – Cem anos de Luta homossexual*, ver em:<http://www.farofadigital.com.br/queer_sapiens.htm>. Acessado em 20 de nov de 2015.

público por parte daqueles que eram considerados “doentes, aberrações sociais, espécies patológicas” carimbadas pela ciência médica. Com os gritos de “**Nós queremos liberdade e Poder gay**” começou uma manifestação que durou três noites, prolongou-se durante a semana e marcou a história do movimento gay, não só nos Estados Unidos, mas em todo o mundo. (CAMARGOS, 2007).

Segundo Facchini (2002), “o movimento homossexual tem seu surgimento no Brasil associado à fundação do Grupo Somos, em São Paulo, no ano de 1978”. De acordo com Trevisan (2000), o “Movimento de Liberação Homossexual” em nosso país teria como espinha dorsal grupos que aglutinavam militantes um pouco à maneira de clubes fechados de gays e lésbicas, “[...] cada grupo procurava acentuar diferenças para aí encontrar sua identidade – elementos que podem ser considerados como sistema de defesa frente ao ambiente hostil da época”. (TREVISAN, 2000, p. 339).

Em meados do século XX a questão da homossexualidade começa a ser estudada nas pesquisas sobre gênero. Estes estudos sobre os homossexuais se ampliaram, sendo mais comumente aceitos no ambiente acadêmico. Com o crescimento de discussões e pesquisas na sociedade e na academia sobre o tema, surgiram também entidades formadas por homossexuais que perceberam a importância de debater questões relacionadas à sua realidade, principalmente ligadas à discriminação.

No Brasil, a conferência nacional GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais), convocada por meio do Decreto Presidencial de 28 de novembro de 2007, representou um marco histórico na luta pela Cidadania e Direitos Humanos dessa população, tendo a grande responsabilidade de discutir e propor, de forma coordenada e com garantia de participação popular, as políticas que nortearam as ações dos poderes públicos. Segundo o texto-base¹⁴ da conferência a respeito do movimento homossexual no Brasil, em primeiro lugar entrou em cena um movimento denominado “SOMOS” Grupo de Afirmação Homossexual, que em 1978,

¹⁴ O texto da Conferência voltada para os GLBTT encontra-se disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/textobase_port.zip>. Acessado em 20 de abril de 2015.

marcou o surgimento do movimento LGBT no país. Este movimento social se definia genericamente como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro).

Trevisan (2000) ainda comenta que, paralelamente, criou-se um importante jornal com integrantes do Grupo Somos – *O Lampião da Esquina* que fazia uma interação entre o movimento ecológico, negro, feminista e gay. Enquanto esse jornal era publicado no Rio de Janeiro, em São Paulo iniciaram-se, também nos primeiros meses de 1978, as reuniões de um grupo de homossexuais interessados em organizar-se para discussão e atividade liberacionista. Composto predominantemente de jovens atores, profissionais liberais e estudantes, o grupo era pequeno e assim permaneceu durante quase um ano, indo servir de matriz para todos os demais que viriam depois.

Na década de 1980, tanto o grupo Somos (que participou do protesto contra Richetti)¹⁵ quanto o jornal *Lampião* se extinguíram. Todavia, vários outros grupos surgem pelo país como o Triângulo Rosa, e o GGB na Bahia que, em 1985, realizou o II Encontro Brasileiro de Homossexuais. Apesar da AIDS chegar ao Brasil nesse momento, justamente o período em que vivíamos a abertura política, segundo o Camargos (2007) tínhamos a proposta da democracia, os grupos não se enfraqueceram, pelo contrário, a luta foi maior ainda, floresceram nos anos 90 por todo o país e promoveram encontros, conferências, congressos para discussões de temas diversos até os dias atuais.

Nos anos subseqüentes outras entidades apareceram: em 1993 surgiu o Movimento de Gays e Lésbicas (MGL), em 1995 o GLT, com referências a Gays, Lésbicas e Travestis. Segundo o texto-base, em 1999 o movimento passou a utilizar uma nova sigla denominada GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis). Enquanto ganhava forças por ser um movimento organizado no Brasil, o grupo GLBT era bastante diversificado, surgiram entre eles organizações mistas, como por exemplo, a Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY), e também a Liga Brasileira

¹⁵ Tratava-se do protesto contra o delegado Richetti, que promovia uma ampla operação de “limpeza social” no centro de São Paulo, concentrando-se nas ruas que compunham o “gueto” gay da cidade e prendendo arbitrariamente prostitutas, homossexuais e travestis. A manifestação convocada pelos movimentos homossexual, negro e feminista reuniu cerca de 1000 pessoas, que percorreram algumas das principais ruas do centro da cidade. Cf. Camargos (2007).

de Lésbicas (LBL). Esses grupos que se espalharam buscando a erradicação dos preconceitos devido à orientação sexual e o reconhecimento da cidadania desses indivíduos, até os dias atuais continuam na militância buscando seus direitos e o seu reconhecimento como cidadão.

Trevisan (2000) comenta que nos anos 1990 proporcionaram várias novidades fundamentais no liberacionismo homossexual brasileiro. De acordo com ele a primeira:

[...] foi um verdadeiro ovo de Colombo conceitual, que permitiu uma guinada política inteligente e nova: a implantação do conceito de GLS – abreviação para Gays, Lésbicas e Simpatizantes. A genialidade dessa saída foi introduzir num contexto brasileiro a idéia americana de *gay friendly*, de modo simples e adequado ao nosso *jeitinho*. Ou seja, houve uma apropriação da popularíssima sigla que qualificava certos modelos de carro nas categorias GL (Gran Luxo) e GLS (Gran Luxo Super), bem ao gosto da população média e de teor profundamente contemporâneo – o que facilitou a disseminação e implantação do conceito. (TREVISAN, 2000, p. 376).

O autor ainda ressalta de que no conceito de GLS, o essencial foi a admissão da ideia de simpatizante, termo apropriado a convivência diversificada das sociedades “democrática” modernas. Um/a simpatizante pode tranquilamente freqüentar um local GLS sem se sentir agredido/a, desde que também esteja disponível a aceitar as diferenças comportamentais presente, em clima de mútua tolerância. Esse conceito permitiu a entrada de qualquer indivíduo nos espaços de circulação homossexual, ou seja, “[...] o conceito GLS permitiu a democratização do território guei, atravessando barreiras e projetando homossexuais para espaços mais amplos, dentro da sociedade. (TREVISAN, 2000, p. 376-377).

Em meados da década 1990 com a explosão da contaminação com o vírus da AIDS, em Porto Velho – Rondônia, um grupo de amigos, sensibilizado com a situação de exclusão social e a perda de muitos amigos no início da epidemia, cria um grupo denominado “CAMALEÃO” de apoio e prevenção a AIDS. Este grupo, pioneiro no Estado de Rondônia, foi o primeiro grupo de gay do lugar e encerrou suas atividades por falta de apoio e de voluntariado na mesma década. De qualquer modo, persistiu por sete anos na luta pelos direitos dos homossexuais.

Hugo (2003) em sua obra *Segurança Pública (a partir dos excluídos de entre os excluídos): a presença de minorias sexuais na sociedade brasileira*, retratou em um dos capítulos a *homossexualidade em Rondônia*, onde o mesmo comenta de que o grupo Camaleão reunia-se em um bar hoje inexistente na capital, para debater as suas ações para o desenvolvimento de suas atividades.

Em agosto de 2002, após a participação de um treinamento proporcionado pelo Projeto “SOMOS” na cidade de Belém-PA, por parte de um dos membros do extinto grupo “Camaleão” – deu-se andamento à idéia de fundar o “Grupo Tucuxi” – Núcleo de Promoção da Livre Orientação Sexual. O grupo Tucuxi adotou uma nova filosofia, não mais só o combate à epidemia da AIDS, como objetivava o grupo Camaleão, mas sim, também a defesa da cidadania e dos direitos dos homossexuais. Esse é o principal objetivo do grupo Tucuxi, que se utilizou do nome de um peixe do rio Madeira [cor cinza: *sotalia fluviatilis*; vermelho: *inia geoffrensis*], para dar a representação do novo grupo. (HUGO, 2003, p.130).

O grupo Tucuxi tinha uma cadeira na Coordenação Provisória do Fórum de ONGS/DST/HIV/AIDS no Estado de Rondônia. Eis que no mesmo ano de 2002, a então coordenadora estadual de DST/HIV/AIDS, Augusta Ramalhães, desenvolveu um projeto chamado “Avessos” que tratava do tema HSH (Homens que fazem Sexo com Homens), com financiamento da UNESCO junto à Coordenação Nacional DST/AIDS. No entanto, segundo o autor citado acima:

[...] diante dos problemas que seriam enfrentados na implementação do projeto, devido à burocracia para a liberação de verbas para a Secretaria Estadual da Saúde, a mentora do projeto achou por bem repassar o projeto fazendo parceria com uma ONG; como o Tucuxi não estava constituído legalmente, a AMATEC – Associação de Mulheres Madre Teresa de Calcutá da Amazônia Ocidental, sob a presidência de sua fundadora Prof^a Maria Lourdes Oliveira, ficou como executora do projeto [...]. (HUGO, 2003, p.131).

A preparação do I Fórum de HSH do Estado de Rondônia, que era uma das partes mais importantes do projeto, ficou a cargo da Coordenação Estadual, da AMATEC e Tucuxi. O principal tema foi o do “fortalecimento do movimento homossexual no Estado de Rondônia”. Foi então nessa oportunidade que se visualiza a presença de diversos grupos que tinham ido a Porto Velho, chegando de diversos municípios do Estado, entre os quais, segundo o autor, Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná e Guajará-Mirim. O Fórum foi considerado um grande sucesso por conseguir

congregar cerca de uma centena de homossexuais de todo o Estado; sua realização deveu-se graças a uma equipe de dedicados voluntários. Contudo, no segundo semestre de 2003, exatamente em 21 de julho, facilitado pela presença participativa de um advogado e de um bacharel, além de outros profissionais liberais, foi efetuado o registro em Cartório do grupo “Tucuxi”: no mesmo período daquele ano, o Tucuxi oficializado realizou o I Fórum de GLT do Estado de Rondônia, com destacadas representações de palestrantes do Distrito Federal. (HUGO, 2003).

Nos anos de 2008 a 2009, a sede da Ong Tucuxi, encontrava-se no Campus de Porto Velho da Universidade Federal de Rondônia. Ao participar de algumas reuniões, conferências, e diálogos com os membros do grupo, percebi que Ong Tucuxi foi uma instituição da diversidade sexual, pois, dentro do grupo havia tanto homossexuais, o quanto heterossexuais, hoje a instituição encontra-se desativada.

Atualmente há três grupos desenvolvendo atividades para o publico homossexual na cidade de Porto Velho: o Grupo Gay de Rondônia (GGR) responsável pela Parada LGBTT, Porto Diversidade, grupo que organiza a Marcha da Diversidade Sexual da Zona Leste e Comunidade Cidadã Livre (Comcil)

Percebo que nos movimentos LGBTT do Brasil, as discussões e políticas públicas sobre as identidades de gênero são pautadas separadamente nos discursos dos militantes e ativistas, não havendo uma unidade em torno dos debates e ações para o combate contra a discriminação e preconceito contra a homossexualidade, gerando uma fragmentação entre eles. Salientando que os movimentos homossexuais no Brasil têm em comum a invocação em legitimar a representação dessas minorias que historicamente não só no Brasil, como em outros lugares, sofrem discriminação e preconceito por suas orientações sexuais.

3.2 Conceituando a homossexualidade: orientação e formação da identidade de gênero

Cada indivíduo possui características que lhe são próprias de sua natureza, mas, vivemos num mundo onde existe uma diversificação cultural. Desde quando nascemos somos ensinados a agir de acordo com o nosso sexo biológico. O sexo dos indivíduos é determinado antes de você nascer. Crescemos ouvindo que “menino tem que usar roupas na cor azul, a menina já o rosa é a cor destinada”,

“menino não chora”, “menina brinca de boneca” e outras expressões que continuam sendo ensinadas em determinadas sociedades. Percebe-se que as diferenciações entre homens e mulheres são construídas socialmente desde o período em que nascemos, ou seja, criando a formação de gênero do sujeito.

A diferença entre homem e mulher, não são totalmente biológica, há influência do meio social e da cultura do qual o sujeito faz parte, para compreendermos melhor essa diferença a melhor maneira de entendimento é análise de gênero. O sexo ele é um todo biológico, já o conceito de gênero é social e cultural.

O que define a identidade de gênero de um homem ou uma mulher é o auto-reconhecimento de si e como ela age socialmente em sociedade. Se aceitarmos ou não determinados padrões ou/e papéis de gênero, isso pode independer do biológico de cada um. De acordo com Jesus (2012) para algumas pessoas, a vivência de um gênero discordante do sexo é uma questão de identidade, é o caso das travestis, e das transexuais, que são tratadas, coletivamente, como parte do grupo chamado de “transgênero”.

A sigla LGBTTT (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual) marca a identidade de gênero dos homossexuais.¹⁶

Compreendo por lésbicas, a mulher que é atraída afetivamente e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero. Não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com outras mulheres para se identificarem como lésbicas. Aqui também conceituamos de acordo com Luiz Mott (1987), que para ele “Uma Lésbica é a revolta de todas as mulheres, condensada no ponto de explodir. É a mulher que começa muitas vezes em tenra idade a agir de acordo com sua sociedade quer permiti-lo.” (MOTT, 1987, p. 12). Mott em sua obra *O lesbianismo no Brasil* questiona-se, que é uma lésbica? Para ele:

[...] A lésbica é a mulher que se identifica como mulher, que se erige como sujeito e objeto de sua própria sexualidade, que se reivindica mulher em função de si mesma, que subverte todos os esquemas e

¹⁶ Cf. Jesus (2012) algumas pessoas utilizam a sigla GLBT, ou mesmo LGBTTT, incluindo as pessoas transgênero/*queer*. No Chile é comum se utilizar TLGB, em Portugal também se tem utilizado a sigla LGBTTTQI, incluindo pessoas *queer* e intersexuais. Nos Estados Unidos se encontram referências a LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais e Assexuados).

papéis que deram lugar a normas sexuais estabelecidas. Em definitivo, a lésbica é a mulher que de qualquer forma e sob qualquer circunstância se rebela contra as limitações e opressões impostas pelo papel considerado o mais inferior da sociedade: o papel feminino. (MOTT, 1987, p. 14).

Ainda o autor explana também que, “[...] lésbica é a mulher que alimenta forte emoção e afeto por outra mulher, incluindo ou não relações eróticas.” (MOTT, 1987, p. 15).

Bissexual é a pessoa que se relaciona afetiva ou sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros. Gay designa o indivíduo, (homem ou mulher), homossexual.

Travesti é a pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos através de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale frisar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008), ou seja, travestis são indivíduos que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante ressaltar que as travestis, independentemente de como se auto-identificam, preferem ser tratadas no feminino. **As travestis sim, os travestis não.** (JESUS, 2012).

As travestis sofrem com a dificuldade na busca de um emprego, mesmo se elas fizeram cursos profissionalizantes, pois a nossa sociedade estigmatiza diariamente esse grupo. Terminam em sua maioria trabalhando como profissionais do sexo nas avenidas da vida, bares e etc.¹⁷

Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (mudança de órgão genital). Já transexual é uma pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos

¹⁷ É válido ressaltar que nem toda travesti é profissional do sexo.

físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída. Para Jesus:

A transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha nem é um capricho. Ela é identificada ao longo de toda a História e no mundo inteiro. A novidade é que os avanços médicos permitiram que mulheres e homens transexuais pudessem adquirir uma fisiologia quase idêntica à de mulheres e homens genéticos/biológicos. (JESUS, 2012, p. 7-8).

De acordo com Jesus (2012) reconhecendo-se a diversidade de formas de viver o gênero, dois aspectos cabem na dimensão transgênero, enquanto expressões diferentes da condição. A vivência do gênero como:

1. Identidade (o que caracteriza transexuais e travestis);
2. OU como 2. Funcionalidade (representado por crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas).

Há ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero. Aqui no Brasil de acordo com ela, ainda não há consenso quanto a como denominá-las. Alguns utilizam o termo queer, outros usam antiga denominação andrógino ou, ainda, reutilizam a palavra transgênero. (JESUS, 2012).

Pessoas que fazem uso de feminilidade estereotipada e aguçada em suas exposições são conhecidos como *drag queens* (sendo mulheres fantasiadas como homens, são *drag kings*). Já o termo mais antigo, usado no Brasil para tratá-los, “[...] é o de artistas transformistas. *Drag queens/king* são transformistas vivenciam a inversão do gênero como espetáculo, não como identidade.” (JESUS, 2012, p. 10).

TREVISAN (2000) explica que na década de 1990 criou-se um novo conceito para as Drag Queens, além de eles realizarem shows como transformistas eles se diferenciam das travestis, por em seu dia-a-dia andarem com trajes masculinos. As Drag Queens com seus figurinos exuberantes, na atualidade realizam shows em boates como apresentadoras e animadoras da festa.

Apareceu um novo termo, para se mencionar a homens heterossexuais, geralmente casados, que não buscam reconhecimento e tratamento de gênero (não são transexuais), mas, apesar de vivenciarem diferentes papéis de gênero, tendo prazer ao se vestirem como mulheres, sentem-se como pertencentes ao gênero que

lhes foi atribuído ao nascimento, e não se consideram travestis: *crossdressers*. (JESUS, 2012).

Vidal e Martos (1985) no trabalho intitulado *Esclarecimentos fundamentais: nome, definição, tipo e Normalidades* os autores estabelecem alguns esclarecimentos fundamentais em torno da homossexualidade. Com relação ao termo “homossexualidade”:

Foi introduzido por um médico húngaro no século XIX. Apesar de sua conotação clínica inicial, passou a significar a realidade humana total daquelas pessoas, cujo impulso sexual se orienta para pessoas do mesmo sexo. Sem dúvida, na mentalidade convencional e dominante, a palavra “homossexualidade” foi-se carregando de conotações pejorativas, o que levou a uma busca de outros termos não-contaminados: “homofilia”, “homotropia” etc. Mais ainda, nos movimentos de reivindicação homossexual, utiliza-se o termo “gay” que, intencionalmente procura expressar o orgulho de ser homossexual. (VIDAL; MARTOS, 1985, p. 7).

Determinar o que seria a homossexualidade é muito complexo. Lasso (1985) descreve o fenômeno da homossexualidade e as práticas homossexuais em diferentes culturas. Etimologicamente o vocábulo homossexualidade deriva hibridamente dos termos grego *homos* (mesmo) e latino *sexus* (sexo). Em si mesma, a palavra indica a propriedade, qualidade ou substância da prática sexual realizada por indivíduos de um mesmo sexo, sejam eles masculinos ou femininos. O ponto de partida de seu trabalho consiste em indicar que para poder conhecer, julgar e avaliar a conduta humana é preciso apresentá-la em todas as suas possíveis formas. O autor ressalva que, não se deve cair na miopia de considerar existente somente o que vemos ou conhecemos, quer dizer, a cultura ocidental mais ou menos reduzida à Europa, e que:

[...] Também há outras formas de conduta humana não ocidentais, correspondentes a outras culturas distintas, que enquanto humanas, embora diferentes, tornam mais complexo o fenômeno da homossexualidade e mais difícil dar um conceito amplo da conduta homossexual, pois enriquecem a problemática homossexual e possibilitam que o juízo sobre a homossexualidade não se restrinja a uma parcela da humanidade, como seria o caso europeu mas aberto a todas as potencialidades do atuar humano dentro da grande diversidade cultural. (LASSO, 1985, p. 31).

A genealogia da história cultural da homossexualidade tem procedência em épocas distantes, origina-se com a própria conduta sexual do indivíduo, já que a

homossexualidade pode ser verificada nas mais antigas civilizações de que temos notícias. Lasso (1985) ainda comenta que, “[...] em cada cultura prevalece um juízo moral sobre a homossexualidade que se dá no interior de suas fronteiras e a própria peculiaridade cultural faz com que no território de cada cultura [...]”, ou seja, não possa dominar outra prudência distinta a si mesma, de acordo com o autor “[...] do contrário essa cultura perderia estabilidade, mudaria, se inovaria, mas deixaria de ser o que, a nível de integração de características.” O autor expõe a discussão a partir do qual a antropologia cultural fala, ou seja, “[...] a cultura como uma das premissas do comportamento de qualquer de suas facetas e, em concreto, da conduta sexual [...]” (LASSO, 1985, p. 31-32).

Silva (2015) enfatiza que na Grécia clássica formou no melhor exemplo dessa espécie de relacionamento, em que os mais velhos (*erastes*) procuravam passar aos mais jovens (*eromenos*), pela prática da homossexualidade, noções como a de beleza, honra, nobreza e força. De acordo com ele “[...] esse mesmo tipo de relacionamento pode ser verificado em outras civilizações antigas, sejam elas herdeiras da tradição helênica (romanos) ou culturalmente autônomas (celtas, germânicos, hititas, árabes). (SILVA, 2015, p. 27-28).

Todavia, “[...] a conduta humana não é algo independente e isolado, mas está enraizada em uma cultura, construída com os ingredientes que cada uma delas oferece ao indivíduo.” (LASSO, 1985, p. 32). Ainda de acordo com ele:

A cultura nasce como resposta de cada grupo social às necessidades que se originam no viver comum. Cada cultura tem formas específicas de regular essas necessidades, leis que as sancionam etc., mas uma das necessidades comuns a todos os grupos humanos é o desafogo sexual. Todas as culturas estabeleceram normas sobre a homossexualidade: é preciso desafogá-la ou reprimi-la. (LASSO, 1985, p. 32).

O autor ressalta que, “[...] a estruturação da cultura faz com que um aspecto, como a homossexualidade, esteja ligada com outro conjunto de partes da estrutura social [...]” (LASSO, 1985, p. 33). Exemplificando, Lasso (1985) comenta que a característica da homossexualidade está atrelada ao estabelecimento matrimonial, que consentiu ou não aos gays unir-se em casamento no costume de diferente condição legal que os “heterossexuais” incide no modo de distinguir os sexos externamente.

Concordo plenamente quando o autor diz que “[...] a cultura determina como deve comportar-se em cada situação, os valores, o que é bom, o que é mau, as lendas [...]”. (LASSO, 1985, p. 33). Acreditamos que a homossexualidade é:

[...] com toda a probabilidade, um fato com o qual os diferentes grupos humanos tiveram e têm de enfrentar-se ao nível cultural para dar-lhe um sentido, um enquadramento, uma explicação ou uma condenação como uma forma de sexualidade diferente da heterossexualidade, inapta para a procriação, mas sim para resolver instintivamente o impulso sexual, desafogando-o, ou para organizar as categorias hierárquicas entre os machos da espécie. (LASSO, 1985, p. 33).

Acredito que a heterossexualidade e a homossexualidade são construções e práticas histórico-culturais gestadas no interior de cada sociedade. Mas, a homossexualidade em nossa contemporaneidade também se tornou um fato social, que se estabeleceu e não pode ser negado, abrindo novos debates e discussões no campo científico, jurídico e político. Sobre isso na obra dos estudiosos Peter Fry e Edward MacRae *O que é homossexualidade*, produzida na década de 1980 já se ressaltava que hoje em dia ninguém “[...] acredita que as diferenças de comportamento entre os dois sexos [...]”, ou seja, masculino e feminino, “[...] possam ser explicadas apenas em termos de diferenças biológicas, pois reconhece-se que os papéis sexuais são forjados socialmente.” (FRY; MACRAE, 1984, p. 11). Devido a isso, enraizou-se em nossa sociedade brasileira, que o que está em jogo em questões comportamentais direcionados ao binarismo (homem/mulher) são os papéis sociais que ocupam esses indivíduos em determinadas funções e lugares.

Em nossa sociedade o menino e a menina desde cedo já tem papéis definidos pela cultura que os rege, são tratados distintamente, principalmente ligados a comportamentos pré-estabelecidos (explicitado anteriormente) onde o menino tem que usar vestimentas de cores que não seja o rosa (cor essa destinada as meninas), brincar de carrinhos e jogar futebol, já, as meninas brincarem de bonecas, vestirem-se de maneira delicada com laços de fita na cabeça, aprender as tarefas domésticas, essas e outras regras sociais foram estabelecidas para que fossem rigidamente seguidas e controladas, caso burlem as normas os pais estão cometendo “erros” e as crianças o tal do “desvio”, sendo reprimidos e rechaçados por não seguirem os “bons costumes” da família tradicional, pois sabemos que somos frutos de uma sociedade patriarcalista e sexista.

Peter Burke comenta que:

Se as diferenças entre homens e mulheres forem culturais, e não naturais, se “homem” e “mulher” forem papéis sociais, definidos e organizados de forma diversa em diferentes períodos, então os historiadores têm muito trabalho pela frente. Precisam explicitar o que quase sempre era deixado implícito na época: as regras e convenções para ser mulher ou homem de uma faixa etária ou grupo social específicos em uma determinada região e período específico. (BURKE, 2002, p. 78).

Contudo, Burke (2002) ainda explana que o sexo foi abordado de maneira ousada a partir das reconceituações de Michel Foucault, que chega a aventar que a homossexualidade, na verdade a própria sexualidade, era invenção moderna, uma nova forma de discurso sobre os relacionamentos humanos. Burke (2002) comenta que, Foucault comparou esse discurso com “O modo pelo qual a atividade sexual era problematizada pelos filósofos e doutores” na Grécia antiga, na Roma antiga e nos primeiros séculos d.C., observando, entre outras coisas, que os textos clássicos faziam referências a atos homossexuais, e não a pessoas homossexuais. De acordo com o autor “[...] o sexo simbolizava (ou era construído como) um jogo competitivo entre vencedores “durões” e “frágeis” perdedores. Uma relação sexual entre homens não era vergonha em si, porém fazer o papel do subordinado ou “feminino” punha a honra em risco.”(BURKE, 2002, p. 79).

Conforme Vitor Hugo os homossexuais constituem uma minoria, esboçam sorrindo pessoas supostamente esclarecidas, ocupando inclusive postos públicos em área de segurança. Para o autor “[...] a homossexualidade não é doença”. E, que:

Em 1985, pressionado por mais de 16 mil assinaturas, o Conselho Federal de Medicina decretou “sem efeito” o parágrafo da classificação mundial de doença, deixando a homossexualidade de ser associada no Brasil, a doença ou desvio sexual. Oito anos depois, em 1993, a Organização Mundial da Saúde seguiu a mesma resolução. Em abril de 2000 o Conselho Federal de Psicologia declarou também que a homossexualidade não é uma doença. (HUGO, 2003, p. 28).

Segundo Hugo (2003) um primeiro motivo para assim agir, é que a homossexualidade, comportamentos (prática) homossexuais, travestilidade e transexualidade são realidades humanas diversas entre si, respondendo a

identidades humanas diversas. De acordo com ele “[...] foi a humanidade que criou o conceito de que a normalidade é a heterossexualidade. Mas no processo cultural, o homem desenvolveu outras formas de amor e sexualidade [...]” e que, “[...] a homossexualidade também é um produto da humanidade e jamais poderá ser entendida como aberração. Sem dúvida, foi uma construção coletiva que veio responder às necessidades da humanidade [...]”, então, “[...] a homossexualidade nesse caso é natureza, natureza homossexual, uma maneira de viver, de sentir, seja como for a maneira como se produziu [...]” (HUGO, 2003, p. 54), seja através de construções complexas ou induzidas.

Também no século XIX era usado o termo Uranista a homens que praticavam sexo com outros homens. Durante o período do Nazismo na Alemanha, de acordo com Trevisan (2000), os homossexuais eram considerados como sujeitos anormais que não tinha cura, assim como os loucos e deficientes físicos, o partido nazista estigmatizou-os com o triângulo rosa e determinou seu banimento como corolário obrigatório para a boa saúde da sociedade ariana. (TREVISAN, 2000).

Segundo Michel Foucault a identidade homossexual foi gestada através do domínio do próprio sujeito e que para ele:

[...] é necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada [...] menos como um tipo de relações sexuais do que uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androginia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual uma espécie. (FOUCAULT, 1993, p. 43).

Sobre o dispositivo da sexualidade e a construção/reconhecimento do sujeito enquanto produto de uma “verdade” Foucault (1993) questiona como explicar que:

[...] em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa "verdade" profunda é lida, é dita? (FOUCAULT, 1993, p. 344).

No entanto, “O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja juntamente com o devir de nossa espécie, nossa "verdade" de sujeito humano.” Foucault (1993) comenta que “O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso.” (FOUCAULT, 1993, p. 344-345).

No que diz respeito à liberação da sexualidade, o objeto sexualidade é na realidade “[...] um instrumento formado há muito tempo e que se constituiu como um dispositivo de sujeição milenar.” (FOUCAULT, 1993, p. 395). Para esse autor o que há de admirável nos movimentos de liberação da mulher não é a exigência da “[...] especificidade da sexualidade e dos direitos referentes a esta sexualidade especial, mas o fato de terem partido do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade.” (FOUCAULT, 1993, p. 396). Mas, é como reclamação de sua peculiaridade sexual que esses grupos aparecem no século XIX. Segundo Foucault, vivemos em uma sociedade que, há mais de um século, “fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz; denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fazem funcionar”. (FOUCAULT, 1993, p. 14) Em outras palavras, o filósofo afirmou que a sexualidade não é proibida, antes produzida por meio de discursos.

Ao expor e analisar a invenção do homossexual, ele mostrou que identidades sociais são efeitos da forma como o conhecimento é organizado e que tal produção social de identidades é “naturalizada” nos saberes dominantes.

Trevisan mostra que na Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII, vários países, tais como a Espanha, Portugal, França e Itália, países católicos e protestantes (Inglaterra) penitenciavam severamente a sodomia. De acordo com o autor, os praticantes do ato sodômico eram punidos com, multas, prisão, castração, morte na fogueira e etc. É curioso ressaltar que mesmo com essas proibições as relações sexuais homoeróticas eram comuns no meio da aristocracia, reis, generais e artistas. Trevisan afirma que fontes diversas atestam a homossexualidade de Leonardo da Vinci, Michelangelo, Caravaggio, Shakespeare etc. No período Medieval, um dos mecanismos de controle doutrinário e moral usados foi exatamente o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, braço secular da Igreja Católica em Roma. Trevisan comenta que “[...] admite-se que a primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil

ocorreu em 1591, na Bahia, partindo em 1593 para Pernambuco, onde permaneceu até 1595.” (TREVISAN, 2000, p. 128).

Cabe ressaltar que o movimento homossexual conseguiu um legado importante para a história da sexualidade “retirar a homossexualidade da nomenclatura das doenças mentais”. De qualquer forma, é muito diferente de dizer: "Vocês querem que sejamos homossexuais, pois bem, nós somos". (FOUCAULT, 1993, p. 397).

Sobre o movimento dos homossexuais e o movimento feminista, o autor ainda faz uma ressalva:

[...] mas os movimentos de homossexuais continuam muito presos à reivindicação dos direitos de sua sexualidade, à dimensão do sexológico. Mas isso é normal, pois a homossexualidade é uma prática sexual que, enquanto tal, é combatida, barrada, desqualificada. As mulheres podem ter objetivos econômicos, políticos, etc., muito mais amplos que os homossexuais (FOUCAULT, 1993, p. 396).

A sexualidade das mulheres não as faz sair dos sistemas de aliança adotados e reconhecidos, enquanto que a dos homossexuais os faz sair totalmente. Para ele esse grupo, os homossexuais estão em uma posição diferente em relação ao corpo social. (FOUCAULT, 1993).

Em nossa contemporaneidade percebe-se, que a questão da homossexualidade tem ganhado “notoriedade” no setor midiático, a imprensa principalmente, propaga as questões que envolvem os homossexuais, também oculta assuntos de importância para essas tidas “minorias”. Fry e MacRae (1984) comentam que a homossexualidade é seguramente comércio hoje em dia e não é necessário analisar que o capital só desenvolve-se onde há juras de lucro, e fala-se muito que houve um aumento da homossexualidade, devido a que? Sobre essas indagações concordamos com os autores que, não podemos confundir “[...] a existência de um fenômeno social [...] o que aconteceu, isto sim, é que com a gradual redução do estigma social, ela se esconde menos e se assume mais.” (FRY; MACRAE, 1984, p. 32.).

3.3 Crimes homofóbicos no Brasil: cadê o direito a liberdade da cidadania plena dos LGBTTT?



FOTO 01 - Travesti Assassinada em Simões Filho (BA). Foto do Grupo Gay de Simões Filhos.

Por *fobia*¹⁸ compreendo que é um sentimento exagerado de medo e aversão por algo ou alguém. A palavra fobia pode ser considerada um sinônimo de medo extremo. A fobia normalmente é tratada como uma patologia, considerada uma doença psicológica, e que causa o medo mórbido, a repulsa e a angústia intensa de algo específico, um lugar, uma condição, um sentimento e etc. A fobia começou a ser pesquisada pela psicanálise com Freud (1913) e Lacan (1991). A compreensão sobre esta psicopatologia foi sofrendo transformações ao longo do tempo. De acordo com o dicionário de psicanálise organizado por Chemama (1995), a fobia é apontada por um ataque de medo diante de um objeto, animal ou determinada organização do espaço, que funcionam como sinais de aflição, angústia ou ansiedade.

A comunidade LGBTTT sofre preconceito e discriminação de diversas maneiras, pela homofobia através da violência física e moral, e:

[...] sempre limitadora do exercício dos direitos de todos os cidadãos [...] pela negação do reconhecimento à diversidade sexual, quando restrita a uma compreensão binária e naturalizante de gênero, apartando desta forma todos os indivíduos que vivenciam suas

¹⁸ Existem vários sinônimos para esse termo: terror, medo, ódio irracional, aversão, repúdio, pavor, abominação e etc.

identidades de gênero a partir de uma forma distinta das normas dominantes. (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2008, p. 2).¹⁹

Por homofobia compreendo como uma forma de preconceito que pode resultar em discriminação. Homofobia é modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais. A homofobia é, em síntese, a rejeição ou a aversão a homossexual ou à homossexualidade. O machismo pode ser a outra face do desejo homossexual. A violência homofóbica seria então, um dos subterfúgios acionados para punir seu próprio desejo reprimido. (TREVISAN, 2000).



FOTO 02: Página Mídia Independente²⁰.

Reporto-me também, no Manual de comunicação LGBT citado anteriormente, a homofobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos. Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade. Tem sido um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra homossexuais. Na maior parte das vezes, os fenômenos da intolerância, do preconceito e da discriminação em relação

¹⁹ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/texto-base-2a-conferencia-nacional-lgbt>> Acessado em 13 de set de 2010.

²⁰ Disponível em:< <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2007/03/375919.shtml>> acesso em 01 de nov de 2015.

a gays, lésbicas (lesbofobia) e transgêneros (transfobia) devem ser tratados não com terapia e antidepressivos, como no caso das demais fobias, mas sim com a punição legal e a educação.

De acordo com Rogério Diniz Junqueira, em 2004, o governo federal brasileiro difundiu, juntamente com sociedade civil, o “Programa Brasil sem Homofobia”, “voltado a formular e a implementar políticas integradas e de caráter nacional de enfrentamento ao fenômeno.” (DINIZ, 2009, p. 15)²¹ É um programa que tem por intuito combater à violência e à discriminação contra LGTB e de promover a cidadania homossexual, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas.

Todavia, o “Programa Brasil sem Homofobia” foi uma ação que está dentro do Plano Plurianual, implementada no ano de 2004-2007 no âmbito do Programa de Direitos Humanos, Direitos de Todos. Os objetivos desse programa foram: apoiar projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; capacitar profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; disseminar de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; incentivar à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBTs. (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004).

O primeiro caso de crime homofóbico no Brasil divulgado pela imprensa nacional foi há 15 anos, o adestrador de cães Edson Nêris da Silva foi espancado até a morte em plena Praça da República, no centro da capital paulista. Esse foi o primeiro caso, mas não foi o último, o Brasil é campeão mundial de crimes homotransfóbicos. Em março de 2011 a Unicef disponibilizou o mapa da violência 2011 e, com ele, estudo sobre o número de mortes violentas de jovens no Brasil. O resultado: o Brasil se tornou o campeão mundial nesse item. Também no mesmo período o Grupo Gay da Bahia (GGB) trouxe a tona o número de assassinatos de

²¹ Diniz comenta ressaltou que o programa trouxe, no seu cerne, a compreensão de que a democracia não pode prescindir do pluralismo e de políticas de equidade e que, para isso, é indispensável interromper a longa sequência de cumplicidade e indiferença em relação à homofobia e promover o reconhecimento da diversidade sexual e da pluralidade de identidade de gênero, garantindo e promovendo a cidadania de todos/as. (DINIZ, 2009).

homossexuais, travestis e lésbicas que havia aumentado em 31,3% no ano de 2010, se comparado com os números de 2009 (com 260 casos), ante 198 em 2009. De acordo com o movimento gay da Bahia o risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos.²²

Na estatística estadual (Estado com maior número de mortes), desde 1980 temos o seguinte ranking: 1º - Bahia: 29 registros 2º- Alagoas: 24 registros 3º - São Paulo e Rio de Janeiro: 23 registros cada. Outros importantes dados foram divulgados: o Nordeste concentra 43% dos homicídios contra integrantes das comunidades LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Afirmou-se que o risco de um homossexual ser assassinado no Nordeste é aproximadamente 80% maior do que no Sudeste. Segundo os dados pesquisados no site do grupo GGB, em 2013 o número de assassinatos chegou a pelo menos 312, o que corresponde a uma morte a cada 28 horas. Em 2012, foram no mínimo 338 vítimas, entre travestis, gays e lésbicas. Os números, coletados pelo pesquisador Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia e do Grupo Gay da Bahia, são baseados em registros policiais e notícias, dada a inexistência de estatísticas oficiais.

Na a imagem logo na próxima página mostro o Raio X da homofobia no Brasil, através do Disque 100 – Disque Direitos Humanos, o setor responsável por isso é o Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos que tem por finalidade e a competência de receber, examinar e encaminhar denúncias e reclamações, atuar na resolução de tensões e conflitos sociais que envolvam violações de direitos humanos, além de orientar e adotar providências para o tratamento dos casos de violação de direitos humanos, podendo agir de ofício e atuar diretamente ou em articulação com outros órgãos públicos e organizações da sociedade.

²² Cf. Dados Homofóbicos no Brasil nos links dos sites consultados: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/homofobia-discussao-evoluiu-mas-brasil-e-campeao-em-rimes.8310ccc080c5b410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>, <<http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/2634335/mais-um-recorde-brasileiro-numero-de-assassinatos-de-homossexuais-cresce-31-no-brasil>>, <<http://oglobo.globo.com/brasil/no-brasil-homofobia-matou-ao-menos-216-em-2014-14087682>> e no site do Grupo Gay da Bahia (GGB) lá tem muitas informações sobre a homofobia no Brasil, <www.ggb.org.br>. Acessados no dia 01 de dez de 2015.

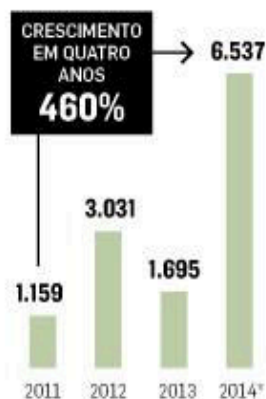
As denúncias são anônimas ou, quando solicitado pelo denunciante, é garantido o sigilo da fonte das informações. Qualquer homossexual que sentir-se ameaçado sua dignidade humana pode e deve denunciar, principalmente, práticas de crimes homofóbicos no país, os gráficos contido na imagem representam os principais casos de violência, o local onde acontece as agressões e o perfil das vítimas.²³ Analisando os gráficos em linhas gerais nota-se que o principal fator para o caso de violência é a discriminação (40%), o local onde acontece a violência é nas ruas (26%) e que o perfil das vítimas das agressões são pessoas do sexo masculino com identidade de gênero gay (24, 5%). Vejam os gráficos representados na imagem.

²³ Ver:< <http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos> >. Acesso em 02 de nov de 2015.

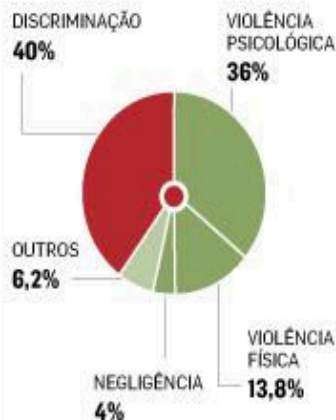
RAIO X DA HOMOFOBIA

● O Disque 100 foi criado em 2011 e, desde então, mapeia a violência homofóbica no País

Número de denúncias



Principais casos de violência

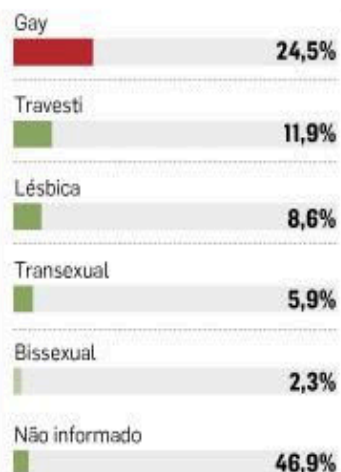
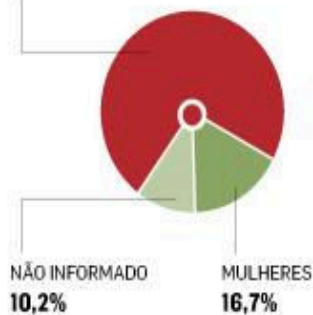


Onde acontece a violência



Perfil das vítimas

HOMENS
72,9%



*Número parcial do ano, sem o total do segundo semestre

FONTE: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

FOTO 03: "Raio X da Homofobia". Página do Estadão²⁴.

²⁴ Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-hora-1-gay-sofre-violencia-no-brasil-denuncias-crescem-460,1595752>> Acesso em 20 de nov de 2015.

De acordo com os dados coletados pelo grupo que há três décadas realizam levantamentos de informações sobre crimes homofóbicos no Brasil, diariamente um homossexual brasileiro é morto, vítima da homofobia presente em nossa sociedade.



FOTO 04 - Manifestação contra a homofobia na 19ª Parada do Orgulho LGBT na Avenida Paulista, neste domingo (7) (Foto: Reuters/Joao Castellano)²⁵

A representação dessa imagem acima mostra Viviany Beleboni, uma transexual que chocou uma parcela da população brasileira, encenando o sofrimento de Jesus na cruz durante a Parada Gay de São Paulo este ano (2015). Ela ficou “crucificada” durante todo o evento, em cima de um dos trios. Recebeu várias ameaças via redes sociais, inclusive de setores da Igreja Católica e lideranças evangélicas, também recebeu apoio por parte de simpatizantes e de homossexuais. Ela pretendia representar a agressão e a dor que a comunidade LGBT tem passado, os crimes homofóbicos, à violência que os homossexuais vem sofrendo no cotidiano.

Nunca antes na história desse país foram assassinados e cometidos tantos crimes homofóbicos é necessário a criação de mais políticas públicas por parte do governo para erradicação dessa barbárie que acontece contra os LGBTT.

Na imagem abaixo apresenta os 10 (dez) Estados do Brasil mais ameaçadores para os homossexuais viverem, é de se notar que o nosso Estado de

²⁵ Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/veja-transexual-crucificada-e-outras-polemicas-com-simbolos-cristaos.html>>. Acesso em 01 de dez de 2015.

Rondônia encontra-se na lista desses lugares perigosos para que os LGBTTT possam viver com dignidade.



FOTO 05: Página do site Brasil Post²⁶

Percebe-se na imagem a cima que o Estado de Rondônia é um lugar onde há presença de homofobia. Nestas “paragens do poente” onde de acordo com Gonçalves (2010) na época do ciclo do ouro surgiram muitos casos de assassinatos de travestis pelos garimpeiros. Assim que descobriam que as travestis não eram “mulheres” os assassinatos eram ocultados para a sociedade. (GONÇALVES, 2010).

As travestis realizavam os programas no Trevo do Roque e na Avenida Jorge Teixeira na década de 1990. Gonçalves (2010) comenta que existia uma Boate chamada de “Copacabana”, onde aconteceu um assassinato e os policiais na época presumiram que havia sido uma travesti que viera de São Paulo, ficaram revoltados, e com isso muitas travestis foram alvejados, insultados através da violência homofóbica, onde os policias levavam as travestis para a estrada da cachoeira e

²⁶ Disponível em:< http://www.brasilpost.com.br/2014/02/28/estados-gay-mulher-negro_n_4876455.html> . Acesso em 01 de nov de 2015.

espancadas brutalmente. E os resultado dos casos de violência ficavam sem serem solucionados por parte do poder público e da segurança do Estado. (GONÇALVES, 2010). O autor ainda explana que:

Em 1981, uma travesti de 30 anos foi morta com 65 facadas por um rapaz que alegou confundir com uma mulher. A população realizou um protesto contra a morte da travesti em frente da delegacia e o rapaz foi condenado. Uma outra travesti, 23 anos, foi arrastada por um caminhoneiro que a contratou para um programa na Avenida Sete de Setembro com a Avenida Jorge Teixeira. A travesti foi arrastada por três quarteirões vindo a falecer. (GONÇALVES, 2010, p. 42).

Na realização de sua pesquisa, Gonçalves (2010) realizou levantamento de crimes homofóbicos no Estado de Rondônia, constatou que: 09 casos de homicídios e 02 de suicídios de homossexuais em Rondônia de 1991 a 2006, 50% dos casos aconteceram na Zona Sul da capital de Porto Velho. De acordo com o autor os bairros dessa zona contam com uma grande quantidade de homossexuais.

Também o autor relata que “[...] em 1991, a imprensa divulgou o assassinato do Professor da UNIR – Universidade Federal de Rondônia, Prof. José Sátiro de Mendonça, 40 anos natural do Estado do Piauí.” (GONÇALVES, 2010, p. 44). O autor ainda mostra mais outros crimes homofóbicos na região:

No Bairro Caladinho, próximo ao Jardim Eldorado, também na Zona Sul, também foi notificado o suicídio de um rapaz homossexual em Agosto de 2000. Segundo conhecidos, o rapaz sofria com preconceitos e discriminação por parte da família. [...] Outro caso que chocou o bairro Jardim Eldorado, em 1994, foi o de um rapaz de 17 anos de idade, moreno, que, ao se assumir homossexual passou a ser vítima de preconceitos por parte de alguns familiares. [...] Em setembro de 1997, uma travesti foi assassinada em sua residência no centro da cidade. Seu corpo foi encontrado todo perfurado de facas envolvido em um colchão. Também em 97 um homossexual de Porto Velho, foi assassinado por disparo de arma de fogo no Município de Rolim de Moura. Seu corpo foi trazido para Porto Velho. Em 1968, na Rua Joaquim Nabuco, funcionava um bar na esquina com a Rua Afonso Pena, onde aconteceu o primeiro homicídio de travestis em Porto Velho. A travesti foi assassinada a facadas. (GONÇALVES, 2010, p. 46-47).

Vários crimes são retratados em seu trabalho, um dos delitos homofóbicos que mais marcaram na cidade de Porto Velho, de acordo com ele foi o assassinato em 2006, do homossexual Paulo Santiago na zona sul da cidade. (GONÇALVES, 2010). Esse ativista foi Organizador da 1ª Parada Gay de Porto Velho. Escritor,

artista plástico e cabeleireiro. Criou a Associação Projeto Vida, cujo público-alvo era os LGBT. Realizou trabalhos voluntários para a comunidade. Cortava cabelo na Casa do Idoso e na Casa do Adolescente. Trabalhou como monitor no presídio feminino e nas madrugadas entregava preservativos para as travestis e garotas de programa. Angariava doações de alimentos para pessoas portadoras do soro positivo e também para famílias carentes do bairro.²⁷

A ocorrência de violência e discriminação contra os LGBTTT acontece no grupo familiar, no trabalho e em outros lugares públicos, que acabam sem acolhimento.

A partir dos dados de violência que aconteceram e que ainda acontecem na sociedade brasileira, posso dizer que dos obstáculos fundamentais para a construção da democracia e do reconhecimento dos direitos humanos dos homossexuais ainda continua sendo desafiador serem constituído é com a criação de uma sociedade sem discriminação, em que a liberdade de cada indivíduo, de modo independente seja respeitada e valorizada que poderíamos viver num país sem crimes, sem homofobia, sem violência contra a dignidade humana. Todavia, é preciso atuar com várias ações, no campo político, educacional, saúde, justiça e segurança para que possamos viver em uma sociedade mais justa. A participação dos movimentos ativistas LGBTTT, das Universidades, instituições de pesquisas e de outros setores públicos, são de suma importância para caminharmos rumo à cidadania plena, é necessário trabalhar, buscar, construir ações para que haja a erradicação de crimes homofóbicos no Brasil.

²⁷ Ver: Homenagem aos 48 anos do organizador da 1ª Parada Gay de Porto Velho. Disponível em: <<http://cyntiasilvadias.blogspot.com.br/2009/11/homenagem-aos-48-anos-do-organizador-da.html>>. Acesso em 01 de nov de 2015.

3 DESCRIÇÕES E ANÁLISES DO LEVANTAMENTO DOS DADOS

“A tendência dos pesquisadores a se concentrar nos problemas considerados como os mais importantes se explica pelo fato de que uma contribuição ou descoberta concernente a essas questões traz um lucro simbólico mais importante. A intensa competição assim desencadeada tem todas as chances de determinar uma baixa nas taxas médias de lucro material e/ou simbólico e, conseqüentemente, uma migração de pesquisadores em direção a novos objetos menos prestigiados, mas em torno dos quais a competição é menos forte.” (Pierre Bourdieu)

4.1 As práticas e representações contidas nos estudos interdisciplinares de gênero na Universidade Federal de Rondônia

Nesse capítulo tenho por objetivo mostrar a partir de nosso levantamento bibliográfico de artigos, revistas, resumos expandidos, livros e dissertações de mestrado da Universidade Federal de Rondônia (dando ênfase através de nossas análises nas dissertações), uma explanação sobre as origens dos estudos de gênero na UNIR, quem foram e/ou continuam sendo as pesquisadoras/pesquisadores que contribuíram nas discussões no assunto que ora nos interessa no presente trabalho, para podermos apreender as teorias e métodos utilizados sobre os objetos de pesquisa para a construção das representações de gênero nas dissertações, vale ressaltar a dificuldade de eu encontrar os dados para a pesquisa, pois muitos trabalhos que sabemos que existem e que foram publicados e/ou defendidos por graduandos não foram localizados na Biblioteca da Universidade e nos departamentos de graduação, até mesmo a minha Monografia de Bacharelado em História não encontrei. No dia em que fui realizar o levantamento das monografias do curso de História, havia 08 monografias apenas da década de 1990, com algumas folhas deteriorando-se, mas não havia nenhum trabalho sobre gênero e sexualidade.

O primeiro trabalho sobre gênero da Universidade Federal de Rondônia foi desenvolvido no ano de 1997, por Tatyana Costa Amorim Ramos, na época ela era discente do curso de Enfermagem e foi bolsista da iniciação científica/PIBIC,

orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria das Graça Silva Nascimento Silva²⁸, pelo que se conhece, pioneira nos estudos sobre mulheres em Rondônia. A pesquisa que foi transformada e publicada no ano de 1998, em formato de artigo científico, tem por título *Práticas Alternativas para a Saúde da Mulher Ribeirinha*, teve por objetivos analisar como os serviços de Saúde contribuíram para o exercício da cidadania das mulheres ribeirinhas nos Distritos de São Carlos e Calama, localizados no Município de Porto Velho-RO.²⁹

Outro artigo também foi publicado no mesmo ano de autoria da Prof.^a Dr.^a Arneide Bandeira Cermin, intitulado *Colonização e Natureza: o trabalho do homem e o trabalho da mulher*, no trabalho da autora buscou analisar as condições ecológicas de Rondônia, dizendo que às mesmas alteraram a divisão do trabalho familiar, diminuindo a participação das mulheres nas atividades agrícolas da produção mercantil. Em seu trabalho Cermin constatou que “[...] o fator ecológico intervém apenas no momento inicial, na derrubada e preparo do terreno para o plantio [...]” e demonstrou que o “[...] fator preponderante da redução do trabalho feminino na atividade agrícola - segundo nossos dados - é a transformação tecnológica, apreendida do ponto de vista social e não técnico [...].”³⁰

Todavia, a partir da década de 1990 até 2010, através do levantamento bibliográfico (artigos, relatórios de iniciação científica, resumos expandidos, monografias, dissertações, teses e capítulos em livros publicados) foram encontrados 75 (setenta e cinco) trabalhos sobre a temática de gênero, sexualidade e feminismo, em sua maioria escrita por mulheres nos cursos de graduação em: Enfermagem, Psicologia, Geografia, História, Ciências Sociais, Pedagogia e nos mestrados acadêmicos (Mestrado em Geografia, Mestrado em Ciência da Linguagem e Mestrado em Desenvolvimento Regional).

Vejamos o quadro abaixo com os nomes das autoras e autores, área do conhecimento, título dos trabalhos e ano de publicação ou realização das pesquisas coletadas.

²⁸ Nesse período a mesma ainda era Mestre em Geografia Humana e Pesquisadora Associada do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental.

²⁹ RAMOS, Tatyana Costa Amorim; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **Práticas Alternativas para a Saúde da Mulher Ribeirinha**. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente - Edição Especial Mulher - Dez.-Nº 14, Vol II, 1998.

³⁰ CEMIN, Arneide Bandeira. **Colonização e Natureza: o trabalho do homem e o trabalho da mulher**. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente - Març.-Nº 11, Vol I, 1998. p. 1.

Quadro 1: Artigos, Resumos Expandidos, Relatórios Científicos, Capítulo em Livros, TCC, Monografia, Dissertações e Tese sobre Mulheres e Homossexuais

AUTORAS (OS)	TIPO DE OBRA	ÁREA DO CONHECIMENTO	TÍTULO	ANO
TATYANA COSTA AMORIM RAMOS	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	ENFERMAGEM	SAÚDE DA MULHER: A CONCEPÇÃO SOBRE A SEXUALIDADE DA MULHER RIBERINHA	1997
CEMIN, A. B.	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	COLONIZAÇÃO E NATUREZA: O TRABALHO DO HOMEM E O TRABALHO DA MULHER.	1998
CAMILA ALESSANDRA SCARABEL	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PSICOLOGIA	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E ABRIGOS INSTITUCIONAIS	1999
OTILENE DOS ANJOS SANTOS	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	BIOLOGIA	SAÚDE DA MULHER: A PRÁTICA DA MEDICINA ALTERNATIVA E O USO DE ETNOFÁRMACOS PELAS PARTEIRAS DA ÁREA RIBEIRINHA	1999
CEMIN, A. B	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	GÊNERO E ANTROPOLOGIA DO IMAGINÁRIO: BACHELARD E OS PODERES DO ANDRÓGINO	2001
CEMIN, A. B.; SCARABEL ; SOUZA ; GOMES, SILVÂNIO DE MATIA.	RESUMO	ANTROPOLOGIA	GÊNERO E IMAGINÁRIO	2001
LUCIANE SCHNEIDER	DISSERTAÇÃO	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS: RELAÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL DE RONDÔNIA	2001
MARIA DE FÁTIMA BATISTA DE SOUZA	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PSICOLOGIA	GÊNERO E IMAGINÁRIO	2001
SILVÂNIO DE MATIA GOMES	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	ANTROPOLOGIA	FUNDAMENTOS DA UNIÃO, DA VIOLÊNCIA E DA RUPTURA ENTRE OS GÊNEROS	2001
JOAO CARLOS GOMES	DISSERTAÇÃO	PEDAGOGIA	AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DO EDAMAZ/BRASIL	2002
EDNÉIA BENTO DE SOUZA; MOSER, L. M..	MONOGRAFIA	HISTORIA	O MITO DO HERÓI: HISTÓRIA ORAL DE VIDA COM HOMENS DA COMUNIDADE SANTA MARCELINA	2002
CEMIN, A. B. ; SCARABEL ; SOUZA ; GOMES, SILVÂNIO DE MATIA	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	GÊNERO E IMAGINÁRIO: EXPERIMENTAÇÃO DO AT9	2002
CEMIN, A. B. ; SCARABEL ; SOUZA ; GOMES, SILVÂNIO DE MATIA	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	IMAGINÁRIO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA EM PORTO VELHO	2002
CLÍCIA HENRIQUES DE SOUZA	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PSICOLOGIA	GÊNERO, IMAGINÁRIO E VIOLÊNCIA	2003
NAIARA DOS SANTOS NIENOW	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PSICOLOGIA	GÊNERO, VIOLÊNCIA E REDE SOCIAL	2003
MARIA DAS GRAÇAS SILVA	TESE	GEOGRAFIA	PARTEIRAS RIBEIRINHAS: SAÚDE DA MULHER E SABER	2004

NASCIMENTO SILVA			LOCAL	
FECHINE, E. F. G.	ARTIGO	GEOGRAFIA	A MULHER RIBEIRINHAS CHEFE DE FAMÍLIA: CONCILIANDO O PÚBLICO E O PRIVADO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	2004
ELOÍSE L. SIQUEIRA	TCC	PSICOLOGIA	A HISTÓRIA DA SUBJETIVIDADE EM TORNO DO HOMOEROTISMO	2004
TAMBORIL, M. I. B	ARTIGO	PEDAGOGIA	MEMÓRIAS DE ESCRITA E DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA ESCRITORA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS: UMA EXPERIÊNCIA NO 'PORTAL DA AMAZÔNIA	2005
CEMIN, A. B. ; SCARABEL, CAMILA ALESSANDRA ; SOUZA, CLÍCIA HENRIQUES DE ; SOUZA, FÁTIMA B DE ; NOLETO, MÁRCIA ; NIENOW, NAIARA DOS SANTOS ; GOMES, SILVANO DE MATIA .	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	GÊNERO E VIOLÊNCIA: PRÁTICAS, IMAGINÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	2005
CEMIN, A. B. ; NIENOW, NAIARA DOS SANTOS	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	GÊNERO, VIOLÊNCIA E REDE SOCIAL	2005
CLÍCIA HENRIQUES DE SOUZA	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PSICOLOGIA E ANTROPOLOGIA	GÊNERO, IMAGINÁRIO AMOROSO E HOMICÍDIO	2005
FALCÃO, KARY JEAN ; POLENIS, ALAN ALEXANDRE	REVISTA	PEDAGOGIA	GUIA DO EDUCADOR - ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS	2006
FALCÃO, KARY JEAN ; POLENIS, ALAN ALEXANDRE	REVISTA	PEDAGOGIA	GUIA DO ALUNO - ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS	2006
JURACY MACHADO PACIFICO	ARTIGO	PEDAGOGIA	MULHER, MÃE E EDUCADORA: QUAL EDUCAÇÃO PARA TUAS CRIANÇAS?	2006
SIMONE DA SILVA SANTOS	TCC	PSICOLOGIA	A PSICANÁLISE, O TRANSEXUALISMO E A CLÍNICA ESTRUTURA	2006
CLÍCIA H. DE SOUZA	TCC	PSICOLOGIA	A MULHER ASSUJEITADA AO AMOR VIOLÊNCIA	2006
ARNEIDE BANDEIRA CEMIN	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	GÊNERO, IMAGINÁRIO, TECNOECONOMIA E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA	2006
CEMIN, A. B.	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	GÊNERO, FAMÍLIA E VIOLÊNCIA EM CONTEXTO URBANO	2006
JEANNE LÚCIA GADELHA FREITAS	DISSERTAÇÃO	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	MULHERES TRABALHADORAS NO GARIMPO RIO MADEIRA - RO: INTERFACES DE VULNERABILIDADES AO HIV/AIDS	2006
MARIA DAS GRAÇAS SILVA	ARTIGO	GEOGRAFIA	MULHERES NA CIÊNCIA	2007

NASCIMENTO SILVA				
EDNELZA DO AMARAL TEIXEIRA	MONOGRAFIA	HISTÓRIA	GÊNERO E RELIGIÃO NA ASSEMBLÉIA DE DEUS EM PORTO VELHO: UM OLHAR SOBRE O UNIVERSO FEMININO	2007
ELAINE FILGUEIRAS GONÇALVES FECHINE	DISSERTAÇÃO	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	MULHERES RIBEIRINHAS DO RIO MADEIRA: COTIDIANO ENVOLTO EM BRUMAS	2007
MARXILENE BEZERRA VIEIRA	DISSERTAÇÃO	GEOGRAFIA	AS RELAÇÕES DE PODER DOS GESTORES DA EDUCAÇÃO.	2007
GABRIELLE PELLUCIO	MONOGRAFIA	GEOGRAFIA	AS MANIFESTAÇÕES DE GÊNERO NA 2ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL	2007
GABRIELLE PELLÚCIO	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	GEOGRAFIA	MULHERES NA CIÊNCIA	2007
TAMBORIL, M. I. B. ; PACIFICO, J. M. ; BERTOZZI, A. P. ; GOMES, C. A.	ARTIGO	EDUCAÇÃO	A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS: UM ESTUDO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE VILHENA-RO-PRÁXIS-ALFA	2007
TAMBORIL, M. I. B. ; PRUDENTE, K. R. G	RESUMO EXPANDIDO	PEDAGOGIA	MULHERES CAMPONESAS NOS MOVIMENTOS SOCIAL E SINDICAL DO CAMPO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE-RO	2007
TAMBORIL, M. I. B. ; OLIVEIRA, J	RESUMO EXPANDIDO	PEDAGOGIA	MULHERES CAMPONESAS NOS MOVIMENTOS SOCIAL E SINDICAL DO CAMPO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE VILHENA-RO	2007
MARIA IZABEL DA SILVA	TCC	PEDAGOGIA	HISTÓRIA DE PROFESSORAS: LEMBRANÇAS MAIS SIGNIFICATIVAS ENQUANTO ESTUDANTES DE ANOS INICIAIS	2008
NOVAES, CRISTIANE ROSA ; PACÍFICO, JURACY MACHADO	ARTIGO	EDUCAÇÃO	O LUGAR DA LEITURA NA TRAJETÓRIA DA VIDA DA PROFESSORA ALFABETIZADORA	2008
NAIANE CARVALHO DE OLIVEIRA	TCC	PSICOLOGIA	A DIFÍCIL POSIÇÃO FEMININA	2008
ANÉLIA DE SOUZA MONTEIRO	TCC	PSICOLOGIA	FUNÇÃO PATERNA NA CONTEMPORANEIDADE	2008
HELEN RIBEIRO DE ANDRADE	TCC	PSICOLOGIA	O HOMEM EM TRANSFORMAÇÃO	2008
SILVIA LETICIA ALMEIDA DAS CHAGAS	TCC	PSICOLOGIA	FEMINILIDADE EM XEQUE: UM NOVO JEITO DE SER MULHER	2008
SUELEN DE ARAUJO J. CABRAL	TCC	PSICOLOGIA	A RELAÇÃO MÃE-BEBE NA FORMAÇÃO DO SUJEITO	2008
CEMIN, A. B. ; OTT, A. M. T	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE OS WARI'	2008

CEMIN, A. B. ; OTT, A. M. T	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ETNOCIDADANIA.	2008
LOPES, L.G E MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA	ARTIGO	GEOGRAFIA	PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UM DEBATE DE GÊNERO	2009
SILVA, JESIEL PINTO E MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA	ARTIGO	GEOGRAFIA	O ESPAÇO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO	2009
JESIEL PINTO DA SILVA	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	GEOGRAFIA	O ESPAÇO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO	2009
LUCIANE GOMES LOPES	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	GEOGRAFIA	PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UM DEBATE DE GÊNERO	2009
TAMBORIL, M. I. B.	ARTIGO	EDUCAÇÃO	A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS NA CIDADE DE VILHENA-RO	2009
NAIARA FRANCISCA VIANA	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PEDAGOGIA	UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS E SUAS INTERFACES COM O PROFA	2009
HELENA MACHADO	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PEDAGOGIA	PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS: SABERES E FAZERES.	2009
SANDRA REGINA NUNES DOS SANTOS	DISSERTAÇÃO	GEOGRAFIA	POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPAÇO E GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO AUTONOMIA FINANCEIRAS DAS MULHERES DO BAIRRO MARIANA EM PORTO VELHO	2009
SHEILA CASTRO DOS SANTOS.	MONOGRAFIA	HISTÓRIA	A CONSTRUÇÃO DO FEMININO COM AS MULHERES NA COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA (1970-1990 - PIC OURO PRETO D OESTE.	2009
PACÍFICO, JURACY MACHADO ; NEVES, JOSÉLIA GOMES	ARTIGO	PEDAGOGIA	FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DE PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO	2009
ARNEIDE BANDEIRA CEMIN	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	CRITICA CULTURAL FEMINISTA: VIOLÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA	2009
CEMIN, A. B.	CAPÍTULO DE LIVRO	ANTROPOLOGIA	GÊNERO, DESENVOLVIMENTO E MULTICULTURALISMO NA AMAZÔNIA	2009
CEMIN, A. B. ; OTT, A. M. T.	CAPÍTULO DE LIVRO	ANTROPOLOGIA	VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE OS WARI. ENFOQUES FEMINISTA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: PERSPECTIVA FEMINISTA DE	2009

			GÊNERO NO POLÍTICO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
MARIANGELA ALOISE ONOFRE	DISSERTAÇÃO	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	GÊNERO, VIOLÊNCIA E POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO: APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA EM PORTO VELHO	2009
CLÍCIA HENRIQUES DE SOUZA	DISSERTAÇÃO	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	GÊNERO, VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO SOBRE HOMICÍDIO CONJUGAL EM PORTO VELHO (RO)	2009
JOELMA SAMPAIO DO NASCIMENTO	DISSERTAÇÃO	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	ANÁLISE DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: VULNERABILIDADES FRENTE AO DESENVOLVIMENTO	2009
GABRIELLE PELLÚCIO	DISSERTAÇÃO	GEOGRAFIA	HÁ HOMENS QUE TEM PATROAS, HÁ HOMENS QUE TEM MULHER. E HÁ MULHERES QUE ESCOLHEM O QUE QUEREM SER: PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA	2010
CRISTIANE PEREIRA RAMOS	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	GEOGRAFIA	O ESPAÇO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UM DEBATE DE GÊNERO	2010
LUCIANE GOMES LOPES	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	GEOGRAFIA	GÊNERO NA PÓS-GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DO MESTRADO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	2010
VIVIANE NERY DA SILVA	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	GEOGRAFIA	ASSENTAMENTO RURAL JOANA D'ARC III UM OLHAR NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	2010
GRACIMAR MOREIRA ALENCAR	RELATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	GEOGRAFIA	ASSENTAMENTO RURAL NAZARÉ E BOA VITÓRIA: UM OLHAR NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	2010
TAMBORIL, M. I. B.; VIANA, N. F.	ARTIGO	PEDAGOGIA	UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS E SUAS INTERFACES COM O PROFA	2010
KARY JEAN FALCÃO GONÇALVES	DISSERTAÇÃO	CIÊNCIA DA LINGUAGEM	AS CONTRIBUIÇÕES LINGÜÍSTICAS DOS POVOS DE RELIGIÃO DE MATRIZES ETNO-AFRICANA NA FORMAÇÃO DA LINGUAGEM DE HOMOSSEXUAIS EM PORTO VELHO - RONDÔNIA	2010
SOUZA, L. D. P.; CEMIN, A. B.	ARTIGO	ANTROPOLOGIA	MULHERES INDÍGENAS EM PORTO VELHO: GÊNERO, MIGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.	2010
LADY DAY PEREIRA DE SOUZA	DISSERTAÇÃO	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	MULHERES INDÍGENAS EM PORTO VELHO: RELAÇÃO SOCIAL DE GÊNERO, SITUAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICA PÚBLICA.	2010
ANDRÉIA TATIANE DOS SANTOS DREWS	MONOGRAFIA	HISTÓRIA	REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS PROCESSOS-	2010

			CRIMES DA COMARCA DE PORTO VELHO - DÉCADA DE 1960.	
LAURIANO MIRANDA DA SILVA	MONOGRAFIA	HISTÓRIA	ONG TUCUXI: NA LUTA CONTRA O PRECONCEITO E PELO RECONHECIMENTO DA CIDADANIA LGBT EM PORTO VELHO	2010

Fonte: Lauri Miranda Silva, 2015.

Noto que, os estudos de gênero na Universidade Federal de Rondônia iniciaram-se em meados da década de 90 com pesquisas de iniciação científica a artigos tendo como objeto de discussão a figura da mulher na Amazônia, mas especificamente a “Mulher Ribeirinha”. A partir dessa década vários pesquisadores e pesquisadoras entraram em cena para explorar a temática de gênero e sexualidade, preocupados com as relações de gênero no Estado de Rondônia, no tocante a políticas públicas e no combate a violência de gênero na Amazônia.

Todavia, percebe-se que a maioria dos estudos de gênero no campo multidisciplinar durante o período que ora nos ocupa, centralizaram o olhar voltado para os problemas da mulher em Rondônia, estudos estes principalmente voltados para o campo da Geografia, que acabaram dando origem ao primeiro grupo de estudos de gênero da Amazônia GEPGÊNERO (Grupo de Estudos e pesquisas em Geografia, Mulher e Relações de Gênero).³¹

Somente no início do século XXI que se iniciaram os debates sobre a questão da sexualidade e identidade de gênero (aqui nos reportamos à homossexualidade) nos estudos de gênero da Universidade Federal de Rondônia. O primeiro trabalho encontrado foi realizado por Eloíse L. Siqueira, graduada em Psicologia, cujo TCC

³¹ Durante todo o levantamento documental fizemos uma disciplina especial no Mestrado em Geografia, chamada Geografia e Gênero, onde pudemos conhecer e compreender melhor os estudos de gênero na Amazônia, devido o Mestrado ter esse grupo de estudos focado na temática de gênero. O GEPGÊNERO é um grupo de estudo, pesquisa e ações de extensão, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Silva Nascimento Silva, mas conhecida como Prof.^a Dr.^a Gracinha, este grupo heterogêneo foi criado e institucionalizado em 2001, composto por professores e técnicos da universidade, também professores das redes de ensino: Estadual e Municipal e alunos da graduação. Percebemos que o grupo tem objetivos além dos projetos de extensão universitária, grupos de estudos com temáticas na ciência geográfica, como também as discussões de debates em torno de literaturas sobre a figura da mulher e relações sociais de gênero.

(Trabalho de Conclusão de Curso) é intitulado *A História da Subjetividade em Torno do Homoerotismo*.

Mesmo assim, até o ano de 2010 foram apenas 4 trabalhos relacionados aos estudos de gênero na Universidade que realizaram pesquisas sobre os homossexuais na Amazônia enquanto objeto de análise e discussão no campo acadêmico. Entre esses estudos, fora o que já foi citado, temos outro trabalho do curso de Psicologia intitulado *A Psicanálise, e o Transexualismo*³² e a *Clínica Estrutura* publicado em 2006, outro estudo, este mais denso e que será tratado, mas adiante, por ser uma dissertação de mestrado, intitulado *As contribuições linguísticas dos povos de religião de matrizes etno-africana na formação da linguagem de homossexuais em Porto Velho – Rondônia* publicada em 2010 e paralelamente no curso de Graduação de História eu preocupada com a discriminação e violência contra a comunidade LGBT em Porto Velho – RO realizei minha pesquisa para o bacharelado no curso de história, que teve por título, *Ong Tucuxi: na luta contra o preconceito e pelo reconhecimento da cidadania LGBT em Porto Velho*.

No entanto, vale ressaltar que não serão aprofundados alguns trabalhos do quadro acima, devido nossa particularidade do trabalho que ora nos ocupa. Vejam o que a partir de nossas investigações encontradas nos estudos de gênero no campo interdisciplinar dessa Universidade, tendo como a figura da mulher com mais representatividade nos discursos acadêmicos e o silêncio que paira a partir de 1990 até 2010 em torno dos estudos de gênero referenciando os homossexuais na Amazônia.

Partindo para a discussão que ora ocupa-me, encontrei 12 (doze) dissertações, as mesmas foram defendidas no período almejado pelo recorte temporal. Vale ressaltar que dessas dissertações 11 (onze) estão relacionadas à questão das *mulheres* e apenas um único trabalho diz respeito aos *homossexuais* em Rondônia. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 2: Dissertações sobre Mulher e Homossexuais

AUTORA (O)	TÍTULO	ORIENTADOR	MESTRADO	ANO
------------	--------	------------	----------	-----

³² Não adotamos, mas esse termo “Transexualismo”, pois tem conotações referenciando à doença, nos reportamos a **Transexualidade**.

		OU ORIENTADORA		
TELMA FORTES MEDEIROS	GEOGRAFIA E GÊNERO: UM ESTUDO NO CONTEXTO ESCOLAR	PROF ^a . DRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA	GEOGRAFIA	2008
SHEILA XIMENES DE SOUZA	A VELHICE FORA DO LUGAR: HISTÓRIA ORAL DE VIDA	PROF ^a . DRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA	GEOGRAFIA	2009
MARXLENE BEZERRA VIEIRA	RELAÇÕES DE PODER E GÊNERO NA GESTÃO EDUCACIONAL	PROF ^a . DRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA	GEOGRAFIA	2009
SANDRA REGINA NUNES DOS SANTOS	POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPAÇO E GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO AUTONOMIA FINANCEIRAS DAS MULHERES DO BAIRRO MARIANA EM PORTO VELHO	PROF ^o . DR ^o . JOSUÉ DA COSTA	GEOGRAFIA	2009
GABRIELLE PELLUCIO	"HÁ HOMENS QUE TÊM PATROA. HÁ HOMENS QUE TÊM MULHER. E HÁ MULHERES QUE ESCOLHEM O QUE QUEREM SER": PERSPECTIVA DE GÊNERO NA GEOGRAFIA	PROF ^a . DRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA	GEOGRAFIA	2010
JEANNE LÚCIA GADELHA FREITAS	MULHERES TRABALHADORAS NO GARIMPO RIO MADEIRA-RO: INTERFACES DE VULNERABILIDADES AO HIV/AIDS	PROF. DR. ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	2006
ELAINE FILGUEIRAS GONÇALVES FECHINE	MULHERES RIBEIRINHAS DO RIO MADEIRA: COTIDIANO ENVOLTO EM BRUMAS	PROF ^a . DRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	2007
CERES FERREIRA CARNEIRO	MULHERES RIBEIRINHAS DE CALAMA - RO: GÊNERO, ECOFEMINISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS	PROF ^a . DRA. ARNEIDE BANDEIRA CEMIN	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	2007
CLÍCIA HENRIQUES DE SOUZA	VIOLÊNCIA HOMICIDA ENTRE CASAS EM PORTO VELHO- RO: QUESTÕES DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO	PROF ^a . DRA. ARNEIDE BANDEIRA CEMIN	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	2009
MARIANGELA ALOISE ONOFRE	GÊNERO, VIOLÊNCIA E POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO: APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA EM	PROF ^a . DRA. ARNEIDE BANDEIRA CEMIN	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	2009

	PORTO VELHO.			
LADY DAY PEREIRA DE SOUZA	MULHERES INDÍGENAS EM PORTO VELHO: RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO, SITUAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS.	PROF ^a . DRA. ARNEIDE BANDEIRA CEMIN	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE	2010
KARY JEAN FALCÃO GONÇALVES	AS CONTRIBUIÇÕES LINGUÍSTICAS DOS POVOS DE RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA NA FORMAÇÃO DA LINGUAGEM HOMOSSEXUAIS EM PORTO VELHO - RONDÔNIA		CIÊNCIA DA LINGUAGEM	2010

Fonte: Lauri Miranda Silva, 2015.

De antemão podemos visualizar através do quadro acima um silêncio com relação às questões dos homossexuais e uma valorização da figura da mulher nos próprios títulos das dissertações e que a maioria desses trabalhos foram escritos por pesquisadores do “sexo feminino” e somente um único trabalho foi escrito por um indivíduo do “sexo masculino”.

Fazendo uma análise geral dos temas abordados sobre as mulheres nas dissertações, nota-se que as representações construídas das mesmas partiram das problemáticas em torno das questões sociais vinculadas as: *mulheres no trabalho, mulheres ribeirinhas e cotidiano, mulheres e violência, mulheres indígenas, mulheres e educação*. Já, o único trabalho em que traz as representações da homossexualidade explana a *formação da linguagem dos homossexuais* em Rondônia.

Vejamos quais as teorias e métodos foram empregados nas dissertações dos Programas de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Geografia, e Ciência da Linguagem e quais as implicações de tais escolhas em termos de posições, valores e poder no campo de estudos.

4.2 As representações de gênero nas dissertações do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Analisando as dissertações do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente notamos que as teorias das pesquisas sobre as mulheres, estão todas centradas na perspectiva de análise de *gênero* sob a égide da interdisciplinaridade, onde foram utilizadas teorias do campo sociológico e antropológico tais como: teoria da antropologia feminista, antropologia de desenvolvimento, *teoria da Troca de Dádiva e Ecofeminismo* para a construção de políticas públicas e desenvolvimento sustentável, onde a figura da mulher é representada e legitimada nas dissertações.

Mulheres trabalhadoras no garimpo rio Madeira-RO: interfaces de vulnerabilidades ao HIV/AIDS título da dissertação defendida em 2006, trabalho este pertencente ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, da pesquisadora **Jeanne Lúcia Gadelha Freitas**. O trabalho da autora surgiu de seu interesse particular enquanto profissional na área de saúde e educação atenta aos problemas femininos, enquanto mulher em sociedade, preocupada com a relação de mulheres vivendo ou não com DST/HIV/AIDS através das histórias de vida contada por elas de acordo com Freitas, vivendo em situações de vulnerabilidades.

Sobre essa questão de interesse num determinado objeto por parte do pesquisador, no campo da ciência e, em perspectiva sociológica, Bourdieu (1983) explica que isso esta na essência pura da ciência, é um “[...] campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros [...]”. (BOURDIEU, 1983, p.14). No entanto, os campos de saberes dentro de sua cientificidade partem de interesses particulares e/ou pessoais, o que o autor chama de práticas.

Freitas (2006) comenta sobre a ausência na região amazônica de produções científicas locais com relação à vulnerabilidade feminina no âmbito da epidemia do HIV/AIDS em detrimento de outros agravos (malária, tuberculose e etc.). O que contribuiu para a autora desenvolver seu trabalho como podemos perceber em sua explanação:

Mediante esta realidade, surgiu o interesse por aprofundar algumas questões que dizem respeito às mulheres desta região, especificamente àquelas que por motivos e condições diversas, encontram-se inseridas em contextos sociais com situações de vulnerabilidade ao vírus do HIV/Aids. Áreas como os garimpos, quase sempre isolados social e geograficamente da esfera pública com difícil acesso, permeados por conflitos inter-étnicos, mobilizando e/ou fixando um significativo contingencial humano, no mais das vezes, desprovido de ações institucionais de saúde, educação, segurança e outros. (FREITAS, 2006, p. 1).

A autora objetivou investigar como essas mulheres se estruturaram e representaram-se no garimpo através de seus discursos. No primeiro capítulo ela situou o HIV/AIDS e seu caminho numa perspectiva global em termos “[...] clínicos, epidemiológicos e sociais e seu impacto no universo feminino em nível mundial, nacional e regional na Amazônia Brasileira, especificamente no município de Porto Velho [...]”. (FREITAS, 2006, p. 15). Procurando mostrar a transversalidade da interiorização, pauperização e feminização da epidemia, o traçado epidemiológico foi utilizado para situar a problemática no universo feminino, também Freitas buscou progredir na busca “[...] desta problemática, tendo em vista condições materiais e simbólicas de mulheres que vivem em espaços do garimpo informadas pela concepção de vulnerabilidade social”. (FREITAS, 2006, p. 15).

A concepção teórica da autora partiu dos estudos da História Social utilizando a obra de Victor Leonardi *Fronteiras Amazônicas do Brasil: saúde e história social*, onde o autor trás contribuições para aqueles pesquisadores preocupados com a questão da saúde, mas especificamente a interiorização da epidemia do HIV/AIDS na região da Amazônia. A partir dessa obra a autora demonstrou a interiorização e feminização da epidemia e suas íntimas vinculações das mulheres com o garimpo.

No segundo capítulo a Freitas (2006) explica seu referencial teórico numa perspectiva sociológica onde ela discutiu o conceito de *vulnerabilidade* que para ela serviu “[...] ao aplicar-se a indivíduos ou segmentos sociais com pouca capacidade para decidir sobre suas situações de risco, quando desprovidos do acesso a serviços ou recursos sociais”. (FREITAS, 2006, p. 15).

Freitas (2006) entrou no campo conceptual de gênero enquanto categoria de análise, analisando que:

[...] representações das relações de gênero são constituintes da identidade do indivíduo e seu meio social, correspondendo a

posições sociais com diferentes significados, reveladores da assimetria de poder e hierarquia dominante que dita regras morais sobre papéis de homens e mulheres na sociedade. (FREITAS, 2006, p. 15).

No entanto a partir dos estudos feministas, a autora usa as concepções delas, devido às mesmas terem a perspectiva de gênero enquanto aprendiz social e analisam “[...] sob a égide da “nova mulher”, revelando mudanças sofridas por essas representações da mulher na atualidade.”(FREITAS, 2006, p. 15).

Através das falas das mulheres que trabalhavam no garimpo, a autora buscou a ruptura da invisibilidade social delas através da representação dos conteúdos analisados:

Buscamos enxergar a “invisibilidade” social em que vive a mulher trabalhadora no garimpo, atribuindo-lhe o devido valor à sua condição feminina, trazendo nas suas falas, a emergência de conteúdos significativos à compreensão de vulnerabilidades da mulher e sua percepção diante da possibilidade do risco de adoecimento pelo HIV/Aids. (FREITAS, 2006, p. 15).

Freitas (2006) encerra o segundo capítulo fazendo uma discussão sobre as contribuições histórico-culturais na acepção e explicação dos significados e arquétipos do conhecimento sexual de grupos sociais, sobrepostas a compreensão da vulnerabilidade individual ao HIV/AIDS. A autora explica:

Baseamo-nos nas ideias de Gagnon [...] e Goofman [...] para compreender práticas sexuais como desempenho de roteiros através dos cenários dos indivíduos, enquanto atores na conduta interpessoal diária, contendo estratégias de interação que intermedeiam negociações sexuais dentro de uma lógica própria a cada indivíduo. (FREITAS, 2006, p. 15).

A metodologia da autora baseou-se numa abordagem qualitativa, utilizando à hermenêutica-dialética a partir das entrevistas realizadas com as mulheres que trabalhavam no garimpo, traçando o perfil socioeconômico delas na compreensão enquanto categoria de análise que se constituiu através do trabalho de campo. Sobre a técnica utilizada, a autora comenta que utilizou para sua coleta de dados:

[...] entrevistas semi-estruturadas, realizadas com dez mulheres adultas que trabalham como cozinheiras ou diaristas nas dragas e balsas que exploram ouro aluvial no Rio Madeira. São trazidos à luz das discussões os critérios de seleção, estratégias de inserção e trabalho de campo, elaboração dos roteiros das entrevistas e observação de campo e o processo de execução dos mesmos. (FREITAS, 2006, p. 16-17).

Freitas (2006) nos traz um estudo foto etnográfico mostrando a captação do lugar e do trabalho feminino, cotidiano, práticas e representações e percepções da doença. Para ela:

Aportar e (re) conhecer o garimpo, “enxergando” o lugar da mulher e o olhar de si mesma, nos permitiu testemunhar uma face pouco vista (porque não dizer ignorada) da nossa sociedade, constituindo-se em desafio empreendido neste projeto. (FREITAS, 2006, p. 16-17).

Em suas considerações finais de sua pesquisa a autora encerra o estudo com algumas exposições preliminares avaliando os caminhos admissíveis para uma reflexão sobre: interfaces mulheres, HIV/Aids e trabalho no garimpo. Pois, para Freitas representaram um grupo diversificado “[...] com histórias de vida singulares e ao mesmo tempo tão infinitamente complexas diante de nossa pequenez.” (FREITAS, 2006, p. 17).

Entende-se que, a questão das representações dessa mulher no contexto da epidemia, está ligada as atividades garimpeira, comércio, prostituição, serviços domésticos. Freitas comenta que de acordo com alguns pesquisadores:

[...] há registro da presença feminina em garimpos desde o período colonial, principalmente dedicada à cozinha e lavanderia ou eventualmente prestando favores sexuais no intuito de incrementar sua renda, sendo ao mesmo tempo, fator determinante para fixação e produção da mão de obra masculina no cenário da garimpagem. Algumas pesquisas estimam que na década de 90, existiam 419.920 garimpeiros em todo o país, distribuídos principalmente nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Goiás, dentre estes, 17% corresponde ao contingente feminino [...]. (FREITAS, 2006, p. 35).

Para Freitas (2006) o garimpo organiza-se num ambiente social intrinsecamente masculino “[...] inerente à rotinização/banalização da violência verbal e física, privação financeira, de liberdade temporária, acidentes ou morte, perpassado por relações de trabalho, classe e gênero entre homens e mulheres [...]”. (FREITAS, 2006, p. 36).

A autora se preocupou com o alto índice de mortalidade feminina no Brasil ligada AIDS. O que para Freitas (2006) obteve um crescimento gradativo das “[...] taxas de mortalidade na região norte, suscitando a expansão de uma epidemia instável e silenciosa sobre grupos populacionais de pouca visibilidade até o momento”. (FREITAS, 2006, p. 36).

Freitas (2006) utiliza o conceito de *vulnerabilidade* para contextualizar a feminização do HIV/Aids, para ela:

[...] superar, antes de tudo, uma apreensão simplista da realidade, enxergando as implicações subjetivas desta epidemia nas mulheres. É também exercitar uma interpretação reflexiva e dialética, considerando a concretude de repertórios de vida pessoal, saúde sexual e reprodutiva, papéis hierárquicos nas relações de gênero e percepção de risco, conectadas a condições sociais como trabalho, classe, etnia, crenças, valores e posição social que cada mulher ocupa e negocia seu estar no mundo. (FREITAS, 2006, p. 42-43).

E ainda ressalta:

É precisamente neste enfoque que abordaremos os sujeitos desta pesquisa – mulheres no garimpo - que negociam seu “estar no mundo” por meio de suas relações de gênero, de classe, e de suas representações de proteção e práticas e possibilidades de maior ou menor risco à infecção e ao adoecimento pelo HIV/Aids. Neste propósito, postulamos contribuições teóricas de autores que (com) partilham do conceito de vulnerabilidade para compreender e ampliar o entendimento de fenômenos sociais como a feminização da epidemia do HIV/Aids. Reflexões sobre gênero, sexualidade e negociação para sexo seguro serão utilizados para indicar alguns dilemas que cercam os sujeitos desta pesquisa. (FREITAS, 2006, p. 43).

A autora faz uma categorização de mulheres dentro do conceito de vulnerabilidade:

[...] devem ser consideradas as diferentes situações e contextos nos quais existem mulheres em situações de risco acrescido para o HIV/Aids. São companheiras sexuais de pessoas com práticas de risco, profissionais de saúde, parceiras sexuais de pessoas vivendo com o vírus, mulheres vítimas de abuso sexual e violência, mulheres indígenas e rurais, mulheres em cárcere privado, mulheres vivendo e/ou trabalhando em áreas de conflitos, fronteiras, assentamentos e por último, mas não menos importante, mulheres em garimpos. (FREITAS, 2006, p. 45).

Esses problemas são ocultados o que trás extensões do ímpeto ao HIV/Aids destas mulheres, para autora:

[...] já que “trocam” o espaço privado da casa pelo espaço privado do garimpo como meio de sobrevivência, alternando-se os espaços de exploração/dominação, justapondo-se às informalidades de um trabalho igualmente destituído de poder e prestígio - situações de vulnerabilidades típicas de um meio social inóspito, inseguro, sobretudo invisível e longe do alcance das redes de apoio socialmente institucionalizadas. (FREITAS, 2006, p. 46).

No tópico **Gênero, sexualidade e outras dimensões do risco** pertencente ao capítulo teórico, a autora comenta sobre os conceitos de gênero com relação ao HIV/Aids, para ela: “[...] o advento do HIV/Aids pode ter apressado as conceituações relativas às relações de gênero, desvelando em definitivo, as obscurecidas assimetrias existentes entre homens e mulheres”. (FREITAS, 2006, p. 46). A autora utiliza alguns trabalhos que analisam o conceito de gênero enquanto construção histórica.

Para a autora:

O acesso feminino ao mundo das drogas, até então restrito à esfera masculina, tem determinado circunstâncias de clandestinidade, promiscuidade e violência, significando uma maior vulnerabilidade de infecção ao HIV/Aids. As instâncias religiosas também se constituem num dos vários sistemas que ordenam a vida sexual e reprodutiva de homens e mulheres. A postura conservadora e por vezes equivocada de dogmas religiosos contrários aos meios de prevenção às DST/HIV/Aids - particularmente quanto ao uso de preservativo – são exemplo de interdições sociais que dificultam e até impedem o trabalho de prevenção. (FREITAS, 2006, p. 50).

No item **Proposta Teórico-Methodológica** pertencente ao capítulo metodológico, Freitas (2006) discute os conceitos no campo teórico e no campo metodológico utilizados para a construção das representações das mulheres que vivem no garimpo, ela explana que:

O pano de fundo deste estudo encontra-se no âmbito tanto da subjetividade das relações sociais, quanto na objetividade concreta das vidas vividas, adotando a abordagem qualitativa, como forma de aproximação, desvelamento e interpretação dos significados das falas, representações sociais e práticas de indivíduos numa determinada realidade. (FREITAS, 2006, p. 58).

A pesquisa qualitativa para ela implica compreensões de princípio e cunho “[...] teórico-epistemológicas conexas com instrumentos capazes de apreender a complexa dimensão desse mundo, articulando categorizações teóricas com a matéria-prima da realidade analisada”. (FREITAS, 2006, p. 58). Nessa perspectiva ela, analisa a vulnerabilidade feminina ao HIV/Aids no cenário do garimpo, iniciando a partir da realidade do “ouvir e olhar” dos sujeitos.

Freitas (2006) fez a sua seleção dos sujeitos de sua pesquisa incluindo todas as mulheres que tinham em comum, a condição feminina, explicando que:

O grupo de sujeitos foi constituído de mulheres que vivem em função da atividade de garimpagem de ouro aluvial no trecho do Alto Rio Madeira. Foram incluídas todas as mulheres, que independentes de condição social, atividade e idade, tinham em comum, a condição feminina, sua inserção e permanência no garimpo em função do trabalho que realizam.

Inicialmente esperava-se incluir mulheres atuando não só como cozinheira, diarista, parceira de dragueiro ou proprietária de balsa, mas também aquelas visitantes esporádicas (vendedoras, amigas das cozinheiras e/ou parceiras de operadores e profissionais do sexo) e outras situações possíveis, ainda desconhecidas para a pesquisadora. (FREITAS, 2006, p. 59).

Ressalta também que:

[...] foram "garimpadas" versões dos "nativos" masculinos do garimpo, que narravam sobre suas histórias e as histórias delas, e como enxergavam a presença feminina no mundo da garimpagem, conforme suas visões de mundo e a interação com as mulheres. (FREITAS, 2006, p. 60).

Quanto à escolha do local, para autora foi devido:

Os motivos para escolha deste cenário enquanto trabalho de campo, deve-se ao fato de que ali coabitam mulheres, público-alvo deste estudo que, pela condição feminina e modo de vida no garimpo, representam uma categoria vulnerável social e individualmente ao HIV/Aids tendo como pano de fundo a dinâmica da feminização, interiorização e pauperização da epidemia de Aids no âmbito e na diversidade dos espaços amazônicos. (FREITAS, 2006, p. 63).

As técnicas encontradas no trabalho de Freitas (2006) consistiram em: observação-participante, entrevista semi-estruturada e do diário de campo.

No período da observação acompanhou-se o trabalho diuturno da equipe, as atribuições de cada um, conforme seu status, os afazeres e a rotina das mulheres, a movimentação dos atores, gestos, rituais, constâncias e inconstâncias das falas, minúcias e detalhes, sempre com a finalidade de dar conta do arcabouço do grupo, suas práticas e discursos e como estas convergem para dimensões de vulnerabilidade social e individual ao HIV/Aids. (FREITAS, 2006, p. 66.).

Logo, se por um lado, o campo revelou os "imponderáveis" da vida [...] por outro serviu de pretexto prontamente revertido em ponte para que a pesquisadora vivenciasse dualmente o papel da mulher no garimpo e o papel da mulher na cidade. Certamente, foram circunstâncias que possibilitaram à pesquisadora enxergar o contexto domiciliar dessas mulheres, revelando para além do espaço físico, as redes de relações sociais construídas dentro e fora do garimpo.

O roteiro das entrevistas foi constituído de quatro grandes eixos temáticas com questões que buscaram apreender sistemas de valores e normas de representações, abordando história de vida, o cotidiano no garimpo, representação sobre relações de gênero, saúde, sexualidade, HIV/Aids como categorias centrais para análise de como se estruturam as dimensões subjetivas e objetivas de vulnerabilidade feminina ao HIV/Aids. (FREITAS, 2006, p. 68).

As análises e interpretações do trabalho de Freitas (2006) são baseadas sob a perspectiva da hermenêutica-dialética. A autora explica que:

Na hermenêutica, a realidade social, e nela, sobretudo o fenômeno da comunicação humana, possui dimensões tão variadas, nuançadas e mesmo misteriosas, que é preciso atentar não só para o que se diz, mas igualmente para o que não se diz. A hermenêutica busca compreender sentidos que se imprimem a qualquer contexto histórico, onde não existem apenas fatos dados, acontecimentos externos, mas também significação, sentido e valores da comunicação humana em toda sua complexidade e simplicidade. (FREITAS, 2006, p. 71).

A autora dividiu o processo de interpretação de seu objeto de pesquisa em três etapas:

a) análise do discurso das mulheres entrevistadas, privilegiando: o conteúdo sócio-histórico de suas histórias de vida, processos migratórios, condições de vida e trabalho atuais, estratégias de sobrevivência, representações sobre HIV/Aids.

A interpretação do conteúdo, também absorvido por outros “sentidos” foi (re) construída pela aproximação com o sujeito/objeto. Este recurso permitiu a apreensão entre a subjetividade feminina - das entrevistadas e da pesquisadora - num jogo de intersubjetividade de interação ou atrito entre ambas, tomados como padrões próprios de seus gêneros.

b) análise dos dados obtidos da observação participante: quando a presença da mulher no cotidiano do garimpo foi interpretada como dimensão de vulnerabilidade ao HIV/Aids mediadas por relações de gênero.

c) análise final: articulação dos referenciais teóricos adotados com todos os dados empíricos já categorizados (advindos das entrevistas e da observação participante) e do contexto sócio-histórico particular desta pesquisa. (FREITAS, 2006, p. 72).

Podemos notar que a autora dá notoriedade das representações e práticas do exercício da sexualidade dessas mulheres através de suas vozes, como ela mesmo explana:

[...] trazemos as mulheres que vivem no garimpo do Rio Madeira, dando-lhes, em primeiro plano, a necessária visibilidade de sujeitos, agentes de sua própria história, enquanto a epidemia de HIV/Aids permanece como pano de fundo. O foco está centrado na percepção do grupo em relação ao sentido de proteção, a partir de suas condições de vida, do grau de percepção relativo à possibilidade de infecção do HIV/Aids, através de representações e práticas no exercício de sua sexualidade. Também identificamos dimensões de vulnerabilidade feminina, relacionadas aos condicionantes socioeconômicos e culturais que determinam a maior ou menor possibilidade de exposição ao HIV/Aids. (FREITAS, 2006, p. 72).

Em seu trabalho Freitas (2006) delineou o perfil das mulheres no garimpo do Rio Madeira categorizando-as suas identidades de gênero, como vemos a baixo:

[...] Trata-se de um grupo de trabalhadoras na função de cozinheiras-mulheres no garimpo - com perfil etário homogêneo de 23 a 52 anos, com apenas duas discordâncias, uma mulher de 33 e outra de 23 anos, indicando que ocupação no garimpo não é coisa para mulheres jovens, predominando idades entre 45 a 55 anos, revelando uma face oculta pelo imaginário social de que mulheres (sobretudo jovens) vivem no garimpo à procura de trabalho temporário e/ou aventuras. (FREITAS, 2006, p. 73).

A situação pessoal/profissional atual das entrevistadas no garimpo está subdivididas em cozinheira fixa (5), diarista (3), cozinheira e companheira de dragueiro (1) e proprietária de balsa (1). Vale lembrar que todas as categorias de trabalho acima mencionadas - e, sobretudo a condição de "diarista" - aqui identificada pelo trabalho não fixo- inverso ao de cozinheira - assinala o quanto o encolhimento do mercado formal, tem forçado mulheres a engrossar as fileiras do desemprego, empurrando-as para subempregos informais como o garimpo. Este, por sua vez, sujeitando-as à vulnerabilidades como serviços sexuais com ou sem nenhuma capacidade de negociação para o sexo seguro, menores salários, instabilidade e risco de vida. (FREITAS, 2006, p. 75).

No tópico *Presença feminina no garimpo: Entre o Ser e o Viver!* Ela traz em voga as representações de gênero das mulheres no garimpo, onde ela fez suas análises da condição dessas mulheres a partir da "[...] percepção do lugar que as mesmas ocupam no grupo e na sociedade e o significado de seu trabalho enquanto sobrevivência e conquista feminina". (FREITAS, 2006, p. 81). Objetivo dela consistiu em:

[...] oportunizar-lhes uma reflexão sobre as dificuldades e facilidades de "ser mulher no garimpo", bem como suas estratégias de resistência e acomodação nas relações de gênero e classe, para então chegar especificamente ao foco da investigação da pesquisa – identificar vulnerabilidades individuais e sociais de mulheres que

vivem no garimpo a partir do que entendem por HIV/Aids, qual a percepção de risco e proteção que as entrevistadas desenvolvem no exercício da sexualidade e qual a capacidade de empoderamento feminino mediante a epidemia do HIV/Aids. (FREITAS, 2006, p. 81-82).

Sobre a condição feminina e a dominação masculina no garimpo Freitas (2006) explana que:

Neste cenário contracenar no cotidiano do garimpo, invoca uma reflexão permanente acerca dos papéis sexuais, tanto nas relações de classe, quanto de gênero. Muitas vezes a condição feminina no garimpo é vista como obstáculo à conquista de melhor posição social no grupo diante do status de poder masculino. Desafios do cotidiano refletidos constantemente como partes do ser mulher e seu lugar no mundo. (FREITAS, 2006, p. 85).

A autora esclarece que essas mulheres criaram mecanismos de sobrevivência feminina incorporada no garimpo, que para ela “[...] são verdadeiros esquemas de operações individuais e/ou coletivas numa espécie de jogo invisível codificado apenas entre elas [...]”, e que criaram “[...] táticas, manobras sutis instauradas no território da draga, imposto pela ordem masculina”. (FREITAS, 2006, p. 87).

A pesquisadora comenta que no garimpo também tinha mulher autônoma, ou seja, mulheres com representações de chefia, mas para ela “[...] nem sempre são relações harmoniosas especialmente quando há inversões de papéis sexuais nas relações de trabalho [...]”. (FREITAS, 2006, p. 89). Exemplificando que:

[...] Nas ocasiões onde prevalece a autonomia feminina, como foi para M7 (proprietária de balsa) papéis masculinos e femininos tornam-se conflitantes, já que inverte a ordem de poder hegemônico da matriz heterossexual, tanto das relações de gênero como de classe, ainda que esta tenha conhecimento, poder e a experiência de garimpo. (FREITAS, 2006, p. 89).

No item *Traços de violência de gênero: uma interface de vulnerabilidade*, ela apresenta revelações colhidas a partir dos discursos dessas mulheres sobre o sofrimento passado por elas no garimpo. Em sua concepção:

O temor à materialização da violência de gênero no garimpo, seja ela verbal ou física, preocupa cotidianamente estas mulheres, vez que os scripts femininos adotados perante o grupo, são regidos por papéis sexuais estereotipados da figura feminina, ou seja, docilidade, passividade e entrega incontestável, mesmo mediante ameaças reais à própria vida [...]. (FREITAS, 2006, p. 94).

Sobre os assédios dos homens no garimpo de acordo com a autora essas “[...] mulheres percebem e vivenciam o assédio masculino no garimpo como atitude “natural” e “socialmente aceita”, cabendo a elas acionar táticas de despiste e recusa diante do grupo.” (FREITAS, 2006, p. 94).

Nas considerações finais da pesquisa a autora argumenta que, seu referencial teórico-metodológico discutido mostrou “[...] ainda que parcialmente, a complexidade entre dimensões individuais, sociais e programáticas entrelaçadas em torno da epidemia do HIV/Aids [...]” onde a mesma identificou diversas “situações de suscetibilidades subjacentes ao universo feminino [...]”. (FREITAS, 2006, p. 125). Através da legitimação do conceito de vulnerabilidade em sua pesquisa, perpassando pela análise das relações de gênero, permitiu a ela em sua percepção o aparecimento de:

[...] condições de vida e trabalho feminino com pouca qualificação profissional, ideologicamente representada pela mulher “independente”, porém desprovida do poder e/ou querer de se questionar, duvidar e cogitar mudanças de posturas diante da possibilidade de infecção e/ou adoecimento ao HIV/Aids. Mulheres no garimpo revelam o quanto a transição de gênero, materializada na necessidade de sobrevivência, permite poucas chances de se cogitar o risco ao HIV/Aids, uma entidade tão obscura quanto sua percepção de perigo diante das muitas outras suscetibilidades femininas. (FREITAS, 2006, p. 128).

Sobre a condição feminina dessas mulheres que vivem no garimpo para autora:

[...] é questão de sobrevivência para todas as pesquisadas. Embora se vejam como “desenxergadas” (re) afirmam seu lugar no mundo, trazendo nas vozes, sentimentos de dor e indignação, já que seu trabalho é tido como fonte de independência financeira e espaço para solidariedade e sonhos, cultuados na imagem da mulher guerreira, com atitudes de resistência dentro e fora dos limites do garimpo. (FREITAS, 2006, p. 130).

Feita as análises teórico-metodológicas de sua pesquisa, em seu trabalho é encontrada algumas recomendações. Para ela “[...] devem ser pensadas em curto prazo, vez que a vulnerabilidade das mulheres no garimpo às DST/HIV/Aids permanece no descaso do poder público [...]”. No entanto, para Freitas “[...] os traçados que levam uma mulher a se infectar/contaminar são extremamente complexos, não cabendo, portanto, limitar a prevenção do HIV/Aids exclusivamente

à implementação de ações de saúde [...] necessitando-se introduzir “[...] além de cuidados à saúde da mulher, estratégias de valorização e reforço da auto-estima pessoal.” Atividades com esse nível ao ser criadas e implementadas “[...] poderiam reduzir a vulnerabilidade destas mulheres sob a ótica da equidade e integralidade de saúde nesta região.” (FREITAS, 2006, p. 130).

Na dissertação de **Ceres Ferreira Carneiro**, intitulada *Mulheres ribeirinhas de Calama - RO: gênero, ecofeminismo e políticas públicas* defendida no ano de 2007, a autora teve por objetivo investigar a sociedade ribeirinha de Calama, utilizando análise dos discursos de sete mulheres do referido Distrito pertencente a cidade de Porto Velho. A partir dos conceitos de Formação Discursiva e Formação Ideológica o trabalho da autora discutiu os princípios do Ecofeminismo, refletindo sobre as questões de Gênero e Desenvolvimento Sustentável. A teorização de sua pesquisa esta baseada na teoria da Troca de Dádiva de Marcel Mauss, que foi empregada para sugerir vicissitudes de políticas públicas fundamentadas na cultura tradicional das mulheres ribeirinhas.

Na introdução de seu trabalho Carneiro (2007) explana a origem de seu objeto de pesquisa, como podemos ver:

No ano de 2000, conheci Calama em uma viagem técnica, de barco, cujo objetivo era conduzir acadêmicos do Curso de Turismo, de uma Faculdade de Porto Velho/RO a Humaitá/AM, com paradas nos Distritos de Nazaré e São Carlos e estada em Calama (única localidade com presença de hospedagem-hoteleira) para verificarmos o potencial turístico do Baixo Madeira. Desde então, voltei ao Distrito algumas vezes, sempre como pesquisadora, não só em decorrência desta dissertação, mas, também, como integrante do Laboratório de Estudos sobre Patrimônio (LAPA), vinculado ao Curso de História de uma outra Faculdade local. (CARNEIRO, 2007, p. 1).

Todavia, a partir de suas viagens técnicas e também enquanto pesquisadora, a autora percebeu que nas comunidades ribeirinhas havia uma:

[...] gama significativa de manifestações, ainda pouco analisadas, capazes de fornecer dados substanciais para uma proposta de desenvolvimento com base na proximidade e na profunda dependência dos ribeirinhos dos recursos naturais. (CARNEIRO, 2007, p. 1).

Sobre a escolha do Distrito de Calama, Carneiro (2007) justifica-se: “[...] se deve à existência de uma melhor infra-estrutura básica (luz, hospedagem, restaurante, pequeno mercado, posto de saúde) em relação aos outros distritos [...]”.

(CARNEIRO, 2007, p. 2). O que facilitou a sua estadia enquanto pesquisadora na localidade.

A legitimidade da teoria e da metodologia em torno de seu objeto de pesquisa aparece logo no início de sua discussão:

Discuti, desta forma, desenvolvimento econômico sustentável, perpassando pelas teorias de gênero e ecofeminismo, valorizando as consequências da relação entre os desafios preexistentes do feminismo e do ecologismo e como os discursos das mulheres calamenses podem revelar a tradição e a memória de uma sociedade a partir do confronto entre o que se diz e o que se faz. Apresentei, para finalizar, propostas de políticas públicas que concatenaram todo o estudo realizado. (CARNEIRO, 2007, p. 2).

No tópico *O modo de vida amazônico em Calama* presente no primeiro capítulo de seu trabalho, a autora faz uma contextualização dos aspectos produtivos situados nas margens dos rios e do cotidiano ribeirinho. Para ela “[...] esse espaço vai ser também o *lócus* das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades ribeirinhas.” (CARNEIRO, 2007, p. 12). Nesse ambiente natural:

[...] desenvolvem uma economia de subsistência adaptada e condicionada pelo meio ambiente sem agredi-la com a queimada ou desmatamento. Esta economia é complementada pela pesca, caça e pelo extrativismo. (CARNEIRO, 2007, p. 12).

Na pesquisa da autora, ela utilizou a noção de **semiótica da cultura** criada pelo antropólogo Clifford Geertz, para apreender a partir dos discursos das **mulheres calamenses** o estilo de “[...] vida feminino na sociedade ribeirinha, procurando perceber como cultura tradicional ribeirinha [...] pode contribuir para práticas de Desenvolvimento Sustentável.” (CARNEIRO, 2007, p. 15).

Nesse trabalho podemos perceber que autora faz uma quebra da hegemonia da visão masculina produzida pela ciência androcêntrica e traz suas contribuições fazendo suas análises a partir das narrativas das mulheres ribeirinhas, onde ela entendeu que:

[...] poderia construir, a partir dos discursos das mulheres de Calama, informações capazes de apontar propostas de políticas públicas com vistas à sustentabilidade. Abordar a sociedade ribeirinha amazônica, a partir das narrativas das mulheres, permite também uma ruptura com a usual construção da História pelo discurso masculino. O objetivo foi contribuir para o entendimento da relação sociedade ribeirinha sob a ótica feminina, buscando uma aproximação com o modo de vida ribeirinho, os seus saberes e práticas, por intermédio

da identificação das formações discursivas e ideológicas presentes em seus discursos. (CARNEIRO, 2007, p. 15).

Carneiro (2007) analisou os discursos por meio de entrevistas gravadas e fez as transcrições das falas das mulheres, e fez uma relação com a temática sociais de gêneros, traçando as vivências e estabeleceu a imagem da mulher ribeirinha e suas relações com o meio em que vive.

As representações não só de gêneros, mas também de identidades ligadas às profissões dessas mulheres ribeirinhas, aparece no trecho abaixo:

Optei por contatar pessoas representativas do Distrito e por serem todas importantes, dentro das suas respectivas propostas de existência, preferi a diversidade. Essas mulheres exercem ou exerceram ocupações distintas dentro da comunidade: parteira, benzedeira, educadora, estudante, comerciante, produtora de farinha. (CARNEIRO, 2007, p. 16).

A autora fez um estudo do cotidiano das mulheres a partir de suas falas, pois, para ela “[...] é na comunicação estabelecida, dia a dia, que se concentram a riqueza e a importância da palavra [...]”. (CARNEIRO, 2007, p. 16).

A base teórica da pesquisa da autora sob a análise do discurso é justificada por ela:

A base teórica da minha análise sobre o discurso foi construída essencialmente sobre as teorias de Bakhtin, entenda-se serem as informações contidas nestes discursos significativamente representativas, considerando, não só o caráter polifônico dos mesmos, mas o campo ideológico em que foram tecidos: ecológico, rural, ribeirinho, amazônico. (CARNEIRO, 2007, p. 17).

Também foram empregadas referenciais teóricos de gênero, utilizando o viés antropológico, a pesquisadora “[...] critica o essencialismo e faz defesa da perspectiva estruturalista como vertentes para se compreender as diferenças, construídas socialmente, entre gêneros.” (CARNEIRO, 2007, p. 17). Usou autores para conceituação da antropologia ecológica que faz relação entre cultura e natureza, o que serviu para discussão do objeto de pesquisa da autora em termos da reflexão entre desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

No trabalho de Carneiro (2007), ela trabalhou com base na análise de discurso, onde ela justifica que esse método serviu para dialogar com os discursos das mulheres ribeirinhas de Calama. (CARNEIRO, 2007).

A teorização das análises do discurso das mulheres ribeirinhas foi feita a partir do conceito da “formação discursiva” do pensador Michel Foucault. A autora ressalta:

Como a pesquisa realizada foi embasada nos discursos das mulheres de Calama, considereirei impreterivelmente o caráter interdisciplinar da AD na perspectiva das Ciências Humanas, não efetuando propriamente uma análise linguística, mas, pelo contrário, enveredando-me pelos caminhos histórico-ideológicos, condição sine qua non para poder perceber nos textos toda a sua complexa magnitude, afinal o que vai importar não é o sujeito em si, mas o lugar ideológico em que ele se insere e de onde ele enuncia [...]. (CARNEIRO, 2007, p. 19-20).

No tópico *Paradigma da Dádiva* do terceiro capítulo, a autora sistematiza o conceito criado por Mauss, para ela, a *Dádiva* é um “[...] fato social total, prevê a circulação de bens na sociedade, porém não determinada pelo mercado ou pelo Estado, mas pela necessidade de constituição de um laço social”. (CARNEIRO, 2007, p.33). No trecho abaixo mostra que a teoria da dádiva foi importante para discussão da prática econômica dos ribeirinhos no trabalho de Carneiro (2007), onde ela comenta de que:

A “Dádiva” parece encontrar um outro ponto localizado entre liberdade e obrigação, interesse e interiorização das normas, construindo um paradigma distinto dos paradigmas do crescimento e da socioeconomia: tornando-o fundamentalmente diferente do mercado e do Estado que não reforçam ou suscitam o vínculo coletivo. Portanto, a opção pela referência à teoria da dádiva apontada por Mauss (1974) foi para melhor compreendermos o desenvolvimento econômico ribeirinho. (CARNEIRO, 2007, p. 33).

Seguindo a concepção teórica de gênero de Segato, para Carneiro (2007) gênero seria apenas um conceito, pois, para ela “[...] não tem capacidade para interrogar e mudar paradigmas históricos existentes”. (CARNEIRO, 2007, p. 34).

Ela fez indagações sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, onde a mesma problematiza de que:

Definir o que é Ser homem ou o que é Ser mulher vai muito além das constatações biológicas, é necessário percorrer um trajeto que determina a própria constituição da humanidade, pois considera posicionamentos, posturas de um e de outro ao longo dos tempos, uma hierarquia institucionalizada que ultrapassa o lar e se firma para além dele. A história nos mostra o ir e vir de interpretações que se fazem do feminino. Muitas delas, inclusive, se apresentam paradoxais dentro de mesmo período. (CARNEIRO, 2007, p. 34).

Sobre a figura da mulher a autora explana que: “[...] a mulher só pode ser definida singularmente não havendo, portanto, a possibilidade de conceituá-la universalmente.” E ainda ressalta, que “[...] ela só pode ser compreendida uma a uma, em suas especificidades e individualidades.” (CARNEIRO, 2007, p. 34).

A autora explica que existem duas vertentes na Antropologia sobre gênero:

[...] a primeira que se refere à “tendência universal de se ordenar numa estrutura hierárquica” que reconhece a dominação de um sobre o outro, e a segunda “de dimensão construtivista e relativa dos gêneros”, que nega totalmente o determinismo natural e o essencialismo biológico, baseados numa diferença natural entre ambos. Homem e Mulher são produtos histórico-culturais e não fatos da natureza. (CARNEIRO, 2007, p. 36).

No entanto, a autora faz uma crítica a essas vertentes por comentar que gêneros são sujeitos culturais e históricos, e que são construídos em sociedade. E acrescenta que embora que há diversificações “[...] culturais e do princípio relativista que coloca o gênero dentro de uma perspectiva construtivista, detecta-se uma tendência geral à subordinação da mulher.” (CARNEIRO, 2007, p. 36).

No item do capítulo três, intitulado *Ecofeminismo: uma associação entre o feminismo e a ecologia* a autora discute a partir das concepções teóricas das relações de desenvolvimento, ecologia e feminismo. Para ela o feminismo ecologista:

O feminismo ecologista enfatiza a necessidade de modificar o feminismo e o ecologismo simultaneamente a fim de garantir que as propostas de ambos, se conjuntas, apontem para alternativas concretas e viáveis de desenvolvimento sem se perder de vista a preservação do ambiente. (CARNEIRO, 2007, p. 37).

Sobre a questão reprodutiva da mulher e a natureza para autora:

[...] permite tornar o feminino e a natureza similares por serem mães, fontes da vida. A mulher, em muitas culturas antigas era tratada em projeções distintas: maternal ou incontrolável, pois, como a natureza, violenta, selvagem e indomável. Tanto podia gerar ordem quanto desordem. (CARNEIRO, 2007, p.37).

Fazendo, no entanto, uma contextualização sobre o ecofeminismo Carneiro (2007) explica que:

O ecofeminismo é entendido como a segunda ou a terceira onda do feminismo. A conexão essencial que o ecofeminismo faz mulher-natureza é que ambas receberam por parte das sociedades ocidentais e patriarcais o mesmo tratamento de subjugação e domínio. O ecofeminismo valoriza a maternidade como um diferencial entre os gêneros, responsável por provocar movimentos e dinâmicas femininas. (CARNEIRO, 2007, p. 38).

A autora ainda explana que:

Os princípios gerais do ecofeminismo podem ser agrupados em três grandes pontos de vista: econômico, político e de gênero ou ambiental. Da perspectiva econômica, a dominação das mulheres e a exploração da Natureza são dois lados da mesma moeda; do ponto de vista político, identifica o homem com a cultura e a mulher com a natureza, sendo a cultura também uma forma de domínio; o terceiro sintetiza dizendo que a visão de mundo feminino foi integrada à Natureza como ideia de subjugação e dominação. Entre as suas correntes encontramos a anarquista ou radical, a socialista, a liberal, a espiritual. (CARNEIRO, 2007, p. 38).

Mas, para Carneiro (2007) “Ao atribuir tanto à mulher quanto à natureza características de mãe e de doméstica surge um problema: estaremos perpetuando a sua ‘subordinação universal’[...]” e, que, ao agregar a “mulher e natureza, se tem como elo fundamental a maternidade, o cuidar, o nutrir. Mas não é o fato de ser mãe que faz da mulher a eterna generosa e protetora nem de seus filhos e nem de natureza.” (CARNEIRO, 2007, p. 41).

Analisando os discursos das mulheres calamenses a autora nos mostra a preocupação delas com relação a reprodução social da família ligada aos produtos naturais, como vemos no trecho a baixo:

A relação das mulheres ribeirinhas com os elementos naturais refere-se à preocupação com a reprodução social da família; por isso, os discursos destacam o conhecimento da “farmacologia” local, à crença no poder curativo das ervas e no saber das parteiras. A diminuição da fartura, a dependência do rio, o conflito com a origem étnica frente ao colonizador, bem como a experiência de contato com o modo de vida urbano, expressa um complexo e contraditório movimento de distanciamento e auto-reconhecimento étnico. (CARNEIRO, 2007, p. 66-67).

Esses elementos naturais, tais como a água e a mata, são representações simbólicas e que estão ligadas no cotidiano dos ribeirinhos. Sobre o trabalho dessas mulheres calamenses a autora expõe:

Pescar, apesar da idade, é motivo de orgulho e auto-afirmação. As mulheres pescam, não só para se alimentar, mas também pelo lazer, pela sociabilidade, espaço simbólico de reforço dos laços sociais, tal

como chamar a comadre para buscar peixe. A limpeza e a descamação do peixe é tarefa considerada feminina. A pescaria praticada pela mulher é vista como emocionante e isso também justifica o seu apego àquela atividade e ao espaço ribeirinho. (CARNEIRO, 2007, p. 68).

A aplicação da teoria da dádiva e a representação das mulheres calamenses aparecem nesse trecho:

A lógica da reciprocidade: dar, receber, retribuir aparece nos discursos das benzedeadoras como desejo de caridade e de doação, pois seus dons são dádivas divinas. Os bens, vistos como dons, são sempre bem-vindos. A prática de troca, na maioria das vezes de alimentos, implica, inclusive, uma exigência de retribuição. O tratamento “comadre” revela a relação familiar entre os membros da sociedade ribeirinha. O peixe não é vendido, é adquirido pela prática da troca, a “dádiva” entre iguais. A tendência dos ribeirinhos à prática da troca, a comercialização apenas dos excedentes, o respeito aos ritmos sazonais (sobretudo aos relacionados à água) e a proximidade com a natureza os tornam reconhecidamente mais aptos a adotarem uma forma de relação com o ambiente natural bem menos destrutiva [...]. (CARNEIRO, 2007, p. 68).

Aparece também ao analisar os discursos das mulheres calamenses, a autora mostra a visão androcêntrica da Igreja com relação às mulheres nas áreas ribeirinhas, vejam:

A presença das religiões cristãs na formação discursiva das mulheres de Calama indica a formação ideológica de culpabilidade por comportamentos tidos como reprováveis por padres e pastores que estimulam o repúdio aos mitos tradicionais na tentativa de manter a proposta das igrejas de banir qualquer crença ou credence antagônicas aos seus preceitos. O padre surge como um repressor, remontando o que o pensamento cristão defendeu que “a mulher só é imagem de Deus em segundo grau” [...]. Apesar de a Igreja ter transformado a mulher em um ser assustador e temido, ela (a mulher) continua garantindo e perpetuando a religiosidade no lar [...]. (CARNEIRO, 2007, p. 73).

No capítulo sobre a análise do discurso dessas mulheres, Carneiro (2007) analisou os aspectos de dominação masculina e as relações de patriarcado nos discursos das mulheres calamenses, veja:

Outra formação ideológica importante nos discursos das mulheres de Calama é a que define o lugar do homem e o da mulher: porque tem coisa que a mulher “não pode fazer”. A condição dela é sempre determinada em relação ao parentesco: o pai, o filho, o marido ou pela conjugalidade: a viúva, a casada, a solteira. O masculino, apesar de se opor ao feminino, também o complementa, e o que averiguaremos a seguir, é como o masculino é

percebido pelas mulheres de Calama e o quanto às relações de poder (que são as próprias relações de gênero) se revelam. Os discursos são permeados de censura moral.

O patriarcado aparece como típico nas formações discursivas das mulheres de Calama, definindo a diferença entre os gêneros e marcando os seus ditos. (CARNEIRO, 2007, p. 79).

Na dissertação de **Elaine Filgueiras Gonçalves Fachine** intitulada *Mulheres Ribeirinhas do Rio Madeira: Cotidiano Envolto em Brumas*, a autora teve por intuito investigar o cotidiano da mulher ribeirinha do Rio Madeira, visibilizando em seu trabalho as comunidade de Terra Caída e Vila do Cujubim Grande localizados no município de Porto Velho, com enfoque direcionado ao trabalhado realizado pelas mulheres, no âmbito doméstico, o reprodutivo, bem como aqueles no espaço de produção.

Fachine (2007) utilizou a categoria de análise de gênero para interpretar os significados e as diferenças entre homens e mulheres através das relações sociais estabelecidas em sociedade. A autora descreve as condições de vida e de como são desenvolvidos os trabalhos no dia-a-dia, os papéis atribuídos a cada membro pertencente à família e a importância das atividades para a subsistência e manutenção das mesmas.

A autora fez avaliações das táticas empregadas pelas mulheres para harmonizar todo o trabalho que é atribuído socialmente como trabalho feminino verificando a estimação dele para o incremento dessas comunidades. E, também, investigou quais as demandas por serviços sociais, que devem ser ofertados através de Programas de Políticas Públicas, e, em que medida atende aos anseios da população, e ainda, se essas ações dos poderes públicos são dinâmicas no processo de inclusão da mulher na condição de cidadã, nas comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira.

Essa pesquisadora juntamente com a Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Silva Nascimento Silva (orientadora) criaram o grupo de pesquisas sobre gênero pertencente à Universidade Federal de Rondônia, denominado Grupos de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPGÊNERO), vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Geografia.

A pesquisa da autora surgiu a partir de suas experiências de vida familiar, onde na introdução de seu trabalho ela apresenta indagações sobre os papéis

sociais de gênero em sua família, o que achamos importante mostrar no trecho a baixo:

De família simples e sendo a mais velha dentre os irmãos, era difícil aceitar o fato de ter dois irmãos do sexo masculino e estes não poderem contribuir com as tarefas domésticas do dia a dia. O pai, chefe da família em todos os sentidos, não permitia a participação deles nos trabalhos que ele considerava “coisas de mulher”. Atitude que lembrava uma expressão popular muito disseminada no nordeste, principalmente na zona rural: “Larga o rabo de saia de tua mãe que o lugar de homem é na sala.” (FECHINE, 2007, p. 16).

Explana também a relação do patriarcalismo e a subordinação da sua mãe perante a figura de seu pai:

A mãe por sua vez, foi criada para ser a submissa e ingênua “rainha do lar”, a quem não era permitido questionar as ordens do chefe, silenciava perante as reclamações das filhas, mas não permitia a participação deles nas atividades domésticas, para não contrariar as ordens que o pai havia dado, gerando, assim, alguns conflitos entre os irmãos. Mas nada se modificava e a vida continuava. (FECHINE, 2007, p. 16).

Todavia, em nossa concepção fazendo análise da dissertação de Fechine (2007), notamos que foi no anseio familiar que ocorreu a inspiração para a pesquisa da autora, indagando o papel da mulher, seguindo a categoria de análise de gênero, que ela entendeu de que o “[...] ser homem e o ser mulher se aprende através do processo de socialização, que se inicia em casa, depois na escola”. (FECHINE, 2007, p. 17).

A construção da temática do trabalho de Fechine foi de acordo com ela: “[...] consubstanciada no ensinamento de Minayo que de forma tão providencial faz a vinculação entre pensamento e ação [...]”. (FECHINE, 2007, p. 17). Com relação à motivação da pesquisadora ao estudo da mulher, ela ressalta:

No que concerne a perspectiva acadêmica diria que esta pesquisa foi motivada pela interação de um grupo de mulheres e, ainda, poucos homens, que juntos se propõem a estudar, discutir, pesquisar, fazer extensão, divulgar e expor para a sociedade temas relacionados com a temática gênero, que inclusive impulsionou a criação do Grupo de Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero - GEPGÊNERO, do qual essa pesquisa é fruto enquanto pesquisadora e fundadora, em parceria com a Coordenadora do Grupo, com cadastro junto ao CNPQ. Esse percurso acadêmico continua e culminou com o fato da Coordenadora do GEPGÊNERO ter se tornado a orientadora nesse trilhar pelos caminhos da pesquisa científica. (FECHINE, 2007, p. 17-18).

Quanto à escolha do local, o contato e o interesse em fazer estudos de mulheres ribeirinhas, ela explana que:

As idas e vindas em viagens com professores, pesquisadores, bolsistas do PIBIC a essas comunidades despertaram, um interesse maior em trabalhar com as mulheres, uma vez que os contatos estabelecidos foram abrindo espaço para uma imersão no modo de vida dessas pessoas, exemplos de garra e abnegação em favor da família.

Aconteceram encontros, oficinas com mulheres sobre educação e sexualidade e a participação de muitas delas foi decisivo na escolha da temática: mulheres e relações de gênero. (FECHINE, 2007, p. 17).

Fechine faz questionamentos sobre a ausência das mulheres no que tange as questões políticas fora do espaço privado:

O fato é que muitas mulheres não foram socializadas para o mundo público, para participar de encontros, decidirem assuntos relacionados com as suas vidas, às vezes nem na sua própria comunidade participam das reuniões das associações, alegando que a maioria dos homens fala o tempo todo e elas não conseguem fazer o uso da palavra, preferindo, então, que os maridos façam parte e repasse informações, coisa que nem sempre acontece. (FECHINE, 2007, p. 17-18).

Com relação à cientificidade construída pelo homem e a ocultação das mulheres na história, Fechine (2007) faz sua crítica:

[...] pode-se dizer que a história das mulheres está ainda por ser construída em razão dos séculos em que foram deixadas como sujeitos anônimos, tornadas invisíveis pela névoa do tempo [...] a construção da história foi sendo elaborada tendo o homem como referência.

A história da mulher no Brasil se confunde com a própria história da colonização brasileira pelos portugueses. Contudo, poucos são os registros acerca da vida e participação dessas mulheres na construção de uma sociedade que surgia e que hoje apresenta um déficit histórico com relação às mulheres de uma maneira geral. (FECHINE, 2007, p. 19-20).

No trecho abaixo a autora explana sobre a importância do movimento feminista para as discussões sobre as mulheres, vejamos:

Um tanto tranquilizador é que mais recentemente a história social tem se voltado para os movimentos sociais organizados, entre eles o movimento feminista, que há séculos vêm alardeando para o mundo da opressão e repressão histórica que sofrem às mulheres das mais distintas classes sociais, raça e etnia, e assim pesquisadores

sensíveis às questões da mulher, passaram a investigar o tema. (FECHINE, 2007, p. 19-20).

Para ela, na Amazônia brasileira também se tem a ausência em termos de estudos científicos sobre as mulheres na região mostrando sua importância na sociedade, vejamos:

Na Amazônia Brasileira, a situação das mulheres seguiu os mesmos rumos em direção à opressão, exclusão, como em várias partes do mundo, mesmo tendo participado de todos os processos dinâmicos que a sociedade impunha, ainda a repressão histórica também se abateu sobre elas. (FECHINE, 2007, p. 21).

De acordo com a autora “[...] hoje é comprovada através de pesquisa antropológica, a atuação dessas mulheres, resgatando um trabalho silenciado por séculos.” (FECHINE, 2007, p. 21).

O caminho metodológico da pesquisadora se baseia na construção da realidade social das mulheres ribeirinhas. A pesquisa dela é de caráter exploratório descritivo e qualitativo. Também, Fachine (2007) fez observações do cotidiano dessas mulheres e registrou-as no caderno de campo. Para ela: “O fator observação é incontestavelmente um instrumento de grande valia para compreensão e interpretação da cultura de um povo”. (FECHINE, 2007, p. 29).

Legitimando seu trabalho acerca da categoria de análise de gênero e a valorização da figura da mulher, a autora ressalta:

Oportuno ressaltar que nesse trabalho a mulher tem um maior enfoque, por buscar retratar o gênero feminino em várias nuances do cotidiano, de que maneira as relações são articuladas no interior da família e fora dela, analisando o papel da mulher-mãe enquanto geradora dos filhos, e também responsável pela manutenção da família. Sem perder de vista os “símbolos culturais” colocados à disposição dos indivíduos e que são repassados de geração a geração. Como se dá o processo de socialização de meninas e meninos que determina os ensinamentos de uma conduta que deve ser seguida por um e por outro, sob pena de quebra dos padrões socialmente estabelecidos, ou das regras socialmente impostas, como se queira dizer. (FECHINE, 2007, p. 68).

Ao nos depararmos com o item em sua dissertação intitulado *Contribuições dos estudos de gênero para a visibilidade da mulher*, notamos novamente as indagações feitas pela autora com relação ao silêncio na produção científica sobre as mulheres, para ela “[...] tornar visível a mulher sempre foi o objetivo precípua dos

estudos e pesquisas sobre mulher e relações de gênero na contemporaneidade”. (FECHINE, 2007, p. 68). Ela comenta que:

Na Amazônia brasileira, a situação ainda é por demais desalentadora no que se refere ao reconhecimento da contribuição da mulher para a produção e reprodução da vida social das comunidades. Essa situação não se restringe ao fato do não reconhecimento da condição de trabalhadoras, mas, também, pela escassez dos estudos e pesquisas acadêmicas acerca da mulher na qualidade de sujeito da história. (FECHINE, 2007, p. 69).

Citando pesquisadores e alguns estudiosos que analisaram poeticamente a Amazônia, e outros que vem contribuindo para os estudos sobre mulheres na região amazônica, ela também exemplifica Maria das Graças Silva Nascimento Silva, onde comenta que ela:

[...] é um exemplo do esforço emergente da academia em estudar, pesquisar e produzir conhecimento relacionado com a temática das mulheres, que por séculos ficaram excluídas do processo histórico, ao destacar o trabalho das mulheres nos antigos seringais, as quais exerceram a atividade do corte e coleta do látex, enfatizando o fato de que “esta é uma realidade pouco conhecida”, mesmo tendo a pesquisadora em sua família pais e avós seringueiros, demonstrando o silêncio que permeia essas questões relacionadas com a vida das mulheres à época da colonização e até os dias atuais. (FECHINE, 2007, p. 70).

Percebemos que autora em seu trabalho deu destaque nas representações de gênero através do cotidiano das mulheres ribeirinhas, vejamos:

Dessa forma, será dado ênfase à organização do trabalho das mulheres no seu dia a dia, as relações delas com o marido, com os filhos e filhas, como são divididas as atividades domésticas entre os membros da família, bem como o praticado fora do lar, o que fazem e consideram como descanso/lazer e se participam de alguma atividade social na comunidade. (FECHINE, 2007, p. 74).

E ainda esclarece:

Quanto às mulheres ribeirinhas, pouco se sabe sobre elas, os registros históricos praticamente inexistem, em que pese participarem de todos os setores da vida nas comunidades. Estão presentes na esfera do trabalho doméstico, religioso e no meio da produção de alimentos, mas apenas como um elemento de apoio ao homem (chefe de família), continuam imersas na condição de coadjuvantes na história de suas próprias vidas. (FECHINE, 2007, p. 79).

Para autora:

Estudar e desvendar o dia a dia delas, possibilitou trazer à tona a importância do trabalho dessas mulheres, dando-lhes a oportunidade de falar de si mesmo, dos seus laboriosos dias, de suas famílias e com isso minimizar os efeitos da invisibilidade que pairam sobre suas vidas. (FECHINE, 2007, p. 79).

Sobre a importância da valorização das mulheres ribeirinhas, Fechine (2007) afirma:

A valorização do papel da mulher ribeirinha é condição *sine qua non* para que possam ser reconhecidas, ouvidas quando da elaboração de propostas de Programas de Governo e de Projetos que visem o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas, das quais contribuíram, lado a lado com os homens, para a formação e organização dessas comunidades que se encontram à margem das políticas públicas.

Todavia, o mais importante é a transformação da consciência ingênua para a consciência crítica dessas mulheres, para que não apenas reconheçam os seus direitos, mas que tenham condições de reconhecer a vivência diferenciada de homens e mulheres, a qual põe em evidência desigualdades que devem ser superadas, elevando a auto-estima dessas mulheres e possibilitando a garantia de uma cidadania não pequena, mas do tamanho de sua força e coragem. Para tanto, o incentivo à educação para essas mulheres é condição importante, inclusive no que se refere à potencialidade das associações que já existem e das que se propõem serem instituídas [...]. (FECHINE, 2007, p. 160).

Na dissertação de **Mariangela Aloise Onofre** intitulada *Gênero, Violência e Política Pública de Desenvolvimento: Aplicação da Lei Maria da Penha em Porto Velho*, o trabalho da autora contemplou a perspectiva de gênero nos debates sobre o Desenvolvimento Regional, teve por objetivo o levantamento de informações sobre a implantação e andamento dos serviços de atendimento previstos pela Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) no município de Porto Velho. As concepções teóricas compreendem as discussões sobre desenvolvimento sustentável, indicadores de desenvolvimento relacionados a gênero e aspectos sócio psicológicos da violência intrafamiliar. (ONOFRE, 2009).

Sobre a escolha do tema ela esclarece que:

A escolha do tema ocorreu em virtude de sua emergência social, uma vez que a Lei Maria da Penha possui a característica peculiar de provocar a reflexão sobre costumes historicamente arraigados. Desde a sua sanção, é assunto freqüente nas pautas jornalísticas, novelas e programas de entrevistas, sendo também alvo de reflexão e discussão nos três poderes e no meio acadêmico, bem como em diferentes segmentos profissionais.

Nesse contexto surgiu a demanda pela implantação de um serviço de atendimento psicológico específico para mulheres vítimas de violência. Tal demanda foi realizada pela Delegacia da Mulher do município de Porto Velho a uma instituição particular de ensino superior, onde, no exercício da supervisão de estagiários no atendimento clínico, fui convocada a integrar uma equipe de trabalho que vinculou os cursos de Psicologia e Direito no atendimento jurídico e psicológico de casais envolvidos em situação de violência familiar. (ONOFRE, 2009, p. 8).

As representações de gênero nessa dissertação se dão a partir do contexto da violência sofrida pelas mulheres na cidade de Porto Velho. Percebemos isso, quando ela explica que, seu objetivo específico foi analisar o enfrentamento à violência contra a mulher, promovendo a igualdade entre os sexos e a autonomização das mulheres. (ONOFRE, 2009).

Entretanto, a sua dissertação reuniu discussão teórica em torno de desenvolvimento sustentável, pautado na equidade de gênero e desenvolvimento social, as presunções do governo federal para tornar a equidade de gênero um construto da sociedade brasileira, com foco específico na Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, essa Lei tem por objetivo garantir os direitos das mulheres em situação de violência. A pesquisa de campo foi de cunho descritivo e se propôs a apreciar e avaliar criticamente as composições e ocupações criadas no município de Porto Velho. Ainda constatamos outras fontes de dados na pesquisa da autora, as entrevistas realizadas com pessoas envolvidas no atendimento a mulheres em situações de atendimento.

Para a discussão dos dados coletados Onofre (2009) comenta:

[...] utilizamos inicialmente a investigação sobre as especificidades históricas envolvidas na questão da violência de gênero, considerando que os estudos de gênero representam a ruptura entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero, devendo privilegiar as relações de gênero, partindo do pressuposto que há uma transversalidade no tema, uma vez que perpassa as mais diferentes áreas do social e, portanto, transcendendo os saberes disciplinares. (ONOFRE, 2009, p. 11).

Logo em seguida ela ressalta que:

[...] a compreensão do processo histórico é importante porque através de sua complexidade fechamos o caminho a uma ou outra possível interpretação. Ao constatarmos que Boas relacionou as especificidades históricas do sujeito na construção humana da experiência, podemos estabelecer relações entre as diferentes áreas das ciências humanas entre as quais ficam mais evidentes: a

psicologia, a economia e a antropologia, áreas de conhecimento que podem contribuir com um entendimento sistêmico do desenvolvimento sustentável. (ONOFRE, 2009, p. 11).

A autora fez a revisão teórica de seu trabalho iniciando o debate sobre a *Antropologia de Desenvolvimento* e as relações de gênero, para ela abrange:

[...] em seu campo de aplicação as questões de gênero, à qual pretendemos dar nossa contribuição realizando um recorte teórico/prático na compreensão sobre as relações de poder que incidem sobre a mulher vítima de violência de gênero, uma vez que esse fato social possui raízes históricas em uma sociedade judaico-cristã e, portanto, patriarcal, que determina o jugo sobre o feminino em várias instâncias. (ONOFRE, 2009, p. 11).

Os debates sobre desenvolvimento, notadamente em países pobres, precisam abranger a crítica das relações de poder. Desse modo, a autora adotou o pensamento foucaultiano.

Onofre caracterizou a violência de gênero da seguinte forma:

[...] é fenômeno caracterizado por vivência silenciosa, onde, na maioria das vezes, a vítima omite a situação por vergonha, medo ou por falta de autonomia sócio-econômica. Torna-se importante salientar que apesar de o termo “violência de gênero” usualmente remeter a violência conjugal, o termo é mais abrangente, podendo a violência doméstica de gênero ser cometida por pais, marido, irmãos, ou qualquer outra pessoa que conviva permanentemente no âmbito familiar [...]. (ONOFRE, 2009, p. 12).

Para ela o arquétipo clássico do mundo ocidental da conduta feminina “[...] é baseado no universo íntimo e doméstico, voltado especialmente para a procriação e o cuidado com os filhos [...]”. E, que a subordinação feminina ao poder masculino “[...] primeiramente ao pai e depois ao marido, inclui o espancamento e a dominação física entre as atitudes corretivas e educativas desde o tempo do Brasil Colonial”. (ONOFRE, 2009, p. 12).

A autora explica que as mulheres “[...] representam a maioria dos pobres nos países em desenvolvimento, em um fenômeno social denominado de feminização da pobreza, o que as impede de exercer sua cidadania [...]”. (ONOFRE, 2009, p. 20). No entanto, na concepção da autora é preciso criar políticas públicas que vislumbrem a *equidade* de gênero como meta de desenvolvimento. Para ela “[...] torna-se necessário fazer uma diferenciação entre políticas para mulheres e políticas para mulheres em uma perspectiva de gênero [...]”. (ONOFRE, 2009, p. 22).
Todavia, ela ressalta que:

As políticas para mulheres quase sempre possuem um cunho assistencialista, com ações pontuais para as mulheres mais pobres, o que reforça o cunho patriarcal e restringe mudanças nas relações sociais. No segundo caso, significa dizer que as políticas serão construídas a partir da noção de que homens e mulheres passam por processos educativos diferentes em seu processo de socialização, implicando em consequências no desenvolvimento das subjetividades e da coletividade. Parte-se do princípio de que as mulheres são (ou devem se tornar) sujeitos ativos e participantes no processo de desenvolvimento, transcendendo a naturalização de papéis [...]. (ONOFRE, 2009, p. 22).

Desta forma, percebemos a maneira que a autora analisou a figura da mulher nos estudos de gênero sob a égide das políticas públicas, onde ela ressalta que:

Contextualizar a mulher na perspectiva do desenvolvimento é compreender a percepção ideológica sobre o papel feminino na sociedade. Essa percepção interfere na inserção das mulheres no mundo do trabalho, através da diferenciação salarial e nas perspectivas de ascensão profissional e nas decisões políticas, onde a escassa participação de mulheres compromete sua legitimação como tomadora de decisões e no exercício do poder. (ONOFRE, 2009, p. 24-25).

Entretanto, para ela os homens continuam a tomar as decisões e a sentirem-se simbolicamente os chefes da casa. Denota que o:

[...] empoderamento feminino não passa apenas pelo processo de conquista do campo profissional, mas também pela resignificação simbólica dos papéis desempenhados socialmente por homens e mulheres. (ONOFRE, 2009, p. 25).

No item pertencente ao capítulo dos resultados de sua pesquisa *Relações de Gênero em Porto Velho*, Onofre explanou sobre as condições sociais das mulheres que ocupam menos cargos de liderança, onde as mesmas segundo ela, recebem salários baixíssimos mesmo ocupando cargos o equivalente de chefia, cargos de alto poder aquisitivo aos homens, inferiorizando os altos cargos exercidos por essas mulheres com relação a equiparação salarial, tanto nos órgãos públicos quanto nos privados.

Fazendo uma historicização sobre a mulher na cidade de Porto Velho, Onofre comenta que:

O processo de ocupação de Porto Velho se deu através de ciclos extrativistas, especialmente o da borracha, cassiterita e ouro. A história das mulheres que participaram desses ciclos não aparece nas versões oficiais, mas é possível avaliar a condição feminina nesse processo. (ONOFRE, 2009, p. 34).

Explicando que o Instituto Maria Auxiliadora (1948) da cidade de Porto Velho, administrado por freiras da ordem dos salesianos, foi constituído com finalidade de atender à demanda feminina, a autora nos mostra de que maneira era essa “educação feminina”, onde nesse centro educacional as jovens tinham:

[...] aulas de economia doméstica, arte culinária, etiqueta e corte e costura, além das disciplinas curriculares, as meninas eram preparadas para se tornarem excelentes esposas e mães, dentro dos moldes da sociedade patriarcal. (ONOFRE, 2009, p. 34).

E ainda ressalta que as formas de violência de gênero na cidade de Porto Velho têm suas raízes históricas no período do grande Ciclo da Borracha, onde:

[...] os ciclos extrativistas favoreciam o exercício da prostituição e demandavam mulheres para a realização de atividades domésticas. São muitos os relatos de aprisionamento de mulheres (inclusive índias), com objetivo de torná-las escravas sexuais e há o registro de uma grande quantidade de homicídios de mulheres, que eram usadas como “diversão” para manter a motivação dos homens. (ONOFRE, 2009, p. 34).

Também nessa mesma perspectiva de representação da figura da mulher e violência sob a égide dos estudos de gênero numa concepção de desenvolvimento tem a dissertação de **Clícia Henriques de Souza** intitulada *Violência homicida entre casais em Porto Velho- RO: questões de gênero e desenvolvimento (2009)*, o trabalho dela teve por objetivo investigar notícias sobre:

[...] homicídio conjugal na imprensa escrita e realizar entrevistas e anotações de campo com familiares da vítima e do agressor, sobre os casos noticiados, a fim de responder se o homicídio conjugal é um fenômeno que inter-relaciona desigualdades sociais e de gênero a partir de uma compreensão das situações concretas de vida dos sujeitos, sob um detalhamento de como a violência faz parte do cotidiano e de questões referentes à constituição cultural do masculino e do feminino, bem como o exame do modo como as relações de gênero e de poder são instituídas na sociedade, exige um estudo do ambiente socialmente construído e da problemática do desenvolvimento humano, particularmente de desenvolvimento sustentável. (SOUZA, 2009, p. 8).

A perspectiva teórica da autora se baseou na Escola Sociológica Francesa, “[...] entendendo que as práticas e as representações sociais se inscrevem nos discursos e nas instituições, constituindo fonte privilegiada de pesquisa no estudo da formação discursiva e da formação ideológica.” (SOUZA, 2009, p. 8). Para a compreensão da violência de gênero, seu trabalho foi embasado na “compreensão

da dinâmica psicossocial”. A autora realizou entrevistas com os sujeitos encontrados a partir das matérias de jornais do banco de dados sobre homicídios na cidade de Porto Velho.

Sobre o desenvolvimento sustentável, a autora tem como referência a **Teoria dos Sistemas Ecológicos** de Urie Bronfenbrenner, que para ela:

[...] inaugura pesquisas sobre ecologia do desenvolvimento humano, defendendo a investigação dos “comportamentos” no ambiente ecológico, isto é, no caso da violência compreender a natureza multifacetada, abordando a relação entre os fatores individuais (biológico e história pessoal) e contextuais (relações sociais próximas, comunitárias e da sociedade). (SOUZA, 2009, p. 5).

A análise das entrevistas se deu a partir do discurso dos entrevistados, “[...], levando em consideração o sentido de materialidade linguística e histórica do discurso, estudando as condições sociais de produção dos mesmos.” (SOUZA, 2009, p. 5).

Nos tópicos *Mulher, Família e Conjugalidade* e *O Conceito de Gênero*, Souza faz a revisão bibliográfica sobre os estudos das representações feminina ao longo da história ocidental, para ela essa trajetória histórica sobre as mulheres:

[...] mostra que, em cada época, seus papéis, seus lugares, condições e formas de atuação colocam que é preciso mudar o estereótipo habitual de dizer que em todos os tempos as mulheres teriam estado dominadas e os homens teriam sido seus opressores. Já que a leitura feita dos discursos e das representações mostra uma realidade mais complexa de desigualdade, e de espaço movediço e tenso, no qual as mulheres, nem como totalmente vítimas, nem como heroínas, trabalham de todas as formas para serem participantes da história e não apenas um dos seus objetos. Assim, em cada época seus papéis, seus lugares, condições e formas de atuação mostram a diversidade de representações que a mulher foi assumindo ao longo do percurso histórico da civilização ocidental [...]. (SOUZA, 2009, p. 7).

Todavia, somente durante a Revolução Francesa as mulheres questionaram as normas que conduziam suas vidas particulares. Autora cita que: “[...] os discursos feministas colocaram em cheque a naturalização de que o verdadeiro lugar da mulher seria o de ser filha, esposa, mãe e dona-de-casa.” Na concepção dela “[...] chega uma época em que as reivindicações feministas exigem que e a doutrina de liberdade e igualdade seja cumprida de modo equitativo entre os sexos.” E que elas

ficariam “[...] apoiadas num questionamento sobre os atributos da subversão das mulheres aos homens tidos como naturais pelo domínio dos homens.” (SOUZA, 2009, p. 12).

Sua conceituação de gênero se insere na discussão de que são atributos dos valores culturais que os seres humanos estabelecem em sociedade. Para ela:

Gênero refere-se à construção social de sexo, ou seja, a palavra sexo designa apenas a caracterização anátomo-fisiológica das pessoas, enquanto gênero se refere à dimensão social e simbólica dos atributos masculino e feminino. (SOUZA, 2009, p. 13).

Nesse trabalho a autora constatou que:

Uma correlação, entre o que os dados da nossa pesquisa e o que esses índices mostram, diz respeito ao falseamento da hipótese sobre a concepção da vitimização da mulher pelo homem, visto que a maioria das vítimas de homicídios são homens. Na realidade essas estatísticas mostram a posição do masculino inserido significativamente como agente de poder e de violência. (SOUZA, 2009, p. 69).

No entanto a autora ressalta:

[...] o que queremos destacar é que a mulher não é isenta de cometer violência e sim mostrar que os principais fatores de risco e vulnerabilidade da violência, agressão e coerção contra a mulher são fundamentados na desigual distribuição de poder, nas relações assimétricas dentro da sociedade e na desvalorização do feminino. E que a violência intragênero – homem contra homem- revela questões de rivalidade e desafio, defesa da honra, orgulho masculino ferido e disputa. (SOUZA, 2009, p. 70).

A representação da violência contra a mulher para autora “[...] tem assumido o caráter de violência doméstica e violência sexual.” E, que essa violência se distingue das demais formas de violência “interpessoal uma vez que partem do parceiro íntimo. O abuso do cônjuge, noivo, namorado ou amante é mais comumente um padrão repetitivo de controle e de dominação [...]”. (SOUZA, 2009, p. 76). Ela constatou que:

Em todos os casos de violência de gênero foram apresentados ausência ou precariedade no acesso às instituições, equipamentos e serviços assistenciais. No caso da recusa de proteção à mulher ameaçada de morte pelo marido devido à escassez de recursos humanos da polícia; do atendimento e funcionamento do IML de Porto Velho, pela impossibilidade de acesso nos feriados e finais de semana e dos funcionários se isentarem pelo que irá acontecer com o parente que for reconhecer o corpo [...].

[...] a falta de abrigos para mulheres que sofrem violência física de seus companheiros, além de programas capazes de promover qualificação profissional e renda para elas [...] e o descaso policial no atendimento a vítimas de violência doméstica, onde o agressor era da corporação [...].(SOUZA, 2009, p. 80).

Cabe ressaltar que as análises da autora, deixaram apreender que o estabelecimento de leis que regram a relação entre homens e mulheres revelam:

[...] que o problema dessa violência não está ligado somente ao aspecto jurídico ou social, mas também à constituição subjetiva dos indivíduos e ao tipo de dinâmica que se estabelece nas relações de amor. Assim, estudar as relações internas, as práticas e representações diversas, dentro de um sistema familiar, nos forneceu uma visão do que a vida cotidiana oculta e revela ao mesmo tempo: o sentido e a necessidade de um desenvolvimento humano sustentável para a região. (SOUZA, 2009, p. 84).

A última dissertação analisada do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente é da pesquisadora **Lady Day Pereira de Souza** intitulada *Mulheres Indígenas em Porto Velho: Relações Sociais de Gênero, Situações de Desenvolvimento e Políticas Públicas*. O objetivo da autora foi conhecer as situações de desenvolvimento e práticas sociais das mulheres indígenas que moram na cidade de Porto Velho-RO, percebendo o contexto da moradia e os aspectos particulares do cotidiano.

As teorias e a metodologia utilizada para a representação das mulheres indígenas foi de caráter interdisciplinar, onde a autora utilizou noções dos estudos pós- coloniais em sua pesquisa.

Foi utilizado o método etnográfico com observações de campo e entrevistas semiestruturadas e gravadas. Buscou-se conhecer as mulheres indígenas em seus próprios termos através de relatos das experiências de vida das participantes da pesquisa.

O referencial teórico é interdisciplinar, apoiando-se na Antropologia feminista e na Antropologia do desenvolvimento. A teoria feminista para evidenciar a polifonia de experiências e a argumentação sobre as estratégias de poder das mulheres, bem como pela epistemologia que valoriza a subjetividade. A Antropológica do desenvolvimento proporciona uma compreensão holística das situações de desenvolvimento. A teoria do desenvolvimento é discutida em dois aspectos: subsidiando o entendimento histórico quanto à trajetória da mulher indígena da aldeia à cidade e, quanto às questões sociais e políticas. (SOUZA, 2010, p. 10).

A autora justifica seu trabalho dizendo que há carência “[...] de informações sobre situações sociais locais, pela recente extensão dos direitos de cidadania aos indígenas e pela crescente migração de indígenas para as cidades.” (SOUZA, 2010, p. 11).

Fazendo análises dos dados, a autora constatou que as mulheres indígenas migram mais para a cidade do que os homens.

Notemos:

Os dados indicam ainda que há predomínio de mulheres indígenas na cidade, contraposto ao excedente masculino nas áreas rurais. Este excedente está associado à saída de mulheres indígenas adultas por meio de migração em direção aos centros urbanos. Dessa forma, é possível afirmar que mulheres indígenas migram mais para a cidade do que os homens. O fato de que indígenas estejam migrando para a cidade e que parte significativa seja mulheres, torna o estudo relevante para conhecer quais são e como se estabelecem as relações sociais delas no contexto multicultural que a cidade apresenta. (SOUZA, 2010, p. 10).

Percebemos que a representação das mulheres indígenas é analisada pela autora a partir das relações sociais de gênero e sobre as conjunturas da migração para a cidade. Souza questiona como são formadas as práticas sociais das mulheres indígenas na cidade de Porto Velho frente às posições de desenvolvimentos e na conjunção das políticas públicas. Ela ressalta que se procura “[...] compreender o processo de migração para a cidade, as relações constituída entre aldeia e cidade, o pertencimento étnico, a vivência no espaço multicultural da cidade e as relações com as instituições públicas.” (SOUZA, 2010, p. 11).

Outra forma de representar essas mulheres indígenas está no seguinte trecho:

O exercício de compreender o outro como parte equivalente, justamente, pela sua alteridade, torna interessante o ato de desconstruir as noções estabelecidas a respeito da mulher indígena: a mulher indígena como a eterna figura sem voz. (SOUZA, 2010, p.14).

Seguindo as teorias do feminismo, a autora contextualizou esse movimento dando visibilidade aos seus debates na ciência e a sua proliferação e influências nos campos dos saberes vinculada a condição da mulher na sociedade voltada para a subordinação e opressão. Para ela:

Na década de 70 e 80, o Feminismo aparece como discurso intelectual e político, e amplia seus debates para outras partes do mundo. O caráter plural e interdisciplinar intrínseco na teoria feminista promove a ampliação retórica do debate e permite o transitar das suas perspectivas em outras áreas do saber [...]. (SOUZA, 2010, p. 16).

E ainda ressalta:

A reflexão sobre a subjetividade dos sujeitos é uma das principais contribuições do Feminismo às pesquisas em Ciências sociais. A universalidade da subordinação feminina foi à situação qualitativa que instituiu a categoria "mulher" como uma unidade dos estudos subjetivos, favorecendo a inclusão dos debates surgidos no campo acadêmico e político, nas agendas políticas dos países ocidentais, e, posteriormente nos países subdesenvolvidos. Contudo, uma ampliação interdisciplinar dos debates feministas contribuiu também para estudar os sujeitos sociais como um todo, abrangendo não só mulheres, mas homens e mulheres como perspectivas de gênero e transversalidade. (SOUZA, 2010, p. 17).

Desse modo dando visibilidade ao seu campo teórico e metodológico, Souza (2010) comenta que “[...] a perspectiva subjetiva converge com as pesquisas etnográficas, pois, ambas estão voltadas para o sujeito nas suas próprias formas de constituição social.” Nesta concepção, o campo antropológico forneceu aos estudos feministas “com o viés holístico, de forma que a visão sobre as experiências das mulheres indígenas parte da compreensão de uma totalidade contextualizada pelo processo de contato com a sociedade nacional”, onde ela teve a percepção “da individualidade da vivência delas no contexto urbano”. (SOUZA, 2010, p. 17).

A autora nos revela que:

A categoria de gênero é, atualmente, orientadora das políticas públicas e de desenvolvimento. A sua natureza transversal propõe a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres ao integrar as mulheres aos assuntos articulados junto à área do desenvolvimento. Dessa forma, no campo dos debates, as perspectivas políticas feministas se aliam às perspectivas socioeconômicas do desenvolvimento, num cenário social em que as mulheres ampliam suas conquistas sociais. São muitas as razões que proporcionam a convergência retórica entre o desenvolvimento e o Feminismo, a exemplo de as mulheres constituírem a maioria dos pobres, o trabalho feminino ser vital para a reprodução social da espécie e por seu trabalho não ser restrito à reprodução, mas ser importante também no comércio e na indústria. (SOUZA, 2010, p. 26-27).

Carentes de políticas públicas, para ela “[...] as mulheres indígenas são mais afetadas pelo analfabetismo se comparadas à situação das mulheres não indígenas

e até mesmo se comparadas com homens indígenas.” (SOUZA, 2010, p. 30). Dessa forma, a autora dar visibilidade a discussão de gênero articulada à questão de diversidade étnica e social se torna imprescindível para o entendimento das situações sociais e problemas das mulheres indígenas.

A autora faz uma crítica com relação a falta de acompanhamento da evolução social das mulheres indígenas e destaca:

[...] o conhecimento subjetivo dos problemas das mulheres indígenas é fundamental para a abordagem dos assuntos relacionados às perdas e aos ganhos frente às situações de desenvolvimento, direcionando as políticas também para os ambientes urbanos, para as necessidades que surgem diante de novas inserções sociais nas quais as indígenas passam a assumir papéis distintos ou inexistentes no modo de vida tribal. (SOUZA, 2010, p. 30).

No capítulo *A mulher indígena na Amazônia* a autora analisou o imaginário da dominação colonial por parte dos colonizadores (europeus) frente ao processo da submissão do nativo e as relações de domínio que se estabeleceram sobre as mulheres indígenas. Souza cita que:

O patriarcalismo europeu era mais forte, e ao mesmo tempo em que a colonização se dava de forma desumana e violenta, o colonizador tentava empoderar o homem indígena nessa hierarquia do domínio masculino sobre o feminino, ao restringir demasiadamente o espaço ocupado pela mulher indígena. (SOUZA, 2010, p. 31-32).

Mostra também a influência da igreja nas relações de gênero nas tribos indígenas:

A igreja fomentou o cristianismo nas Américas e auxiliou na alteração das relações de gênero tradicionais de cada povo indígena, por exemplo, ao exigir casamentos monogâmicos e mais rígidos entre homens e mulheres indígenas. (SOUZA, 2010, p. 32).

Para a autora, “[...] a mulher indígena teve um forte papel na fixação dos ensinamentos de crenças e costumes europeus dentro das famílias indígenas [...]” (SOUZA, 2010, p. 33), sempre ligadas ao espaço privado nas aldeias. No entanto, Souza ao trazer a luz o percurso histórico da representação da mulher indígena, ela explica que a dominação masculina “[...] era legitimada, em parte, pela imagem do indígena transmitida através das escritas dos colonizadores. Era dessa forma que se construía o imaginário do Velho Mundo a respeito das mulheres indígenas [...]”

(SOUZA, 2010, p. 33), nos relatos dos viajantes, como as impressões escritas nos trechos da carta de Pero Vaz Caminha, citada por ela em seu trabalho.

Sobre a mulher indígena na Amazônia, autora ilustra que:

Assim como a imagem da mulher indígena, a imagem da Amazônia foi idealizada através de escritos dos viajantes europeus que avançaram em direção aos trópicos. Ao navegarem nas águas dos rios amazônicos, estes homens letrados ajudaram a construir o imaginário sobre a Amazônia, associando-a a noção bíblica de paraíso. Dessa maneira, sua imagem foi definida como um imenso espaço rico em espécies de flora e fauna e o imenso “vazio” de civilização. (SOUZA, 2010, p. 37).

Todavia, na concepção da autora “[...] o exercício de construir um imaginário sobre a Amazônia consistia também no exercício de construir o imaginário do homem local.” (SOUZA, 2010, p. 37)

Sabemos que foi com a vinda dos imigrantes para a região amazônica brasileira que aconteceu às transformações no meio ambiente e das populações tradicionais. No entanto, de acordo com a autora ocasionou mudanças na vida das mulheres indígenas ao entrar em contato com esses migrantes de outras regiões.

A autora explana que “[...] o cenário social amazônico é complexo e evidencia um conjunto de situações distintas que expõem a mulher indígena a diferentes formas de experiências na sociedade amazônica e urbana.” (SOUZA, 2010, p. 41). E, que essa questão social acena alterações sobre a inclinação nas políticas sociais ocasionando debates para os “[...] atendimentos das necessidades dessa diversidade, pois apesar do avanço jurídico e em políticas públicas para homens e mulheres indígenas nos últimos anos no Brasil.” (SOUZA, 2010, p. 42). Para ela, essa mulher indígena morando na cidade:

[...] vivencia uma maior aproximação com os modos de vida na sociedade dominante e leva uma vida mais próxima da que lhe é apresentada neste contexto, o que lhe confere, muitas vezes, privação de seus costumes. Assim, se justifica a necessidade de políticas de desenvolvimento para mulheres indígenas que levem em conta o contexto urbano amazônico [...]. (SOUZA, 2010, p. 42).

A caracterização da figura da mulher indígena perpassa sobre sua vivência no espaço urbano:

[...] Nesse sistema multicultural, as várias caracterizações do modo de ser mulher indígena na cidade - as chefes de família, a casada que compartilha o espaço da casa com família extensa, indígena ou

não, a trabalhadora, a estudante, a politizada, as que mantêm ou não contato com familiares aldeados – exigem análises concretas e específicas de suas práticas sociais e de suas subjetividades [...]. (SOUZA, 2010, p. 42).

Sobre representação dessa mulher indígena que convive nos núcleos urbanos, a autora ressalva:

[...] foram apropriadas para este estudo as seguintes denominações: “índio urbano”, reportando-se aos indígenas que permanecem morando na cidade em lugares próximos a outros familiares, formando “pequenas aldeias urbanas”, podendo ser no mesmo bairro ou, como identificado nesta pesquisa, na mesma moradia; e, “indígena citadino”, sendo indígenas que se fixam nos centros urbanos por períodos extensos, mas não permanente, constituindo trânsito constante entre a aldeia e a cidade. (SOUZA, 2010, p. 43)

Na concepção da autora ao analisar as entrevistas das mulheres indígenas urbanas ela percebeu que ao narrarem fatos específicos, elas “[...] também atribuem valores que nos fazem conhecer qualitativamente sobre as situações de desenvolvimento.” (SOUZA, 2010, p. 43). As mulheres indígenas são de etnias diferentes “Kaxarari, Karipuna, Karitiana, Tapuia, Tenharim, Apurinã e Cassupá. Em geral, esses nomes são denominações originadas no contato interétnico”. (SOUZA, 2010, p. 47). Para autora conhecer a conjuntura de desenvolvimento de cada mulher indígena, ela fez uma contextualização do contato interétnico.

No trabalho da autora encontramos a questão da condição das mulheres indígenas com relação à modernidade, processo de desenvolvimento nas aldeias e as transformações nas relações entre os papéis sociais de gênero nas comunidades indígenas, para Souza a visão de:

[...] modernidade posta pelas mulheres indígenas não é alheia aos seus parentes aldeados, pois, muitas vezes, a aldeia já adquiriu um aspecto de urbanização, apresentando transformações principalmente relacionadas à infraestrutura e sistema mercantil. As situações de desenvolvimento vivenciadas nas aldeias das mulheres indígenas participantes apresentam casas construídas de alvenaria, com energia elétrica, eletrodomésticos, escolas, posto de saúde, utilização de automóveis, sistema de produção em escala para consumo e venda. Com a transformação das estruturas sociais das aldeias, foram modificadas também as relações de gênero. (SOUZA, 2010, p. 82)

Também nos deparamos ao analisar a dissertação dela uma relação de conflito entre a mulher indígena e a “não indígena”, que de acordo com ela: “[...] a mulher indígena, por vezes, é discriminada por sua condição étnica frente à mulher não indígena de mesma classe social.” (SOUZA, 2010, p. 82). A autora ressalta que essa discriminação é destacada na tática de afeiçoar-se e ser identificada por “[...] semelhança física ao estereótipo de boliviana ou japonesa. Algumas narrativas dão conta de que esse estereótipo é mais confortável do que ser identificada como indígena.” (SOUZA, 2010, p. 83). No entanto, frente às questões de violência, a autora explana que tanto nas aldeias quanto na cidade as mulheres indígenas sofrem não só discriminação, mas também são vítimas de agressões em seus relacionamentos conjugais.

4.3 As representações de gênero nas dissertações do Mestrado em Geografia

O campo teórico-metodológico utilizados nas dissertações do Mestrado em Geografia está sob a perspectiva da Geografia e Gênero, Geografia Humanística e Geografia Cultural, vejamos.

A primeira dissertação intitulada *Geografia e Gênero: Um Estudo no Contexto Escolar*, defendida no ano de 2008, discute as relações de gênero no campo geográfico, é da pesquisadora **Telma Fortes Medeiros**. A autora teve por objetivo em sua pesquisa identificar as representações de gênero no ensino de Geografia no ambiente escolar através dos discursos e práticas educativas dos docentes (professoras e professores de geografia) das escolas públicas selecionados para a sua pesquisa, seguindo a lógica de que homens e mulheres compõem, habitam e transformam o espaço. Para ela:

A compreensão das representações de gênero nas relações pedagógicas interessou-nos como foco central de estudo para esta investigação, no sentido de clarificar a concepção de gênero e sua relação com a práxis em sala de aula voltada para a formação de cidadãos e cidadãs. (MEDEIROS, 2008, p.16).

A autora realizou pesquisa documental, aplicação de questionários e realizou entrevistas. A metodologia utilizada pela autora foi à *pesquisa qualitativa descritiva* que de acordo com ela:

[...] se caracteriza sob o aspecto de proporcionar maior familiaridade com o problema, o que facilita a construção de hipóteses, aprimorando as ideias e/ou descobertas de intuições; a descrição das características de determinada população ou fenômenos, através de sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental [...]. (MEDEIROS, 2008, p. 25).

Já abordagem teórica da autora, iniciou fazendo uma discussão sobre os conceitos de modernidade e pós-modernidade a partir das contribuições de sociólogos e filósofos, na perspectiva de vincular a sua pesquisa ao movimento feminista, ela explana que:

Construir uma abordagem epistemológica interligando Geografia aos estudos de Gênero requer uma busca nos fatos sociais e científicos que explicam, orientam e classificam o tema ligando diretamente às consequências da pós-modernidade. (MEDEIROS, 2008, p. 26).

Em sua concepção o estudo que ela propôs *Geografia e Gênero*, está inserido nas discussões teóricas “[...] que teve seu início na modernidade e ampliou-se na pós-modernidade”. (MEDEIROS, 2008, p.29).

Sobre o conceito de gênero e os estudos de mulheres a autora ressalta que:

[...] emergiram na pós-modernidade, no bojo dos questionamentos de autores como Derrida (1990, 1991), Foucault (1979, 1984, 1999), Boaventura (1994) considerados grandes revolucionários na construção da ciência pós-moderna, pois através de seus pressupostos construíram uma cerrada crítica à modernidade, acusam-na de ter sido dominada por uma exacerbada razão iluminista.

Nesse aspecto, o conceito de gênero é relativamente recente, os estudos sobre a mulher surgiram e foram fortalecidos na década de 1970, visando eliminar os obstáculos da vida social, política, econômica e cultural na promoção da igualdade entre homens e mulheres. Esses estudos permitiram uma maior visibilidade aos problemas enfrentados por mulheres e expuseram a desigualdade nas relações entre as pessoas, principalmente, de sexos opostos. (MEDEIROS, 2008, p. 30).

Todavia, para sistematização em torno do seu objeto Medeiros trabalhou com *Análise de conteúdo* por compreender que esta “[...] técnica assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem”. (MEDEIROS, 2008, p. 37).

No entanto, percebemos de antemão o que impulsionou o debate das discussões de gênero no trabalho da autora, é a reflexão do movimento feminista,

onde ela fez uma contextualização histórica do feminismo, para poder compreender sua pesquisa, dando ênfase nos estudos de mulheres na Geografia. Ela ressalta que:

É cada vez mais urgente pensarmos e refletirmos sobre os movimentos de emancipação neste novo cenário em que o mundo vivencia, bem como resgatarmos a trajetória dos movimentos feministas iniciados no século XVII e fortalecidos durante o século XX, para que compreendamos teórica e socialmente nossa temática de estudo, partindo da emancipação da mulher como um fenômeno que alavancou muitas discussões. (MEDEIROS, 2008, p. 62).

No tópico *Gênero e Geografia: uma relação possível?* A autora tece críticas a Geografia tradicional que menosprezou a mulher na produção científica e que esteve sempre vinculado ao androcentrismo. Entretanto, somente na década de 50 que segundo ela “[...] o conceito de espaço passou a ser formulado como produto social”. (MEDEIROS, 2008, p. 78). A partir dessa reformulação é que um grupo de intelectuais feministas iniciou as discussões sobre a relação de gênero na geografia, trazendo suas contribuições e rompendo com uma ciência que até naquele momento não tinham bons olhos para as questões das mulheres como pertencentes ao espaço. Sobre os estudos de gênero e geografia a autora comenta que:

Os estudos de gênero e a geografia pensam a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço e um forte compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia que transformam em modelos desiguais de desenvolvimento sócio-espacial nas relações de gênero. (MEDEIROS, 2008, p. 80).

Para representação de gênero em sua pesquisa a autora utiliza-se da concepção teórico-metodológica da **geografia feminista** que para ela compreende:

[...] como o sujeito feminino é constituído dentro de dominações sócio-espaciais, ou pelo menos refletir qual o papel da mulher no processo de dominação e/ou formação do espaço, utilizaremos as contribuições de Yannoulas, Vellejos e Lenarduzzi para a compreensão entre a relação possível entre Geografia e Gênero [...] [...] a geografia feminina quer compreender como o sujeito feminino é construído dentro de dominações sócio-espaciais, ou pelo menos refletir qual o papel da mulher no processo de dominação e/ou formação desse espaço. Pois, ao longo de sua existência a Geografia produziu a invisibilidade da mulher na produção do espaço, é preciso considerar que homens e mulheres têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim suas relações com os lugares são diferentes também. Portanto, é necessário uma abordagem metodológica que considere tais diferenças de gênero. (MEDEIROS, 2008, p. 80-81).

E ainda faz uma ressalva:

Ainda, para a utilização do conceito de gênero na geografia deve-se levar em consideração que as relações de gênero são dinâmicas, que são construídas pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir das representações.

Entendemos que os avanços teóricos da perspectiva feminina na geografia podem trazer imensos e variados progressos na diversificação de objeto de estudo das abordagens geográficas, bem como trazer novos focos de interesse científicos renovando o campo teórico metodológico desta ciência. (MEDEIROS, 2008, p. 81).

Em seu trabalho Medeiros (2008) constatou através das falas das colaboradoras/es sobre as representações de gênero que “[...] ainda estão relacionadas às diferenças em torno do sexo”. (MEDEIROS, 2008, p. 97).

Outra Dissertação que analisa gênero na ciência geográfica na educação é o trabalho de **Marlene Bezerra Vieira** intitulado *Relações de Poder e Gênero na Gestão Educacional*. Sua pesquisa buscou compreender as relações de gênero e poder na escola, dando enfoque na gestão educacional. A autora ressalta que sua análise “[...] não se caracterizou em apenas diferenciar as relações de gênero entre homens e mulheres, mas compreendê-las a luz das relações de poder numa sociedade marcada pelas desigualdades [...]” (VIEIRA, 2009, p. 15).

Sua proposta foi apreender como se processa essas relações no ambiente escolar, onde ela pôde analisar as visões dos gestores e professores das escolas municipais na cidade de Porto Velho.

Seu referencial teórico-metodológico está centrado na perspectiva da geografia cultural e geografia de gênero. Vejamos alguns trechos onde ela explana seu viés teórico:

Inicialmente, esse estudo foi fundamentado em Claval (2002), que tece uma análise sobre abordagem cultural, possibilitando novas abordagens da perspectiva feminina na compreensão do espaço e envolve não apenas o aspecto físico, mas também tudo o que uma sociedade pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação e de comportamentos individuais.

Raffestin (1993) aborda a categoria poder, inerente em todas as relações, em todas fissuras sociais, e, em especial, na escola, resultando em ações excludentes e discriminatórias. Silva (2003), institui uma análise do espaço atrelada à perspectiva feminina na produção do conhecimento geográfico.

Outro autor, Santos (2002), concebe o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, o que

possibilita o reconhecimento de suas categorias analíticas internas como o espaço produzido, a configuração territorial e a divisão territorial do trabalho. (VIEIRA, 2009, p. 16).

Mas adiante ela ainda ressalta:

Essa nova perspectiva abre possibilidades para que seja explorado o conceito de geografia como categoria explicativa da produção do espaço, dando destaque ao estudo condição feminina na pesquisa geográfica, integrando as representações mentais e reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica.

Enfoca também as relações sociais, demonstrando interesses pelos problemas morais do mundo atual. É a partir das críticas estabelecidas na geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo método que contemplem a construção de uma geografia a partir da visão feminina da ciência.

A geografia cultural oportuniza o resgate de identidades individuais e coletivas em um mundo globalizado que apresenta dualidades, pois, ao mesmo tempo em que possibilita e integra, através de suas redes técnicas, mercados e lugares em escala planetária, provoca grandes fragmentações e desigualdades territoriais, indicando interessante perspectiva de ação. (VIEIRA, 2009, p. 42-43).

A abordagem de sua pesquisa é de caráter metodologicamente qualitativo. Para compreensão das relações de gênero em seu trabalho a autora fez levantamento de registros de atividades, fotografias, entrevistas semi estruturadas e análise documental.

No item *Invisibilidade da mulher na produção do espaço* pertencente ao capítulo sobre “Abordagem cultural e Gênero”, a autora faz suas análises de gênero e críticas à teoria geográfica a respeito da ausência da concepção feminina na produção do espaço:

Considerando que os papéis dos sexos têm muito a ver com as diferenças nos padrões e dificuldades de atrelar a perspectiva feminina na produção do espaço se percebe a existência de inúmeras críticas em relação à teoria geográfica, hegemonicamente considerada uma ciência masculina, androcêntrica no que se refere à produção do conhecimento.

A mulher também ocupa um lugar de invisibilidade no processo de produção do espaço na tradição geográfica convencional que apresenta uma abordagem economicista tendo como base uma perspectiva marxista e androcêntrica. (VIEIRA, 2009, p. 44).

Para ela “[...] gênero é mais do que antagonismo entre os sexos como é perpetuado por diversos teóricos, contribuindo para a consolidação do caráter fixo e

binário da oposição [...] masculinos e femininos” e que, essa categoria de análise é “capaz de produzir conhecimento histórico. (VIEIRA, 2009, p.45).

Sobre a mulher em práticas administrativas em gestão escolar a autora explica que é “[...] resultante de um contexto histórico que embora se apresente predominantemente feminino cabe aos homens assumir posições de controle e prestígio.” (VIEIRA, 2009, p. 45). A escola era pra ser um lugar onde as desigualdades entre homens e mulheres não deveriam existir, mas sabemos que ela é nítida nesse espaço, sobre isso ela explica:

Nas escolas se reproduzia e se reforça então a hierarquia doméstica: as mulheres ficavam nas salas de aulas, executando as funções mais imediatas do ensino, enquanto os homens dirigiam e controlavam todo o sistema. A eles se recorria como instância superior e referência de poder.

Outro aspecto a ser mencionado, refere-se as particularidades do âmbito da instrução pública, vinculadas à hierarquia do sistema, com a exclusividade masculina para ensinar em níveis mais adiantados, ocuparem postos de direção, foram indicados como representantes e diretores de categoria no sindicato e mulheres apenas para as séries iniciais da escolarização pública, fato este não atribuído aos colégios femininos mantidos por congregações religiosas, onde as funções pedagógicas e administrativas eram desenvolvidas por mulheres. (VIEIRA, 2009, p. 52).

Nessa dissertação as revelações históricas que a autora traz em sua pesquisa é de importância para compreender a feminização do trabalho da mulher no ambiente escolar.

O ensino privado para mulheres era, na maioria das vezes, ligado a uma ordem religiosa, sendo internatos, embora mantivessem o regime de externato, controlando os espaços da vida pessoal das alunas, no vestuário, uso de maquiagens, jóias, penteados e futilidades.

As diretoras eram chamadas “Madre Superiora” e mantinham uma imagem de liderança, sendo figuras públicas atuantes, respeitadas e visíveis na comunidade local e nacional. Madre Superiora, entretanto, também significava mãe, embora numa dimensão distanciada do sentido de maternagem e domesticidade. Esta característica de mulheres diretoras exercendo tal função mantida por congregações religiosas é um diferencial nas relações de poder e Gênero na gestão educacional.

[...] As diretoras eram consideradas personalidades públicas de colégios femininos que não configuravam uma imagem de “maternagem” e infantilização da mulher, mas constituíam um paradigma de administração feminino de inspiração religiosa, com

base na dedicação, inteligência, sabedoria, continuidade administrativa e autoridade. (VIEIRA, 2009, p. 52-53).

O que ela esclarece acima é ainda enraizado na sociedade brasileira, em dizer que a docência é uma profissão feminina. A pesquisa da autora partiu de uma abordagem cultural que destacou a importância das visões, das representações, da significação e da subjetividade, a partir de seu caminho metodológico fez análises das relações de gênero na gestão educacional.

Ainda nessa mesma perspectiva da Geografia e Gênero na educação encontramos outro trabalho intitulado “Há homens que têm patroa. Há homens que têm mulher. E há mulheres que escolhem o que querem ser”: perspectiva de gênero na geografia, de autora **Gabrielle Pellucio**. A presente pesquisa surgiu da necessidade de realizar críticas sobre discriminações machistas ouvidas como “uma mulher não tem competência para ser presidente”, “mulher não sabe dirigir”. (PELLÚCIO, 2010, p. 13).

Em seu trabalho a autora analisou os livros didáticos de Geografia das séries iniciais, analisando as questões de gênero contidas nesses materiais. O propósito da autora foi averiguar nesses livros as representações de gênero na escola.

Ela justificou a utilização do livro didático como fonte de análise para mostrar como as representações de gênero (mulher) no livro de geografia são retratadas.

Sendo o livro o principal instrumental de pesquisa dessa dissertação e sabendo que o livro didático de Geografia é um instrumento muito importante no processo de ensino e de aprendizagem, precisamos refletir sobre as mensagens transmitidas por meio de símbolos e enunciados, já que muitas vezes professores, professoras, alunos e alunas têm acesso somente a este material.

Se o livro contiver mensagens discriminatórias, estas poderão ser transmitidas a alunos e alunas que muitas vezes não terão oportunidade de refletir criticamente sobre elas. Principalmente porque em muitos casos nem educadores e educadoras identificam tais mensagens, até pelo fato de pertencerem a mesma sociedade e terem sido educados e educadas dentro do mesmo sistema. (PELLÚCIO, 2010, p. 18).

O campo teórico-metodológico da autora está implícito nas citações abaixo:

Para a realização da pesquisa utilizou-se contribuições teóricas dos seguintes autores e autoras no que concerne a: Procedimentos Metodológicos: Chizzoti (2003); Ludke; André (1986); Representações: Bourdieu (2005); Ensino de Geografia: Vesentini (1992), Castrogiovanni; Goulart (1998); Relações de Gênero: Auad (2006), Moreno (1999); ainda consideramos as novas perspectivas

de geografia no que se refere a Geografia Cultural: Claval (2001); Silva (2003;2009) e para organização dos resultados trabalhamos com análise de conteúdo: Bardin (1977).

A pesquisa foi conduzida sob uma abordagem qualitativa por meio da análise dos livros didáticos de Geografia de 1º ao 5º ano da coleção “Novo – Eu Gosto5” selecionada pelo Ministério da Educação e apresentada as escolas por meio do Programa Nacional do Livro Didático.

Para alcançar os objetivos propostos e partindo do pressuposto qualitativo utilizamos a análise documental como técnica de coleta de dados, já que a pesquisa é centrada na apreciação de livros didáticos através das mensagens que estes transmitem às crianças pelas imagens, enunciados e textos elucidados. (PELLÚCIO, 2010, p. 19-20).

No entanto, percebemos que seu campo teórico na ciência geográfica é a Geografia Cultural e a partir desse campo fez suas análises de gênero. Tecendo críticas a geografia tradicional, a autora explana que a mesma “[...] via o espaço como estático, com a Geografia Contemporânea avançamos e passamos a enxergar o espaço de outra forma.” (PELLÚCIO, 2010, p.26). Todavia, suas indagações foram possíveis atingir até a geografia cultural enquanto sustentadora de uma discussão de gênero na ciência geográfica, ela explica que a geografia cultural:

[...] é uma corrente da geografia que faz a interface com outras ciências como a antropologia, filosófica, psicologia e a sociologia, une pessoas ao ambiente e estuda a relação entre os seres, é ela quem reflete sobre o lado humano, as abordagens envolvendo a geografia cultural são as mais variadas possíveis. (PELLÚCIO, 2010, p. 26).

E, ainda específica que:

[...] partindo das derivadas da Geografia Cultural [...] surge a questão da invisibilidade feminina na ciência geográfica. Esse assunto tem sido apontado por diversas geógrafas feministas por meio de lutas incessantes em inserir gênero como objeto de estudo da geografia, já que este trata de homens e mulheres e da relação entre eles. (PELLÚCIO, 2010, p. 27).

Aderindo a perspectiva da geografia feminista ou geografia de gênero Pellucio explica que gênero faz referencia “[...] às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais.” (PELLÚCIO, 2010, p. 28).

E ressalta:

Diante dos elementos apresentados é importante que a ciência geográfica, através de estudos relacionados as questões de gênero,

sane esta dívida, já que a mulher produz ciência geográfica, assim como o homem, à medida em que deve ser contemplada com estudos dentro desta ciência, especificamente na abordagem cultural, já que a mulher, além de tudo isto, também produz e reproduz o espaço. (PELLÚCIO, 2010, p. 29).

Em seu trabalho Pellucio (2010) detectou que os conteúdos inseridos nos livros didáticos contêm mensagens e frases preconceituosas e racistas, e que mesmo o fato de os livros terem sido escrito por mulheres não isentou de conter imagens e enunciados discriminatório. A autora justifica que elas “[...] são reflexo histórico-culturais da nossa sociedade que sobrepõe o saber masculino em relação ao feminino [...]”. (PELLÚCIO, 2010, p.128). Ela explica que na categoria profissão a figura da mulher é apresentada nos livros sempre relacionada à educação e os cuidados domésticos. Também constatou que em atividades que envolvem raciocínio e conhecimentos geográficos específicos (utilização de bússolas, pontos cardeais e localização) as imagens contidas nos livros representam somente homens, o que levou a autora “[...] nos leva a crer que meninas não são capazes de realizar as atividades propostas.” (PELLÚCIO, 2010, p.129). Todavia, a coleção de livros “Novo Eu Gosto”, as imagens e enunciados contidos nos livros não condiz com a nossa sociedade contemporânea, os livros analisados apresentaram atividades masculinas voltadas para produção e femininas para reprodução. A autora questiona que:

A ciência geográfica precisa assumir sua contribuição na construção da cidadania de alunos e alunas conscientes em relação às questões de gênero e em primeiro lugar deixar de ser vista como uma ciência masculina, já que rompemos barreiras e as mulheres estão cada vez mais tendo acesso ao conhecimento científico.

Portanto o ideal é transformar e devemos começar desmistificando a ciência geográfica enquanto masculina e ela passará a ser a geografia das pessoas, independente do sexo que portem e poderá mostrar que indivíduos têm o domínio de exercer as atividades que desejarem sem sofrer discriminações e sem terem sua moral comprometida. E estaremos tão habilitados em relação a essas questões que mesmo nos deparando com livros sexistas seremos capazes de analisá-los criticamente. (PELLÚCIO, 2010, p. 130).

Na dissertação de **Sandra Regina Nunes dos Santos** intitulada *Políticas públicas, espaço e gênero: um estudo de caso sobre autonomia financeira das mulheres do bairro mariana em Porto Velho*, defendida em 2009, nesse trabalho a autora teve por objetivo analisar a política pública municipal de educação no que se

refere à oferta de creches, como pré-condição para construir a autonomia econômica das mulheres de baixa renda, através do acesso e permanência nos postos de trabalho. Em sua introdução ela explica que:

Essa pesquisa, portanto, é fruto de uma reflexão acadêmica e sua relevância social e científica se constitui numa contribuição para análise das políticas públicas que promovem a autonomia financeira da mulher. (SANTOS, 2009, p. 20).

A problemática da autora se inseriu no questionamento de que “[...] em que extensão as oferta de creches, como política pública municipal, influenciou na participação da mulher de baixa renda na produção do espaço”. (SANTOS, 2009, p. 20).

No primeiro capítulo de sua dissertação ela explanou quais os métodos e seu marco teórico de sua pesquisa, vejamos:

Para consolidar os temas gênero e políticas públicas, esta pesquisa dialogou tanto com os teóricos/as da geografia, quanto com as principais vozes do movimento feminista, ouvindo também a voz da comunidade, protagonista dessa pesquisa, perpassando pelos documentos escritos, jurídicos e políticos, concernente à temática em foco. (SANTOS, 2009, p. 22).

E ainda ressalta:

Desta feita, este trabalho, epistemologicamente, segue a lógica de apreensão do fenômeno da realidade, a partir das formulações ideológicas e do conhecimento científico, para comprovar o senso comum em estudo (a necessidade da creche pública para autonomia financeira da mulher), ou seja, com este mecanismo teórico-perceptivo, encontra as particularidades no todo. (SANTOS, 2009, p. 22).

Notamos que ela faz a representação das mulheres do Bairro Mariana³³ vinculada às políticas públicas a partir da pesquisa social e da geografia cultural, como vemos no trecho abaixo:

Nessa jornada, ao optarmos por olhar em direção a mulher e as políticas públicas de autonomia financeira, instrumentalizamos-nos da pesquisa social e os primados da geografia cultural com intuito de operacionalizar uma apreensão interpretativa nesta pesquisa sobre

³³ O bairro Mariana localiza-se na Zona Leste de Porto Velho, foi criado na década de 80 por pessoas de classe baixa que invadiram a localidade na busca de moradia. De acordo com o IBGE/2000 a população é de 5.482.

hábitos, modos de vida, enfim uma descrição sobre a realidade pesquisada [...]. (SANTOS, 2009, p. 23).

Todavia, o tipo de pesquisa da autora foi o *estudo de caso*, o que para ela respondeu a problemática de seu trabalho a partir das entrevistas utilizando o método da história oral, onde ela comenta que:

[...] a utilização de um importante recurso do método da história oral que é a entrevista para a coleta de dados pertinentes as experiências individuais e coletivas daquelas mulheres. Desta feita, buscou-se tomá-las como protagonistas centrais desse percurso, inscrevendo suas lideranças na construção social e histórica desse lugar. (SANTOS, 2009, p. 26).

Para a sistematização e análise das entrevistas das mulheres, a autora utilizou a concepção do método dialético para a interpretação da conjuntura sócio-econômico do bairro seguido das entrevistas e as histórias desse grupo de mulheres.

No capítulo 1 *Marco teórico e procedimentos metodológicos da pesquisa* autora fez a teorização de sua pesquisa e onde percebemos a representação da figura da mulher em seu trabalho. Ela utilizou abordagem teórica do Geógrafo Milton Santos para análises do espaço geográfico, que para autora ele analisa “como um sistema de objetos e ações”. E, também, ela explica que “[...] para o autor os elementos do espaço, são os homens e as mulheres na qualidade de fornecedores/as de trabalho, ou de candidatos/as a isso.” (SANTOS, 2009, p. 30).

Com relação à discussão da mulher-espaço ao sistema de produção, a autora explica que:

[...] a participação da mulher no espaço de produção está vinculada à sua participação nas atividades reprodutivas, embora estas sejam condicionadas à natureza do processo de produção e ao processo de crescimento acumulação, as limitações de oportunidade ao emprego, à capacitação, ao acesso, a vida pública social, política ao exercício dos direitos fundamentais, ou seja, em geral a mulher precisa combinar as necessidades de organização e reprodução da família com as condições de trabalho o que torna visível a divisão de trabalho por linhas de gênero. (SANTOS, 2009, p. 31).

A autora analisou a representação das mulheres e seu cotidiano, onde ela utilizou teóricas feministas como Joan Scott, Michele Perrot e Joseli Maria Silva, tanto do campo histórico quanto geográfico.

Sobre essas mulheres na concepção da autora “de baixa renda”, ela comenta que a política de autonomia delas:

[...] está diretamente ligada as políticas públicas [...] assumindo cada vez mais a responsabilidade dos lares no Brasil de um modo geral, a mulher vai se distanciando das oportunidades de trabalho ou formação, onde isoladas no espaço privado do lar à sua extensão pública (posto de saúde, farmácia, hospital, mercado, escola, etc), elas travam luta incessante contra o relógio, tentando administrar a vida cotidiana. (SANTOS, 2009, p. 101).

Sobre as políticas públicas de autonomia financeira das mulheres na cidade de Porto Velho a autora constatou que:

[...] não apresentam intervenções capazes de enfrentar a situação das mulheres com alternativas para aumentar o nível de qualidade de vida, tampouco estratégias que levem em conta sua especificidade, incorporando-as como um grupo prioritário no combate à discriminação. (SANTOS, 2009, p. 101).

A autora ainda ressalta

[...] as poucas mulheres que conseguiram entrar no mundo do trabalho, o fez na informalidade, de modo que consigam cuidar de seus/suas filhos/as. Transformam a frente de sua casa em venda de comida, são cozinheiras informais, manicures, cabeleireiras, salgadeiras, enfim, combinam o trabalho com o cuidado da família. Em sua maioria entrevistadas, afirmam que a falta de um lugar seguro para deixar as crianças é o maior impedimento para o acesso ao mundo do trabalho, mesmo as que moram com um companheiro, sentem por não poder sair de casa para trabalhar ou estudar por falta de creche pública, onde seus/suas filhas pudessem ficar em segurança. (SANTOS, 2009, p. 102).

Contudo, a autora conclui seu trabalho propondo:

[...] para que as mulheres possam de fato aumentar entrar no mercado de trabalho e permanecer nele, principalmente nesse momento em que estão abrindo posto de trabalho, é necessário ater um lugar seguro para seus filhos e filhas. Onde essas crianças possam fazer alimentações, enquanto suas mães trabalham em paz [...].

Neste sentido, considerando que são as mulheres a maioria das pessoas nos empregos precarizados, a maioria entre as pessoas com profissão pior remuneradas, são o maior número entre as pessoas desempregadas e a maioria das que trabalham na informalidade, a alteração desse quadro de problemas exige mudanças nas políticas públicas, para que alcance as mulheres de baixa renda [...]. (SANTOS, 2009, p. 103).

Partindo para a última dissertação analisada de autoria de **Sheila Ximenes de Souza** (Relativas ao mestrado em Geografia) intitulada *A velhice fora do lugar: História Oral de Vida*, a autora buscou fazer um resgate do estudo da velhice na ciência geográfica, com objetivo de discutir a intersecção entre o envelhecimento, geografia e gênero. Em sua pesquisa a autora utilizou os procedimentos da História Oral de Vida, que para ela “[...] possibilita a imersão dentro de um mundo narrado, na busca de reflexões sobre experiências e vivências de mulheres idosas.” A autora realizou sua pesquisa com três mulheres idosas, onde ela explica que “[...] essas mulheres vêm representar e garantir que as vozes dos velhos possam ser ouvidas, mesmo com os limites de uma pesquisa”. Buscou compreender as visões, o que pensavam, o que sentiam a respeito da condição feminina, do envelhecimento e do lugar em que viviam essas mulheres idosas. (SOUZA, 2009, p. 8).

Seu referencial teórico-metodológico aparece no trecho abaixo:

[...] esta pesquisa será apoiada metodologicamente na História Oral de Vida, fundamentada nos conceitos de José Carlos S. B. Meihy, por entendermos que a velhice se ajusta a este jeito “novo” de pesquisar, e por também, ser considerada um corpus do conhecimento subjetivo, que tem a possibilidade de oferecer aos leitores e leitoras, uma dimensão social, sendo, portanto, uma estratégia para se compreender a realidade em que os indivíduos estão inseridos. Utilizaremos como referencial teórico para a discussão de gênero e envelhecimento, Simone de Beauvoir, Heleieth Safiotti e Éclea Bosi e para discussões na geografia, empregaremos os conceitos desenvolvidos por Paul Claval, Yi-Fu Tuan, Armand Frémont, Milton Santos e Oswaldo Bueno Amorim Filho. (SOUZA, 2009, p. 19).

E, ainda justifica a metodologia:

Esclarecemos a pretensão desta pesquisa, no que tange a escolha do tema e da metodologia deste trabalho, da seguinte forma: ao trabalharmos com História Oral de vida, pretendemos analisar narrativas de mulheres velhas, de entendermos seus percursos pessoais diante de duas condições: ser mulher e estar, cronologicamente, idosa. Contribuições na transformação do lugar, porque se objetiva uma investigação geográfica acerca da história da organização social em que vivem.

[...] Portanto, não se trata de uma pesquisa com a proposta de investigação quantitativa, pois a representatividade está vinculada à subjetividade, à singularidade das narrativas das entrevistadas. (SOUZA, 2009, p. 19-20).

A teorização de seu objeto de pesquisa perpassa pelas discussões sobre espaço, cotidiano e lugar numa perspectiva da geografia humanística, para ela essa ciência:

[...] tem o propósito de alcançar a compreensão do homem, da sua condição e do meio em que vive. Tenta explicar e entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana. Frequentemente o conceito de espaço se funde com o conceito de lugar. O geógrafo Milton Santos, em sua vida acadêmica, enfrentou o desafio em desmistificar, e teorizar o real objeto da geografia. Diante das várias acepções que tem o espaço, utilizaremos seu conceito, pois nos dá uma visão expandida, ampla, esclarecendo antes de tudo, que o espaço também é social. (SOUZA, 2009, p. 45).

Souza buscou compreender a partir do lugar nas narrativas as representações do cotidiano das mulheres idosas que para ela é “[...] onde o cotidiano se estabelece, onde a sociedade cria a sua história”. (SOUZA, 2009, p. 47). No entanto, utilizando-se da memória oral dessas mulheres, foi através da história de vida que a autora pode compreender o mundo em que estão inseridas nesse espaço vivenciadas por elas no seu dia-a-dia. A autora comenta que:

É importante ressaltar a abordagem geográfica desenvolvida por Frémont (1980) interligando os aspectos sociais e culturais, aos estudos e análises dos espaços vividos, oriundos de relações simbólicas, espirituais e sentimentais entre os homens, as mulheres e os lugares. (SOUZA, 2009, p. 48).

É a partir dessa perspectiva que a autora embasa seu objeto considerando o conceito de lugar “[...] como as dimensões que perpassam pelo vivido, pela experiência, sendo o espaço palco das relações sociais, econômicas, culturais, religiosas [...] dos indivíduos frente a cotidianidade.” (SOUZA, 2009, p. 49).

Nas considerações finais de sua dissertação Souza através das teorias e metodologia em torno de seu objeto de pesquisa, notamos que as representações das mulheres idosas não só foram analisadas a partir do lugar em que se encontram, mas todo o contexto em que elas representam-se através de suas narrativas, e que ao optar pela metodologia da história oral a autora não imaginaria o quanto seria gratificante o seu trabalho com essas mulheres, para ela:

[...] a configuração envolvente e fascinante permitida pela oralidade torna-se quase impossível de traduzir na escrita, os detalhes minuciosos provenientes do lugar, das emoções das rejeições e expressões corporais vistas e sentidas.

Pesquisar apoiada nas concepções acerca da História Oral de Vida nos faz viajar por muitos mundos diferentes, nos faz mergulhar em histórias surpreendentes, empolgantes e por vezes, revoltantes também. Estudar e tentar descortinar o que mulheres idosas pensam a respeito de sua condição social e política, de seus sonhos, de suas expectativas em relação ao futuro, possibilitou a imersão em contextos permeados por sofrimentos, discriminação, e liberdade estorvada. (SOUZA, 2009, p. 170-171).

Utilizando-se da perspectiva de Geografia de Gênero, Souza explica que debater gênero e envelhecimento enquanto categorias de análises na ciência geográfica “foi um desejo ousado que favoreceu a compreensão das relações sociais entre homens e mulheres no contexto de uma vida, de uma história real.” (SOUZA, 2009, p. 171).

4.4 As representações dos homossexuais numa dissertação do mestrado em Ciência da Linguagem

A única dissertação do período que ora nos ocupa em nosso trabalho até o presente momento que analisa o grupo dos homossexuais é do autor **Kary Jean Falcão Gonçalves** intitulada *As contribuições linguísticas dos povos de religião de matriz africana na formação da linguagem de homossexuais em Porto Velho – Rondônia*. O trabalho do autor consistiu em revelar as razões que levaram um grupo que historicamente sofre discriminação a procurar apoio para a edificação de sua linguagem em outro grupo também discriminado. O autor explica que:

Para tanto, existem contribuições sociais que levaram grupos de homossexuais a frequentarem os terreiros e casas de religião africana tais como: o exercício da sexualidade para os povos de religião de matriz africana, as relações de gênero e de família estabelecido por esses povos e as suas concepções a respeito da homossexualidade. (GONÇALVES, 2010, p. 9).

Em sua dissertação Gonçalves (2010) fez uma contextualização histórica da homossexualidade apresentando as abordagens de resistência e de identidade desde a antiguidade até os dias atuais, para compreensão de seu objeto de pesquisa. Seu trabalho apresentou as subversões que colaboraram para a

constituição histórica das percepções que a sociedade constitui com relação à homossexualidade. Gonçalves (2010) esclarece:

Com base nessa problemática, a situação de luta pela sobrevivência de homossexuais e travestis tornou-se cada dia mais desumana, deixando-os distantes do acesso aos meios de escolarização, profissionalização e trabalho, saúde e segurança pública e todos os demais direitos garantidos aos cidadãos. Homossexuais e travestis ficaram assim, impossibilitados de competir em igualdade com aqueles que tiveram acesso. A falta de acesso dos homossexuais e travestis a estes meios sociais acontece somente em virtude da não aceitação as diversas formas de orientação sexual e de identidade de gênero constituída pela nossa sociedade. (GONÇALVES, 2010, p. 9).

É importante ressaltar que o Brasil está entre os países campeões em crimes homofóbicos. As políticas públicas que “existem” ainda são ineficazes para minimizar a violência contra esse grupo. De acordo com o autor as desigualdades presentes em nossa sociedade são fatores decisivos para que os LGBTs (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) estejam em situação de vulnerabilidade, o que fez com que o grupo “[...] construíssem para si um meio de comunicação baseado em uma linguagem secreta.” (GONÇALVES, 2010, p. 10). De acordo com o autor “[...] a linguagem que para os homossexuais e travestis é denominada de bajubá tem bases configuradas em um conjunto lexical encontrado na linguagem utilizada nos cultos de religião africana no Brasil.” (GONÇALVES, 2010, p. 11).

Na perspectiva da linguística o autor analisa a linguagem dos homossexuais, o que ele denomina de *linguagem homoerótica*, para ele:

[...] é uma manifestação sócio-cultural surgida nos guetos excluídos que tem por objetivo principal a resistente luta pela sobrevivência de homossexuais e travestis de uma sociedade opressora onde as diversidades sexuais e a identidade de gênero não são respeitadas. A construção dessa linguagem foi concebida a partir da necessidade de sobrevivência às constantes abordagens policiais e as manifestações homofóbicas da sociedade. (GONÇALVES, 2010, p. 16).

Como vimos no capítulo anterior, no Brasil onde existe homossexuais sendo assassinados cotidianamente, vítimas de violência homofóbica devido sua condição de ser e da identidade de gênero, Gonçalves (2010) ressalta que é necessário uma construção de estratégias de sobrevivência para esse grupo.

O aspecto teórico-metodológico da dissertação de Gonçalves e seus questionamentos em torno de seu objeto estão contidos nos trechos abaixo:

Porém, uma das preocupações deste trabalho de pesquisa é estabelecer as relações lingüísticas entre dois grupos de falantes: Os homossexuais (mais especificamente aqui os gays e travestis) e os povos de religião de matriz africana. A pesquisa se propõe a levantar os motivos pelos quais as etapas de construção de linguagem de homossexuais foram buscar suas estruturas na linguagem de outros povos também considerados historicamente discriminados no Brasil - os povos de religião de matriz africana.

Para o levantamento dessas contribuições o trabalho se divide inicialmente em dois eixos de contribuições: as contribuições sociais e as contribuições lingüísticas.

Para o levantamento das contribuições sociais, a pesquisa apresenta resultados ligados à contextualização histórica levou grupos de homossexuais a desenvolver sua religiosidade através dos cultos e rituais de modelos africanos, bem como na relação em que afro-religiosos tem com o exercício da sexualidade, a relação de gênero e de família e as concepções a respeito da homossexualidade. Já nas contribuições lingüísticas a pesquisa apresenta as relações de estrutura de morfologia, sintaxe, semântica até chegar na criação de um criptoleto e um sócio-idioleto pelos homossexuais.

Entre os aspectos sociais e lingüísticos podem-se revelar os principais motivos que levaram grupos historicamente discriminados e excluídos a aliarem-se em construção de mecanismos de defesa e resistência com base em outro grupo socialmente discriminado. (GONÇALVES, 2010, p. 16-17).

No primeiro capítulo de seu trabalho o autor fez um levantamento histórico da homossexualidade desde a antiguidade até os tempos atuais levando em consideração os conceitos apresentados por Michel Foucault, onde Gonçalves (2010) compreendeu que é necessário perceber a totalidade da sexualidade para se buscar uma ideia a respeito da homossexualidade.

Para a construção da história da homossexualidade Gonçalves utilizou as contribuições de Trevisan (2000), onde esse autor fez análise da homossexualidade no Brasil do período colonial até a contemporaneidade.

Gonçalves também nos trás contribuições sobre a homossexualidade em Rondônia, explicando que essa temática:

[...] foi abordada por Hugo, in Transferetti, 2004, onde os autores referem-se à chegada do primeiro homossexual por essas terras juntamente com um grupo de prostitutas nos porões do Navio Satélite. (GONÇALVES, 2010, p. 16).

O autor fez levantamento dos casos de homossexuais mortos vítimas da homofobia em Porto Velho, onde ele realizou visitas às travestis que conviveram

com as que foram assassinadas e violentadas nos períodos determinados pela sua pesquisa.

Uma das obras que contribuíram em sua dissertação de acordo com ele foi à de Segato (2005), “[...] que deixa bem claro as relações de gênero e de família especificamente no candomblé e a própria relação que este faz com a homossexualidade”. (GONÇALVES, 2010, p. 19).

Um dos aspectos metodológicos de maior evidencia em sua pesquisa, foram às visitas para coleta de dados e informações. Para ele esses elementos contidos nas entrevistas “[...] são na realidade o grupo de palavras que foram colhidas tanto nos pontos e locais de encontro de travestis e gays em Porto Velho, como também nos terreiros e casas de culto africano.” (GONÇALVES, 2010, p. 19). O autor constatou que as palavras além de serem descobertas na linguagem de homossexuais também foram deparadas na linguagem dos povos de religião de matriz africanas.

Ele esclarecer que “[...] guetos excluídos e marginalizados ficam sempre a mercê de acesso limitado a escolarização, saúde, condições de moradia, direitos humanos e ao exercício da cidadania [...]”, e que “[...] essa linguagem construída, nada mais é do que a resposta a uma repressão à livre orientação sexual e identidade de gênero [...]”. (GONÇALVES, 2010, p. 20).

Compreendemos também que a própria linguagem dos homossexuais tem suas especificidades e que foi criada como forma de auto-proteção e estratégia, o que contribuiu para a formação da própria identidade social desse grupo.

5 LEGITIMIDADE DA FIGURA DA MULHER E OCULTAÇÕES DE OUTRAS MINORIAS

“Ao trazer à luz as invariantes trans-históricas da relação entre os “gêneros”, a história se obriga a tomar como objeto o trabalho histórico de des-historicização que as produziu e reproduziu continuamente, isto é, o trabalho constante de diferenciação a que homens e mulheres não cessam de estar submetidos e que os leva a distinguir-se masculinizando-se ou feminilizando-se. Ela deveria empenhar-se particularmente em descrever e analisar a (re) construção social, sempre recomeçada, dos princípios de visão e de divisão geradores dos “gêneros” e, mais amplamente, das diferentes categorias de práticas sexuais (sobretudo heterossexuais e homossexuais), sendo a própria heterossexualidade construída socialmente e socialmente constituída como padrão universal de toda prática sexual “normal”, isto é, distanciada da ignomínia da “contranatureza”. (Pierre Bourdieu).”

5.1 A legitimação da figura da mulher nos estudos feministas e de gênero na Universidade Federal de Rondônia em oposição a uma ciência androcêntrica e os ocultamentos sobre os homossexuais nas dissertações.

Entendo o feminismo como um movimento politizado, fruto de reivindicações através de lutas na busca pela igualdade e oportunidades para as mulheres na sociedade moderna e a erradicação do despotismo nos espaços públicos e privados contra elas.

A partir das análises feitas com base nas dissertações, podemos dizer que os estudos feministas e os estudos de gênero se integram no campo científico, campo esse que, sob a perspectiva de Bourdieu (1983) compreendemos enquanto ambiente de combate político pelo predomínio científico de certas áreas do conhecimento mais hegemônicas sobre outras menos hegemônicas, que institui a cada pesquisador, o posto do lugar que ele ocupa. Entretanto, o autor diz que tudo isso faz com que a essência pura da ciência esteja em um “[...] campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros [...]”. Um campo pode ser entendido enquanto aparelho “[...]”

de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial.” (BOURDIEU, 1983, p.122).

Os estudos feministas e os estudos de gênero são o que Lucila Scavone chama de:

[...] micro-campo inter-relacionado com um campo maior – o científico – significa considerar que ele desenvolveu teorias, métodos, hipóteses, nos parâmetros do que se costuma considerar ciência, incluindo aí a desconstrução que estes estudos fizeram das noções dualistas da ciência moderna. (SCAVONE, 2007, p. 2).

Vemos então, que esses estudos estão numa luta incessante por legitimidade na ciência, podemos perceber isso dentro das Universidades do sul a norte do Brasil, aonde estudiosas (os) inquietas (os) vêm se preocupando com as diversidades sexuais e de gênero nos estudos acadêmicos.

Exemplificando a busca dessa legitimidade notamos o aparecimento de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação num contexto multidisciplinar, seja na área de humanas, sociais ou da saúde e surgimento também de grupos de estudos e de pesquisas de gênero, sexualidade e feminismo nas universidades brasileiras, como foi citado anteriormente. No caso da Universidade Federal de Rondônia, institucionalmente temos uma representação na busca dessa legitimidade científica, institucional e política no campo dos estudos de gênero, o grupo de pesquisa GEPGÊNERO pertencente ao Mestrado em Geografia que em sua grade curricular tem uma disciplina optativa, denominada **Geografia e Gênero**, onde até os dias atuais estão nas construções de pesquisas, palestras, seminários, publicações para almejem visibilidades por meios de seus trabalhos desenvolvidos, exemplos disso são as próprias 05 (cinco) dissertações analisadas sob a perspectiva de das teorias escolhidas no campo da Geografia e Gênero.

A partir das análises feitas nas dissertações notamos que há uma valorização e legitimação da figura da mulher nos estudos de gênero e feministas multidisciplinares na Universidade Federal de Rondônia, havendo então um silêncio sobre os homossexuais nos trabalhos estudados, a partir de tais teorias e metodologias encontradas, podemos perceber o papel desses intelectuais no campo

científico numa perspectiva dos estudos de gênero e as relações de poder que se estabeleceram. Sobre isso Bourdieu explica que:

É também recordar que o próprio funcionamento do campo científico *produz e supõe uma forma específica de interesse* (as práticas científicas não aparecendo como "desinteressadas" senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos). (BOURDIEU, 1983, p. 123).

No entanto, os campos de saberes dentro de sua cientificidade partem de interesses particulares e/ou pessoais, o que Bourdieu chama de práticas.

Para o autor “[...] na luta em que cada um dos agentes deve engajar-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo, está sempre em jogo o poder de impor uma definição da ciência [...]” (BOURDIEU, 1983, p. 6), ou seja, limitando sua problematização, métodos, teorias conforme suas particularidades em torno do seu objeto de pesquisa. Para Certeau (1982) toda pesquisa historiográfica se profere “[...] com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”. Entretanto, de acordo com ele “[...] está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade.” É em colocação deste lugar que se “instaura os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.” (CERTEAU, 1982, p. 66).

No entanto percebemos as posições e valores que as teorias e métodos sobre os objetos das dissertações analisadas se estabeleceram em termos de poder, exemplo disso está na dissertação de Freitas (2006) analisada anteriormente, quando a mesma explica que sua pesquisa surgiu de seu interesse particular enquanto profissional na área de saúde e educação atenta aos problemas femininos, enquanto mulher em sociedade, preocupada com a relação de mulheres vivendo ou não com DST/HIV/AIDS e também na dissertação de Fachine (2007) quando ela explica que sua pesquisa surgiu a partir de suas experiências de vida familiar, onde na introdução de seu trabalho ela apresenta indagações sobre os papéis sociais de gênero em sua família.

Sabemos que os estudos sobre *mulheres* foram iniciados na década de 60 na Europa e nos Estados Unidos, estudos estes pertencentes a uma nova fase do feminismo que teve por objetivo à crítica contra o patriarcalismo existente. As mesmas preocupações encontradas nas dissertações da Universidade Federal de

Rondônia sobre as mulheres, principalmente ligadas às questões de trabalho e violência, fazem parte da discussão centralizada nessa nova onda do feminismo sob a égide do pensamento de uma nova esquerda feminista, preocupadas com a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Historicamente a mulher foi silenciada na escrita da história, assim como os homossexuais também foram. Somente com o aparecimento do movimento feminista foi que começaram as críticas contra essa ciência androcêntrica. É de se ressaltar a preocupação das autoras em seus trabalhos (dissertações analisadas) seguindo a lógica dos seus respectivos campos sob a perspectiva das teorias feministas, buscando ao mesmo tempo a valorização dessas mulheres (ribeirinhas, índias e mulheres urbanas) traçando a partir dessas teorias a problematização na perspectiva de gênero.

Mesmo não sabendo se as autoras das dissertações fazem parte ou não de movimentos de mulheres ou movimentos feministas, devido não estarem contidas em nosso trabalho essas preocupações externas, podemos perceber em seus discursos de análises de caráter feministas em seus trabalhos, ou seja, utilizam-se das teorias feministas para legitimarem a figura da mulher em seus respectivos campos dos saberes. Sobre uma prática militante seja por parte das mulheres ou de homossexuais pertencentes ao campo acadêmico, para Michel Foucault o intelectual não tem mais que exercer a função daquele que dá recomendações, incumbe ao estudiosos “[...] encontrar, eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise.”(FOUCAULT, 2014, p. 24).

Todavia, a entrada de mulheres no campo acadêmico contribuiu para o desenvolvimento de pesquisa sobre a “mulher”, o que também nitidamente contribuiu para que os estudiosos e estudiosas hoje chamem de uma “feminização” em diversas áreas do conhecimento, entre elas a História, Antropologia e Sociologia, para Scavone (2007) através das lutas travadas na sociedade que ideias feministas radicais dos anos 70 contra uma ordem política: familiar, sexual, doméstica e social tradicionais, que deram o impulso à possível construção de um campo de estudo feministas e de gênero. (SCAVONE, 2007).

Os estudos feministas e de gênero na Universidade Federal de Rondônia fazem parte de uma continuidade influenciada por estudos externos, a partir das professoras e pesquisadoras dessa instituição que, preocupadas com a ausência nas produções científicas sobre as mulheres na região amazônica (especificamente as mulheres em Rondônia), utilizam-se como meio de institucionalizar e legitimar a figura da mulher através dos cursos de pós-graduação e dos grupos de pesquisas existentes na Universidade.

Como vimos por meio de nossas análises, os estudos de gênero na Universidade Federal de Rondônia iniciaram-se na década de 90, mas, somente foram institucionalizados em meados a partir de 2000, através dos programas de pós-graduação de mestrado acadêmico (Mestrado em Geografia e Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), onde nas dissertações as produções em torno dos estudos de gênero e feminismos estão voltados para as discussões nas áreas de saúde, educação, violência e trabalho, vinculados a criação de políticas públicas para as mulheres. No entanto, nosso estudo revela uma relação de poder através de uma política feminista presente nas dissertações com a formação de um campo científico através dos trabalhos analisados.

Nas dissertações analisadas não encontramos o debate em torno das mulheres-lésbicas e mulheres-transexuais, visto que essas também fazem parte das questões dos estudos de gênero, sobre essas questões a partir das leituras de obras sobre o feminismo notamos que a primeira onda desse movimento tinha um caráter heterossexista, sobre isso Scavone (2007) comenta que as feministas materialistas criticavam o sistema capitalista, patriarcal e heterossexual, e que também havia estudiosas que:

[...] fazia uma crítica radical à heterossexualidade como sistema e considerava que a luta feminista não passava somente pelas transformações do capitalismo e do patriarcado, mas pela transformação política da linguagem e da afirmação do lesbianismo radical. (SCAVONE, 2007, p. 11).

As discussões feministas em torno das questões de gênero, sexualidade e política como vimos no primeiro capítulo, surgem na década de 90 nos estudos feministas na França e nos Estados Unidos. Nas dissertações percebemos uma grande influência dos estudos pós-estruturalistas franceses (Deleuze, Michel

Foucault, Derrida), influenciados por esses pensadores, os estudos feministas norte-americanos iniciaram no debates no campo acadêmico as questões sobre alteridade, descentramento do sujeito, diferença, ou seja, aparece em cena uma nova concepção para analisar um novo sujeito ou novas identidades num período conhecido como pós-modernidade. Através das análises dos estudos interdisciplinares de gênero na Universidade Federal de Rondônia revelam uma valorização da figura da mulher em detrimento de outras minorias com relação às questões de gêneros, ressaltando que, aqui nesse trabalho tecemos certas “críticas” não para negar os trabalhos analisados dos pesquisadores ou pesquisadoras, através das análises em cima das dissertações relacionadas aos estudos de gênero que de certa forma podem trazer contribuições ou/e que também podem ocultar outros tipos de gênero nos campo interdisciplinar.

João Bôsco Hora Góis aborda em *Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil* a formação dos estudos gays e lésbicos no Brasil e suas relações com os estudos de gênero. Góis afirma que problemas históricos, políticos e relativos à formação dos campos científicos modelaram os modos como os estudos em questão têm interagido. De acordo com o autor, como objeto de reflexão acadêmica, a homossexualidade foi abordada em diferentes teses de médicos higienistas desde o século XIX. O autor ainda comenta que esses trabalhos “[...] buscavam identificar traços comuns aos chamados *pederastas* e *viragos* e salienta a degeneração contida nos corpos de homens e mulheres que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.” (GÓIS, 2003, p. 2). Como vimos no tópico introdutório dessa pesquisa Foucault (1993) a identidade homossexual foi formada através do domínio do próprio sujeito.

Todavia, nas décadas de 1970 e 1980 houve uma reviravolta sobre a questão da homossexualidade:

[...] abandonando a busca das origens ou das causas da homossexualidade e das suas supostas consequências maléficas, partiu-se para uma reflexão sobre a construção social dos significados associados a ela e das dificuldades enfrentadas pelos homossexuais na sociedade brasileira. Outrossim, buscou-se também analisar as estratégias individuais e coletivas voltadas à superação da opressão por eles enfrentada. (GÓIS, 2003, p. 2).

Em meados da década de 1990 iniciou-se uma inquietação significativa desse quadro, de acordo com o autor isso ocorreu devido a uma aproximação entre as pesquisas sobre os homossexuais e os estudos sobre mulheres.

Góis fez levantamento nos principais periódicos de artigos que abordam as questões relacionadas a gênero no Brasil, verificou que havia uma ausência nas discussões no campo acadêmico e nos estudos de gênero e feminismo, sobre gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. E, também ele constatou que os textos publicados na década de 1990 mostram que neles os homossexuais “[...] ocuparam uma posição, no máximo, periférica.” (GÓIS, 2003, p. 2).

A partir dessa perspectiva podemos dizer que, o que contribuiu para o distanciamento de estudos sobre o assunto em questão nas universidades brasileiras é de uma existência de um “heterossexismo” fortemente presente nos estudos feministas, de gênero, nas ciências sociais e humanas como um todo, o qual, “[...] ao conceder reduzido espaço à experiência homossexual, a transformaria apenas em uma nota de rodapé exemplificativa de alguns fenômenos e nunca como processos relevantes em si mesmos.” (GÓIS, 2003, p. 3).

Alguns dos obstáculos encontrados para o desenvolvimento de pesquisa sobre a homossexualidade em geral é a raridade da documentação principalmente nos estudos históricos e quando encontrada tem suas devidas lacunas, principalmente documentos no que diz respeito à homossexualidade na Amazônia. De acordo com Mott (1987) o estudo da homossexualidade até pouco tempo era uma página totalmente em branco, que somente nos últimos anos tem merecido atenção de poucos estudiosos.

Num discurso de poder por parte dos “intelectuais”³⁴ e de legitimação do campo científico analisamos tais condutas (particularidades, escolha dos objetos de análise) através dos estudos de gênero e feminismo presentes na universidade, na obra *Microfísica do Poder* Michel Foucault é indagado sobre o papel do intelectual naquele momento, ele comentou que:

³⁴ Referimos de modo geral aos intelectuais dos trabalhos analisados em nossa pesquisa.

Durante muito tempo o intelectual dito "de esquerda" tomou a palavra e viu reconhecido o seu direito de falar enquanto dono de verdade e de justiça. As pessoas o ouviam, ou ele pretendia se fazer ouvir como representante do universal. Ser intelectual era um pouco ser a consciência de todos. (FOUCAULT, 2014, p. 45-46).

Mas atualmente a ciência se ramificou através de suas particularidades, hoje em dia o papel do intelectual envolve escolhas e recortes, o que para Foucault “[...] um novo modo de ligação entre teoria e prática foi estabelecido [...]”. Onde esses “[...] intelectuais se habituaram a trabalhar não no "universal", no "exemplar", no "justo-e-verdadeiro-para-todos", mas em setores determinados, em pontos precisos. Esse tipo de intelectual é chamado por ele de intelectual "específico" contrário do intelectual tido como "universal". (FOUCAULT, 2014, p. 47).

Podemos dizer que essa valorização da figura da mulher em detrimento de outras minorias (homossexuais) no campo acadêmico na Universidade Federal esteja também ligada ao que Michel Foucault chama de “uma verdadeira dessexualização”, ou seja, “[...] um deslocamento em relação à centralização sexual do problema, para reivindicar formas de cultura, de discurso, de linguagem [...] presentes nos estudos de gênero e feministas. (FOUCAULT, 2014, p. 395). Creio que os estudos feministas e de gênero da Universidade Federal de Rondônia possam estar em uma etapa intermediária e em desenvolvimento para que pesquisadores possam ter o interesse sobre pesquisas voltadas para o campo da homossexualidade.

É necessário ressaltar que o Brasil está entre os países campeões em crimes homofóbicos principalmente contra travestis e transexuais. As políticas públicas que “existem” ainda são ineficazes para minimizar a violência contra esse grupo, é importante que nossas universidades, principalmente os grupos de estudos de gênero e sexualidade propiciem mecanismo que venham contribuir para as discussões no campo acadêmicos sobre os homossexuais para que pesquisadores e intelectuais venham contribuir para os estudos sobre a homossexualidade, principalmente nos estudos amazônicos e na Universidade Federal de Rondônia que há uma carência no debate em torno da temática, para poder romper a invisibilidade dos estudos sobre a população LBTTT em Rondônia.

6 CONSIDERAÇÕES

A partir das dissertações nota-se que através das análises dos trabalhos de gênero na Universidade Federal de Rondônia revelam uma valorização da figura da mulher em detrimento de outras minorias com relação às questões de gêneros. No meu entendimento a invisibilidade dada às pesquisas sobre os homossexuais no Estado de Rondônia é o que contribui para o distanciamento desses estudos na Universidade.

Os estudos de gênero na Universidade Federal de Rondônia iniciaram-se na década de 90, através de professoras/pesquisadoras nos seus determinados campos de saberes, preocupadas com as questões da figura da mulher na Amazônia e na produção acadêmica. Encontramos no total 12 (doze) dissertações em três mestrados acadêmicos pertencente à instituição, sendo 06 (seis) trabalhos pertencentes ao Mestrado em Desenvolvimento Regional, 05 (cinco) no Mestrado em Geografia e apenas 01 (um) trabalho no Mestrado em Ciência da Linguagem que analisaram e abordaram gênero no Estado de Rondônia, especificamente na cidade de Porto Velho durante os anos de 1990 a 2010.

Fazendo as análises, percebe-se nas dissertações que somente um único trabalho discute a questão da homossexualidade masculina com relação ao gênero sob a perspectiva da linguística dos povos de religião de matriz africana na formação da linguagem dos homossexuais, onde a pesquisa consistiu em revelar os motivos que levaram um grupo historicamente discriminado a buscar as bases para a construção de sua linguagem em outro grupo (negros) também discriminado. E, os restantes dos trabalhos estão voltados para a os estudos de gênero com referência a figura da mulher sendo representada e contextualizada dentro das políticas públicas.

Desde o período que ora ocupou-me neste trabalho as pesquisas sobre os homossexuais, em alguns campos dos saberes são desprezados nos estudos de gênero e feministas na Universidade Federal de Rondônia. Essa ausência no debate ou na produção escrita acadêmica pode ser pautada, não só por questões de

escolhas por parte do pesquisador ou do intelectual, de temas a serem problematizados nas produções científicas, isso vai de acordo com o que Bourdieu (1983) comenta sobre as questões dos campos de saberes, dentro de sua cientificidade que partem de interesses particulares e/ou pessoais, o que o autor chama de práticas. Compreendo o campo científico, enquanto ambiente de combate político pelo predomínio científico, que institui a cada pesquisador, em posto do lugar que ele ocupa. Para Bourdieu:

Não há "escolha" científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tardia de resultados plenamente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes. (BOURDIEU, 1983, p. 5).

Também, pode ainda pode haver uma presença constante de discriminação, preconceito no que tange os estudos sobre gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e outras minorias silenciadas nas pesquisas de gênero da universidade, preconceitos estes que historicamente vem sofrendo esses grupos.

Alguns dos obstáculos encontrados para o desenvolvimento de pesquisa sobre a homossexualidade na Amazônia, alguns pesquisadores comentam que é a pouca documentação sobre o assunto, principalmente nos estudos históricos e quando encontrada tem suas devidas lacunas. Mas isso, não quer dizer que não tem outros meios de desenvolver pesquisas sobre o assunto, hoje a ciência é dinâmica, tem novos métodos, procedimentos e técnicas para realizar pesquisas. Para quebrar essa ausência e esse tabu em torno da homossexualidade, Mott (1998) escreveu um trabalho intitulado *Etno-História da Homossexualidade na América Latina* fazendo uma historicização e num viés antropológico do assunto na região. Nesse trabalho o autor reuniu fontes bibliográficas de difícil acesso, sua intenção foi delinear de modo geral as relações homoafetivas em diferentes culturas para que outros pesquisadores interessados no debate pudessem aprofundar ou ter reconhecimento do assunto.³⁵

³⁵ Ver: MOTT, Luiz. **Etno-história da homossexualidade na América Latina**. História em Revista, Pelotas, 1998.

Historicamente a mulher foi silenciada na escrita da história, assim como os homossexuais também foram. Somente com o aparecimento do movimento feminista foi que começaram as críticas contra essa ciência androcêntrica. É de se ressaltar a preocupação das autoras em seus trabalhos (dissertações analisadas) seguindo a lógica dos seus respectivos campos sob a perspectiva das teorias feministas, buscando ao mesmo tempo a valorização dessas mulheres (ribeirinhas, índias e mulheres urbanas) traçando a partir dessas teorias a problematização na perspectiva de gênero.

Estudiosas/os e pesquisadoras/es de várias nacionalidades e filiações teóricas e disciplinares participaram e continuam participando da construção desses campos, numa perspectiva que focaliza tanto relações de gênero e sexualidade quanto suas importantes articulações com dimensões como raça/etnia, classe, geração, nacionalidade, religião, dentre outras.

Mesmo não sabendo se as autoras das dissertações fazem parte ou não de movimentos de mulheres ou movimentos feministas, devido não estarem contidas em nosso trabalho essas preocupações externas, podemos perceber em seus discursos de análises de caráter feministas em seus trabalhos, ou seja, utilizam-se das teorias feministas para legitimarem a figura da mulher em seus respectivos campos dos saberes.

Acreditamos que a assim como a figura da mulher, a figura do homossexual são construções e práticas histórico-culturais gestadas no interior de cada sociedade. Vale ressaltar que, a homossexualidade em nossa contemporaneidade também se tornou um fato social, que se estabeleceu e não pode ser negado, abrindo novos debates e discussões no campo científico, jurídico e político.

Contudo, ressaltamos que o Brasil está entre os países campeões em crimes homofóbicos principalmente contra travestis e transexuais. As políticas públicas que “existem” ainda são ineficazes para minimizar a violência contra esse grupo, achamos importantes que nossas universidades, principalmente os grupos de estudos de gênero e sexualidade propiciem mecanismo que venham contribuir para as discussões no campo acadêmicos sobre os homossexuais para que futuros pesquisadores e intelectuais venham oferecer apoio e fortalecer os estudos sobre a

homossexualidade, principalmente nos estudos amazônicos e na Universidade Federal de Rondônia que há uma carência no debate em torno da temática, para podermos romper a invisibilidade e o heterossexismo presentes nos estudos acadêmicos.

Com o objetivo de ponderar essa discriminação enraizada historicamente, de acordo com Neto e Agnoletti (2008) associações, grupos ativistas e organizações não governamentais têm buscado, desde 1980, desenvolverem estratégias de resgate da cidadania, conscientização de direitos dos LGBTTT unindo esforços no sentido de pressionar a opinião pública e as esferas deliberativas do poder político estatal. Para concretizar a luta dos direitos à livre expressão da orientação sexual e da identidade de gênero, a sociedade civil obteve a necessidade de instituir postulados essenciais em nível internacional, para poder guiar a elaboração e aplicação de normas, políticas e ações institucionais para coibir violações de direitos humanos.

Contudo, para que a comunidade LGBTTT concretize sua cidadania na sociedade brasileira, para que elas possam viver suas identidades sexuais, sem preconceitos, sem discriminação, sem violência, é preciso que as instituições como: Universidades, associações, a escola, Ongs, e demais representações da sociedade civil, continuem promovendo os mais diversos tipos de atividades, discutindo a inclusão social, o preconceito, o reconhecimento dessas minorias, não só os homossexuais, mas também os negros, indígenas, mulheres e outras minorias que estão a mercê do poder público. É necessário que essas instituições, persistam e promovam pesquisas, debates, atividades educativas, culturais, orientando e informando sobre a problemática da cidadania LGBTTT, para que o reconhecimento da comunidade homossexual em sua totalidade seja viabilizado pela sociedade brasileira, mostrando que a diversidade sexual no Brasil é real. Vale salientar que, para garantir esse reconhecimento, é necessário, a garantia das políticas públicas e os objetivos criados pelos movimentos homossexuais. É preciso que essas instituições atuem em conjunto para que os direitos da cidadania LGBTTT não fiquem somente no discurso.

REFERÊNCIAS

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo** – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BENEVIDES, Maria Victória. **Cidadania e Direitos Humanos**. In: José Sérgio Carvalho. (Org.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 2004.

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. **Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em ciência da Informação**. Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Europa-América, 1965.

BOURDIEU, P. in ORTIZ, R. **O campo científico** – Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro. Difel, Editora Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter (org.). A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. SP: Ed. UNESP, 2002.

BUTTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: a questão dos crimes culposos**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1169, 13 set. 2006.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. **Sobressaltos: caminhando, cantando e dançando na f(r) esta da Parada do Orgulho Gay de São Paulo**: Campinas, 2007. 259 p. Tese (Doutorado em Lingüística) - Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Estadual de Campinas.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. Brasiliense: São Paulo, 1992.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.) **Construindo o saber/ Metodologia científica: fundamentos e técnicas**. Campinas: Papirus, 1995.

CASTRO, Hebe. **História social**. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CEMIN, Arneide Bandeira. **Colonização e Natureza: o trabalho do homem e o trabalho da mulher**. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente - Març.-N° 11, Vol I, 1998. p.1.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHEMAMA, R. (Org.) (1995). **Dicionário de Psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1995.

CITELI, Maria Teresa. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): Revisão crítica**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CLEIDE, Fátima. **Pela diversidade: um debate sobre o PLC 122**. Senado Federal, Brasília, 2009.

CROCHIK, José Leon. **Preconceito: indivíduo e cultura**. São Paulo. Robe Editorial, 1997.

DAUMARD, Adeline. **Cinco aulas de História Social**. Trad. De Moema Parente Augel, Aldaísa Novaes Schwebel e Maria Luíza Medeiros Guimarães. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1978.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de Letrinhas”?** – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Ed. Graal - RJ, 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: O cuidado de si**. Ed. Graal - RJ, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014.

FREUD, S. **“Totem e Tabu”**. In: ESB, Rio de Janeiro, Imago Ed., v.XII, 1913.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓIS, João Bôsko Hora. **Desencontros**: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. Rev. Estud. Fem. [online]. 2003, vol.11, n.1, pp. 1-8.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONH, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2003.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Coleção Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005.

HEIBORN, Maria Luiza & BRANDÃO, Elaine R. Introdução. Ciências Sociais e sexualidade. In: HEIBORN, Maria Luiza (org.). **Sexualidade**: o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HUGO, Vitor. **Segurança Pública** (a partir dos excluídos de entre os excluídos): a presença de minorias sexuais na sociedade brasileira. Rondônia: VH Editores da Amazônia, 2003.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) **Homofobia nas escolas**: um problema de todos/ Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD/UNESCO, 2009.

LACAN, J. **O Seminário**, livro 8, A transferência, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991.

LANDIM, Leilah. **Sem Fins Lucrativos – As ONGS no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

LASSO, Pablo. Antropologia cultural e homossexualidade: variantes do comportamento sexual, culturalmente aprovadas. VIDAL, M; MARTOS, J.M.F; GAFO, J; HIGUERA; G; RUIZ, G. (orgs.). **Homossexualidade**: ciência e consciência. Edições Loyola, São Paulo, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História é memória**. Trad. Bernardo Leitão. São Paulo: Editora UNICAMP, 1990.

LIMA, Teófilo Lourenço de. **Manual básico para elaboração de monografia**. Canoas: Ed. Ulbra, 1999.

MARTINS, F; ROMÃO, L; LINDNER, L; REIS, T. (Orgs) **Manual de comunicação LGBT**. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2010.

MELLO NETO, J. B.; AGNOLETI, M. B. **Dignidade sexual e diversidade humana: cidadania e Respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)**. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves. (Org.). Direitos Humanos: Capacitação de educadores Fundamentos Culturais e Educacionais da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

MESQUITA. Marylucia. **Movimento de Mulheres Lésbicas no Brasil: Sinalizando Algumas Conquistas e desafios para o século XX**. REVISTA LÁBIA/GALF - Grupo de Ativistas Lesbianas Feministas. Terceira época. Nº. 18, Lima, dezembro, 2004.

MOTT, Luiz. **A revolução homossexual: o poder de um mito**. REVISTA USP, São Paulo, n.49, p. 40-59, março/maio 2001.

MOTT, Luiz. **Etno-história da homossexualidade na América Latina**. História em Revista, Pelotas, 1998.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

NETO, Mariana Moreira. **A categoria “gênero”**: considerações acerca de suas variações e validade Política & Trabalho, v. 16, 2000.

ORNAT, Marcio José. Sobre **espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista**. Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322 , jul./dez., 2008.

PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. Introdução. In: PARKER, Richard & BARBOSA, Regina M. (orgs.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de Gênero e História Social**. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMOS, Tatyana Costa Amorim; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. **Práticas Alternativas para a Saúde da Mulher Ribeirinha**. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente - Edição Especial Mulher - Dez.-Nº 14, Vol II, 1998.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SAFFIOTI, H.I.B. "Rearticulando Gênero e Classe Social". In: Costa, A. de O. & Bruschini, C. (org.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos,/ São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, Heleith I.B. **Primórdios do conceito de gênero**. In: Campinas: Cadernos Pagu – Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX, Nº 12, especial, organizado por Mariza Corrêa, Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, SP, 1999.

SAMARA; TUPY. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SCAVONE, Lucila. **Estudos de Gênero e feministas: um campo científico?**. In: XXXI Encontro Anual da ANPOCS, 2007, Caxambu. Site da ANPOCS. São Paulo, 2007.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade** 16 (2), 1990.

SILVA, Lauriano Miranda da. **Ong Tucuxi: na luta contra o preconceito e pelo reconhecimento da cidadania LGBT em Porto Velho**. 2010. 108f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Porto Velho, Rondônia.

SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa. Paraná, Brasil. Editora Toda Palavra, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SILVA, Susana Veleda da. **Os estudos de gênero no Brasil**. Revista bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº262, 2009.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. **Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero**. Revista Ártemis, v.8, 2008.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, Nº16, jul/dez 2006.

STREY, Marlene Neves. **Gênero**. In: STREY, Marlene Neves (Org.). **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TEXEIRA, Marcos Antônio Domingues. FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia**. Porto Velho, Rondoniana, 2001. 2ª ed.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. 6ª. São Paulo: Record, 2004.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **Caminhos e Descaminhos da História**. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIDAL, M; MARTOS, J.M.F. Esclarecimentos fundamentais: nome, definição, tipo e Normalidades. VIDAL, M; MARTOS, J.M.F; GAFO, J; LASSO, HIGUERA; G; RUIZ, G. (orgs.). **Homossexualidade: ciência e consciência**. Edições Loyola, São Paulo, 1985.

VIEIRA, M; PEIXOTO, MARIA, R; KHOURY, Y. **A Pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 1989.

VIOLIN, Tarso Cabral. **A sociedade civil e o estado ampliado, por Antonio Gramsci**. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

DISSERTAÇÕES

CARNEIRO, Ceres Ferreira. **Mulheres Ribeirinhas de Calama - RO: gênero, ecofeminismo e políticas públicas**. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2007.

FECHINE, Elaine F.Gonçalves. **Mulheres Ribeirinhas do Rio Madeira: Cotidiano Envolto em Brumas**. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Porto Velho. 2007.

FREITAS, J. **Mulheres trabalhadoras no garimpo Rio Madeira – Rondônia: Interfaces de Vulnerabilidades ao HIV/Aids**. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2006.

GONÇALVES. Kary Jean Falcão. **As contribuições linguísticas dos povos de religião de matriz africana na formação da linguagem de homossexuais em Porto Velho – Rondônia**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Linguagem) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010.

MEDEIROS, Telma Fortes. **Geografia e Gênero: Um Estudo no Contexto Escolar.** 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2008.

ONOFRE, Mariangela Aloise. **Gênero, Violência e Política Pública de Desenvolvimento: Aplicação da Lei Maria da Penha em Porto Velho.** 2009. 60 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2009.

PELLÚCIO, Gabrielle. **“Há Homens que têm Patroa. Há Homens que têm Mulher. E há Mulheres que Escolhem o que querem ser”:** Perspectivas de Gênero na Geografia. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010.

SANTOS, Sandra Regina Nunes dos. **Políticas públicas, espaço e gênero: um estudo de caso sobre autonomia financeira das mulheres do bairro mariana em Porto Velho.** 2009. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Rondônia Porto Velho, 2009.

SOUZA, Clícia Henriques de. **Violência homicida entre casais em Porto Velho - RO: questões de gênero e desenvolvimento.** 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

SOUZA, Lady Day Pereira de. **Mulheres Indígenas em Porto Velho: Relações Sociais de Gênero, Situações de Desenvolvimento e Políticas Públicas.** 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2009.

SOUZA, Sheila Ximenes. **Velhice Fora do Lugar: História Oral de Vida.** 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

VIEIRA, Marxlene Bezzera. **Relações de Poder e Gênero na Gestão Educacional.** 2009. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2009.

LINKS DOS SITES ACESSADOS

CAMPOS, Bruna Villas Boas. **Lei “Maria da Penha”:** uma conquista do direito internacional. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/revistaeletronica/artigos/Bruna%20DH.pdf>.

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Rose Marie Muraro#Primeiros anos e feminismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rose_Marie_Muraro#Primeiros_anos_e_feminismo)>

Acessado em 25 de nov. de 2015.

O texto da Conferência voltada para os LGBTTT encontra-se disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/textobase_port.zip>. Acessado em 20 de abril de 2015.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2008. Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/texto-base-2a-conferencia-nacional-lgbtp>>. Acessado em 13 de set de 2010.

< <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2007/03/375919.shtml>> acesso em 01 de nov de 2015.

Dados Homofóbicos no Brasil nos links dos sites consultados: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/homofobia-discussao-evoluiu-mas-brasil-e-campeao-em-rimes,8310ccc080c5b410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>, <<http://lfq.jusbrasil.com.br/noticias/2634335/mais-um-recorde-brasileiro-numero-de-assassinatos-de-homossexuais-cresce-31-no-brasil>>, <<http://oglobo.globo.com/brasil/no-brasil-homofobia-matou-ao-menos-216-em-2014-14087682>> e no site do Grupo Gay da Bahia (GGB) lá tem muitas informações sobre a homofobia no Brasil, <www.ggb.org.br>. Acessados no dia 01 de dez de 2015.

< <http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos> >. Acesso em 02 de nov de 2015.

<<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-hora-1-gay-sofre-violencia-no-brasil-denuncias-crescem-460,1595752>> Acesso em 20 de nov de 2015.

< <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/veja-transexual-crucificada-e-outras-polemicas-com-simbolos-cristaos.html>>. Acesso em 01 de dez de 2015.

< http://www.brasilpost.com.br/2014/02/28/estados-gay-mulher-negro_n_4876455.html>. Acesso em 01 de nov de 2015.